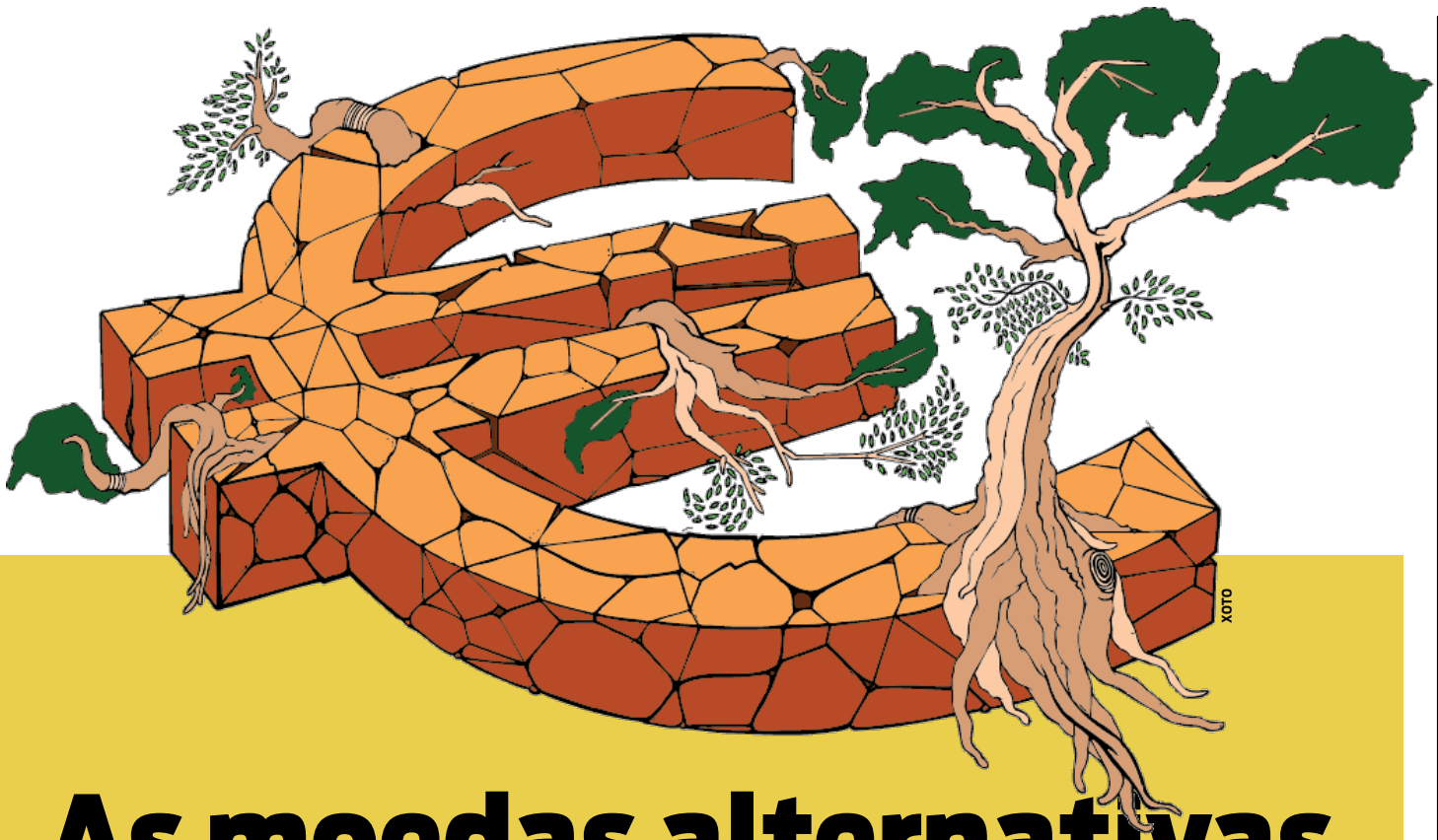
e ainda
CURTAS págs. 2 e 3 — EM POUCAS PALAVRAS...
DESNORTE pág. 23 — DE WALL STREET À RESISTÊNCIA
CONTRAMAPA pág. 24 — VIOLÊNCIA E ESTUPIDEZ

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 5
FEVEREIRO-MARÇO 2014 / BIMESTRAL / ANO II
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT



As moedas alternativas

págs. 7 a 9

O sistema económico capitalista é uma estrutura gigantesca com permanente necessidade de expansão, alimentando-se das pessoas e do ambiente. Os seus agentes, governos e mega- empresas, parasitam o planeta privatizando recursos naturais e apropriando-se da riqueza produzida nas interacções sociais. Através de cartéis e monopólios concedidos pelo Estado, dominam os vários sectores da economia. Face à situação de exploração generalizada resultante, têm surgido formas alternativas de pensar a economia e os seus instrumentos. As moedas alternativas, os sistemas de troca, as cooperativas de crédito, entre outras, têm surgido como experimentação dessas alternativas. Historicamente, outro dos factores que explica a sua utilização, é a própria falência temporária do sistema financeiro e a escassez de dinheiro.

Escravatura nos campos do sul

págs. 4 e 5

A escravatura arrisca-se a ser norma nos olivais alentejanos. Para a apanha chegam imigrantes precários, trazidos por empresas de trabalho temporário e aceites por latifundiários sem escrúpulos. Autarcas, empresários e ministros escondem a cabeça debaixo da areia perante o sucesso da produção de azeite agro-industrial obtido a troco da exploração humana.

Retrovisor:

A primeira ofensiva contra a ditadura

págs. 18 a 20

Há 87 anos, quando marinheiros e civis foram fuzilados no Largo do Rato, em Lisboa, após 3 dias de confrontos com tropas fiéis ao governo, seria difícil prever quanto tempo duraria o regime. A primeira tentativa consequente de derrube da ditadura militar falhava de forma dramática e intimidatória. A seguir vieram a repressão, as deportações, as prisões e o exílio. O levantamento em Lisboa começou tardiamente, quando no Porto já havia sido derrotado. Afinal o regime ainda durou 48 anos. Através do retrovisor olhamos para aqueles dias a ferro e fogo e é publicado o depoimento inédito de Américo Vicente, militante anarquista na primeira linha dos acontecimentos.

Latitudes:

Não vai ter Copa

págs. 12 e 13

No Brasil os protestos têm sido constantes desde que a luta contra o aumento do preço dos transportes públicos resultou num movimento intenso e diverso que tomou as ruas em Junho passado. Aproxima-se a Copa do mundo, organizada pela FIFA, e os protestos são convocados por todo o país: contra os milhões investidos em mega-eventos, quando há falta de quase tudo; contra os despejos de bairros para as obras do campeonato e uma militarização crescente da rua. Do outro lado do oceano chega ao MAPA um relato e a indicação de que o jogo vai continuar.

2ª Parte

Há uma história *queer* em Portugal?

págs. 10 e 11

CURTAS

Editorial

Não é por acaso que no Brasil um aumento no preço de um transporte público de R$0,2 tenha resultado numa intensa jornada de luta que, não apenas se arrastou ao longo de metade do ano de 2013, como promete atacar com toda a força em 2014. Se pensarmos num país onde a pobreza, a fome e as desigualdades sociais são de uma violência atroz, ficamos abismados com o à vontade com que se organiza, nesta terra, dois mega-eventos que canalizam e esbanjam milhões, que obrigam a despejos e a uma militarização total do espaço público. Há uma palavra para isto: terrorismo. E não no sentido "mediático" ou televisivo deste termo, já tão gasto de uso, mas somente numa das definições de dicionário onde se pode ler: "sistema de governo por meio de terror ou de medidas violentas". Não é por acaso. É assim no Brasil e, infelizmente, o mesmo aplica-se em 90% do espaço urbanizado do planeta Terra.

Que o digam os 15 emigrantes alvejados junto a Ceuta, dentro de água, pelos defensores da democracia (leia-se a polícia espanhola) que, ao que parece, necessitam de balear subsaarianos num dos lados da fronteira para que a democracia continue a tentar provar que é viável para os do lado oposto. Do ponto de vista de uma pilha de corpos é indiferente se as balas são de borracha ou de chumbo. A terra prometida é apenas apanágio de bancos, seguradoras, petrolíferas, operadores turísticos e investidores de visto gold. Outros que cá chegam, com sorte, acabam a apanhar azeitonas no Alentejo, em regime contratual de escravatura, a pão duro e à míngua de água. O patrão dirá que até tiveram sorte pois houve outros, a 500 Km dali, que morreram afogados a tentar aqui chegar. Claramente a liberdade e a vida são conceitos com significados diferentes em função do lado da fronteira em que nos encontremos.

Mesmo deixando a futurologia para outras páginas deste jornal, é impossível não antever o caminho turbulento que se coloca à frente do velho continente. Os ares que nos chegam de Kiev, Burgos ou Hamburgo, trazendo um intenso odor a pneu queimado, transportam a certeza de que a democracia se defende como qualquer ditadura, ou seja, com bastões, balas, escudos e carros blindados. O poder, do mais residual ao incontestável, pode ser um lugar ingrato quando a rua exige que rolem cabeças.

Às portas da Europa, continua-se a matar em nome da defesa das fronteiras

No passado dia 6 de fevereiro, uma linha de agentes da guarda civil espanhola, colocada na praia de Ceuta, disparou em direcção a um grupo de pessoas que tentavam atravessar a nado, de forma a entrarem em solo europeu, a linha imaginária que separa o enclave espanhol do resto do continente africano. Nesta noite foram pelo menos 15 as vítimas mortais das balas da polícia espanhola. Os tiros foram justificados por desacatos do outro lado da grelha fronteiriça, no entanto as imagens disponíveis (youtube: goo.gl/ktZHwo) mostram um pelotão de fuzilamento a atirar sobre a água, causando mortes não só pelo impacto das balas de borracha, mas também por afogamento. Perante os acontecimentos, o governo espanhol, através de Mariano Rajoy e do ministro do interior Jorge Fernández Dias, não só defendeu a honra e o comportamento da sua polícia como prometeu uma reforma na *ley de estranjería* (lei espanhola da imigração) de forma a ilibar os agentes da *Guardia Civil* perante possíveis críticas à sua actuação. A situação nas linhas fronteiriças de Ceuta e Melilla é neste momento bastante tensa, o que torna provável a repetição de cenários semelhantes que, de resto, ao longo dos últimos anos, tem tido bastantes episódios menos mediatizados mas igualmente trágicos. Segundo alguns dados (fortresseurope: goo.gl/IB2FJY / The Guardian: goo.gl/MKcm4j), as políticas europeias de protecção de fronteiras causaram cerca de 20.000 mortes nos últimos 20 anos.

Os mesmos que militarizam o quotidiano perante a dissidência, que militarizam as fronteiras perpetuando os velhos fantasmas sobre o "estrangeiro", matam e mentem ao mesmo tempo que clamam Democracia aos 4 ventos, na expansão da retórica duma Europa livre. Nas ruas, nos mares e nas fronteiras, os mortos pertencem sempre ao mesmo lado e essa parece ser a grande vitória da paz podre da harmonia europeia.

Stop à fractura hidráulica no Barreiro

Decorrente da anunciada exploração do Gás de Xisto na península de Setúbal, após sessão pública promovida pelo jornal MAPA no Barreiro no passado dia 25 de Janeiro, está em processo de constituição o grupo Movimento Anti-Extracção de Gás de Xisto (Barreiro). Funciona de modo assembleário e "tem como objectivo o estudo e divulgação dos riscos inerentes à técnica de extracção, denominada Fracking ou Fractura Hidráulica. Parte do princípio de democracia participativa ou democracia directa e advoga o direito de resistência, constitucionalmente protegido."

Fábrica de Alternativas em Algés

A Associação Fábrica de Alternativas em Algés, situada no Largo Vila Madalena, é um projecto colectivo autogerido que nasceu da vontade expressa na Assembleia Popular de Algés, a funcionar no Parque Anjos todos os Sábados entre as 11-13h desde Maio de 2013, como de vários moradores e amigos de Algés que procuravam um espaço para actividades socioculturais, capazes de envolver e beneficiar principalmente a população local. Face à falta de resposta das entidades institucionais para a cedência de um espaço, foi arrendada, a preço justo, uma fábrica de confecções desactivada. Após a adequação do espaço ao novo projecto, passou-se à fase de agendamento e funcionamento das mais diversas actividades que entretanto foram sendo propostas. O projecto inclui um banco de tempo e a oferta de actividades gratuitas, ou possibilita aos seus associados angariarem doações através das mesmas, bem como a realização de jantares, concertos e outros eventos *benefit*. A Fábrica de Alternativas (Facebook: Fabrica de Alternativas) convida a que apareçam e apresentem o vosso projecto. O seu lema inicial é "Vai lá e faz!", assumindo como objectivo que as pessoas se envolvam elas mesmas na construção do projecto colectivo e inscrevendo nele os seus próprios projectos individuais.

FaSinPat: treze anos de autogestão

Treze anos depois da ocupação da fábrica Argentina de cerâmicas Zanon, na cidade de Neuquén, a justiça argentina entregou o título de propriedade aos trabalhadores da cooperativa FaSinPat (fábricas sem patrão). Ocupada durante as revoltas sociais de 2001, quando a Argentina entrou em bancarrota no seguimento da intervenção do FMI, tornou-se o projecto mais visível do movimento de ocupação de fábricas que então se iniciou e, juntamente com a fábrica Aurora Grundig, a única a concluir o processo de expropriação. Na FaSinPat as questões são debatidas e as decisões são tomadas inteiramente pelos trabalhadores através de assembleias. Com o novo título, os trabalhadores podem ter acesso a créditos que lhes permitirão renovar a maquinaria e continuar a actividade.

Não ao petróleo e gás no Algarve

O presidente da PARTEX, António Costa Silva, declarava em 2010 que a Bacia do Algarve, a 8.5 km da Ilha de Faro, possuía reservas de gás 20 vezes maiores do que os campos de gás na vizinha costa espanhola. A concessão algarvia, assinada em Outubro de 2011 com o consórcio REPSOL--YPF e RWE tem, desde Janeiro de 2013, como únicos concessionários a REPSOL (90%) e a PARTEX (10%). A Associação ASMAA (Algarve Surf and Marine Activities Association / asmaa-algarve.org) preocupada com o que "poderá acontecer aos nossos oceanos e ao nosso ambiente, para lá da sobrevivência económica do Algarve", desencadeou a campanha "Diga não ao Petróleo e Gás no Algarve", pretendendo, até ao Verão deste ano, promover o debate e a oposição à PARTEX/ REPSOL, cuja regra de ouro é muito sigilo e uma grande falta de informação. Refere ainda a ASMAA que "a primeira plataforma de petróleo é um equipamento que foi comprado como ´sucata` na Indonésia", factor importante devido aos riscos para o ambiente marinho e costeiro decorrentes de um desastre petrolífero ou de gás, a somar ainda aos que já decorrem normalmente dos efeitos tóxicos das explorações. Da mesma forma, um risco à indústria da pesca para não falar do turismo. Ou simplesmente a evidência, tida como inquestionável, da venda dos bens e recursos naturais num negócio, acusa a ASMAA, em que 91% dos lucros obtidos cabe à PARTEX/ REPSOL. A associação, preocupada com o "roubo" do gás nacional – alinhando também assim numa argumentação de base economicista, que, viciada à partida, desvaloriza a simples recusa por via da evidência ambiental – surge como a principal voz de alerta a uma questão que é marginal às agendas ambientalistas.

Ao tema não é estranha a recente proposta de lei das bases do ordenamento e da gestão do espaço marítimo nacional que prevê a privatização do mar e seus recursos por 50 anos através dessas concessões. E não basta a isenção de avaliações ambientais, pois a lei contempla a suspensão dos instrumentos de ordenamento uma vez classificados como PIN's: "projetos de interesse nacional".

CURTAS

Interrupção Voluntária da Liberdade

Foi aprovada em Espanha a "Lei Gallardón", que volta a criminalizar a interrupção voluntária da gravidez (IVG), 30 anos após a sua despenalização, sendo apenas permitido em caso de violação (até 12 semanas) ou em caso de perigo para a mãe (até 22 semanas). A lei é mais restritiva que a anterior proibição em vigor até 1985, uma vez que criminaliza o aborto em caso de malformação do feto. É ainda de notar que, em caso de violação, é necessário ter apresentado queixa na polícia para ser assegurado o direito à IVG.

Em Portugal, a Federação Portuguesa pela Vida (FPV) vem pedir o fim do aborto gratuito bem como dos subsídios. A directora da FPV, Isilda Pegado, volta a surpreender com os argumentos imaginativos que usa para sustentar as suas posições conservadoras: afirma que não faz sentido que "os impostos de um operário que ganha 600 ou 700 euros por mês sirvam para pagar o aborto de uma mulher que se calhar até é economicamente abastada" (Público).

Este afastamento da realidade é regra geral nos grupos "pró-vida" e torna-se particularmente perigoso quando é utilizado para restringir liberdades tão básicas como o direito de cada um decidir sobre o seu corpo. De facto, a protecção da vida raramente vem incluída neste desejo de controlo: a criminalização do aborto medicamente assistido apenas levará a um aumento dos abortos clandestinos, que são responsáveis por cerca de 47.000 mortes por ano (dados do Guttmacher Institute).

Contudo, a resistência ao controlo vai-se fazendo sentir. Na véspera de Natal, um grupo de pessoas invadiu uma missa em Sabadell, Barcelona, em sinal de protesto contra a recente lei. Mais manifestações e acções contra a "Lei Gallardón" têm-se repetido, não só em Espanha, mas também noutros pontos da Europa. Em Portugal realizou-se uma manifestação a 8 de Fevereiro em Lisboa e no Porto e a 18 de Fevereiro o Consulado Espanhol no Porto apareceu vandalizado e com a mensagem "Aborto Libre".

Devido a baixa médica, o controlo policial automático no Bairro Alto está desactivado e arranca quando houver alta. Confuso? Então Leia

No último dia de Janeiro deste ano, um semanário da indústria da formação de *massas* revela, mais como quem toca o alarme, que «o primeiro sistema de vídeovigilância da capital ainda não entrou em funcionamento, apesar das 27 câmaras estarem instaladas desde Junho de 2013 em várias ruas do Bairro Alto»[1]. O semanário também transmite a posição do presidente da Associação de Moradores do Bairro Alto, Luís Paisana. Este, talvez inconsciente, não enxerga outra solução para os problemas (inerentes à realidade de um grande centro industrial de divertimento em que o Bairro Alto, particularmente à noite, se transforma), que não seja a imposição da vídeovigilância, isto é, o controlo policial automático (c.p.a.). É normal, se existe, utiliza-se. É sempre a pensar no *Bem* que se fazem disparates e foi sempre em seu nome que se cometeram as maiores atrocidades. O sr. Paisana não tem dúvidas e declara não compreender a demora no funcionamento do c.p.a.. «É uma vergonha. Este sistema foi aprovado em 2009 e a câmara investiu 300 mil euros»[2].

Investem o que for preciso para vigiar o território e os seus frequentadores até ao cabelo! Polícias formados e certificados «vão operar o sistema» desde as instalações da PSP[3]. É a partir deste posto de controlo e por via das 27 câmaras instaladas nas ruas do Bairro Alto que a caça é empreendida. Detectam e seguem o comportamento humano através dos fluxos de vídeo que permitem o reconhecimento de pessoas. Se o sistema for inteligente, como um ou dois polícias diante dos ecrãs não podem ver tudo ao mesmo tempo, a câmara que detectar anormalidades pode alertar a «segurança».

Enfim, à entrada do Bairro Alto todos são avisados que se encontram numa «área vigiada» (não concordam, fiquem sossegados em casa!). Não corram, evitem ajuntamentos ruidosos, não mexam demasiadamente os braços, as pernas e as cabeças, mantenham o rosto descoberto para melhor permitir a vossa identificação, atenção com o que enrolam para fumar, não fiquem nas ruas após o fecho do centro, portem-se bem e a segurança de todos está preservada. Obrigado.

Já agora, aproveito para agradecer, seja lá como for, a baixa médica do engenheiro, funcionário de uma empresa contratada pela Câmara Municipal de Lisboa, encarregue de instalar e configurar o *software*. Segundo o referido semanário, é essa a razão da desactivação do controlo policial automático no Bairro Alto. Ah!, a ser verdade a informação, senhor engenheiro, continue de baixa por mais algum tempo. O tempo suficiente para que a licença concedida (ao que parece por seis meses) pela Comissão Nacional de Protecção de Dados expire. Aí, sem nova autorização as câmaras não podem ser ligadas. Entretanto, o mais certo é que o sr. engenheiro obtenha a alta médica. Em todo o caso, fico a torcer, desculpe lá qualquer coisa, para que continue só mais um tempinho doente, mesmo que não esteja ou, ainda melhor, faça objecção de consciência (o sr. engenheiro, como qualquer outro técnico, pode impedir decisões políticas dependentes do saber técnico). As «áreas vigiadas» tornam as cidades em campos concentracionários e abrem o caminho ao tecnofascismo. **GASTÃO LIZ**

1 *In* Semanário Sol.
2 Idem
3 Idem

Centro de Cultura Libertária ameaçado pela "Nova Lei das Rendas(altas)"

O Centro de Cultura Libertária, emblemático ateneu anarquista fundado em 1974, está uma vez mais em risco por via da nova lei das rendas. Situa-se em pleno coração de Cacilhas (Almada), zona alvo de uma crescente especulação imobiliária. O novo regime arrendatário é hoje um elemento essencial das estratégias de redefinição do espaço urbano pelo capital e a principal ameaça à vivência popular dos bairros históricos ou à mera possibilidade de simplesmente alguém poder ter um teto.

O Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), mais conhecido por nova lei das rendas, entrou em vigor em 2012. Segundo o *portal da habitação,* a lei constitui uma resposta ao aumento do mercado do arrendamento, decorrente da crise do mercado imobiliário, visando a atualização das rendas. Na prática, a nova lei tem como objetivo reestruturar e liberalizar o mercado do arrendamento. A propaganda que envolve a NRAU serve-se de ideias de justiça e igualdade, acabando, na prática, por se revelar uma tentativa de rentabilizar o mercado do imobiliário como se de um qualquer produto de consumo se tratasse, sem atender a qualquer preocupação social e ao direito à habitação.

A agilização dos despejos tem sido um ponto bastante controverso do NRAU. Através de um organismo criado especialmente para este fim, o Balcão Nacional do Arrendamento (BNA), deram entrada, até 15 de Novembro de 2013, 3338 pedidos, tendo sido concluídos 1039 processos de requerimento de despejo de acordo com o 2.º Relatório Trimestral da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano. Na sua maioria, os pedidos de despejo têm como base a resolução dos contratos de habitação devido ao não pagamento ou ao atraso no pagamento das rendas. O que significa que são os pobres que estão a ser despejados.

Neste contexto surgiu a tentativa de novo aumento de renda do espaço do Centro de Cultura Libertária (CCL), à semelhança do que acontecera em 2009. Criado logo após o 25 de Abril de 1974, por um grupo de anarquistas da margem sul, foi sede do jornal "Voz Anarquista" e das revistas "Antítese" e "Húmus". O espaço organiza-se de forma assembleária, antiautoritária e autogerida, e o seu principal objetivo é contribuir para a divulgação das ideias libertárias, promovendo periodicamente atividades culturais. Destaque para o acervo da sua biblioteca, com especial incidência em temas sociais e libertários, bem como uma livraria/ distribuidora onde podem ser encontrados livros, revistas, fanzines e música.

A recente tentativa de aumento da renda teve início no final de Dezembro. A carta do senhorio, enquadrada pelo processo de atualização das rendas do NRAU, propõe um aumento de 67% sobre o atual valor da renda e a passagem para um contrato não vinculativo com duração de 5 anos. Após a consulta de um advogado, foi concluído que o senhorio não pode proceder a qualquer atualização da renda, uma vez que o CCL já paga mensalmente um valor bem acima dos 1/15 do valor patrimonial do locado, previstos pela lei. No entanto, o fim do contrato de arrendamento por tempo indeterminado é certo e o contrato do CCL passará a ter um prazo certo de 5 anos, findos os quais apenas terá lugar uma renovação por um período de 2 anos, ficando então a continuação do CCL neste espaço à mercê do senhorio.

O CCL enviou já, através do seu advogado, uma contestação ao aumento da renda, mas esse processo tem custos associados e tem sido difícil para a associação pagar essas despesas, pelo que foi feito um apelo de solidariedade.

Tal como para este centro de cultura anarquista, o NRAU é, para muitos espaços, pequenos negócios e famílias, uma ameaça. Já a habitação é, aos olhos dos legisladores e dos grandes proprietários, uma simples mercadoria que é necessário rentabilizar da melhor forma, não olhando a meios.

CONTACTOS:
CCL - Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto - Cacilhas - Almada
ateneu2000@yahoo.com;
http://www.facebook.com/CentroDeCulturaLibertaria

Dados da conta bancária do CCL para donativos:
Titular: CENTRO DE CULTURA LIBERTÁRIA
NIB: 003501790000215493029
IBAN: PT50003501790000215493029
BIC: CGDIPTPL

NOTÍCIAS À ESCALA

Escravatura nos campos do sul

O novo Alentejo irrigado pelo Alqueva parece cada vez mais um regresso ao velho Alentejo: o latifundiário, senhor dos olivais intensivos, e o trabalhador rural, imigrante precário e nas malhas da escravatura moderna.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Nas campanhas do trigo do século passado desciam das Beiras ao Alentejo os trabalhadores sazonais: os ratinhos. Uma "população aventureira e miserável, que invade a planície, em contraste com os seus naturais em geral de temperamento sedentário, à míngua de recursos nas suas terras, e que se sujeitam às mais baixas missões nas lavouras". Assim era a memória desta gente de "descanso fugidio, porque a ceifa de ratinhos não é trabalho para entreter. Desde que chegam até ao dia da abalada, sentem cair sobre eles o peso despótico do mundo que os rodeia."[1]

Neste século, na apanha da azeitona da planície interior ou nas estufas do litoral alentejano, esse peso despótico recai sobre novos ratinhos vindo do leste cigano da Europa, romenos e búlgaros, do norte de África ou das longínquas paragens asiáticas do Vietname ao Nepal. É nestes homens e mulheres que hoje ecoa uma funesta memória dos outrora campos do sul em frequentes episódios de exploração desumana do trabalhador rural. E de escravatura.

Dir-se-ia hoje que o ganhão de ontem, aquele que trabalhava à jorna, não fala português; que o trabalhador rural alentejano, o sujeito camponês, é hoje o imigrante precário e vítima. Como irá soar no cante alentejano dos nossos dias, nessa polifonia de memória colectiva, as modas da velha e sempre renovada clivagem social entre os grandes terratenentes e a população trabalhadora?

> A modernidade, o investimento e a produtividade, não prescindem do velho lastro da exploração camponesa

OLIVAL DA NAÇÃO

A exploração dos imigrantes nos campos alentejanos reporta tanto à memória dos ratinhos assim como ao desígnio traçado desde há séculos para o Alentejo. Desígnio que é o pano de fundo desta realidade e que importa assinalar: do celeiro da nação do século XX à promessa cumprida dos campos irrigados pelo Alqueva. Nele, o trabalhador rural não é mais do que uma peça de engrenagem de verdadeiras fábricas em que o campo se tornou. A agro-indústria surge como meta de progresso partilhada pelo latifundiário ao autarca comunista, que em nome de "crescimento" e "produtividade" falam em uníssono de "investimento" e "perspectivas de futuro" para a região. As razões do desígnio são generalizadas: no resto do país e cidades os restantes 93% da população portuguesa carece de alimento[2], perante o incontornável paradoxo de neste mundo industrial ser ínfima a percentagem de população activa na agricultura. E é nestes novos tempos do campo alentejano: modernos, regados e industrializados, que outro paradoxo persiste. A modernidade, o investimento e a produtividade, não prescindem do velho lastro da exploração camponesa e da escravatura do trabalhador rural. Aspectos imutáveis que se colam à vastidão do latifúndio, como sempre na mão de uns poucos, velhas famílias que ora retomam as terras, ora as vão vendendo a congéneres agro-industriais vindos do outro lado da fronteira.

Na apanha da azeitona, como formigas num reticulado industrial de olivais que nunca chegam a ser árvores, surgem bandos de trabalhadores largados por intermediários (portugueses, romenos, espanhóis ou israelitas), que negoceiam, a coberto de efémeras empresas de trabalho temporário, o trabalho imigrante com os senhores das herdades. Um enquadramento legal que cobre as actividades sazonais e que é assumido com naturalidade na engrenagem agrícola. De empresa a sub-empresas, esfumam-se os ganhos até chegarem aos trabalhadores, lava a agro-indústria as mãos de obrigações sociais e laborais, e é dada cobertura à exploração e escravidão num ciclo de prestadores de serviços com cada vez menos escrúpulos.

Esta situação procura, no entanto, ser absolvida em nome da tábua de salvação nacional apresentada no sector agrícola, no novo Alentejo dos blocos de rega do Alqueva. Perspectivas refutadas há cerca de um ano atrás pelo comunista João Diniz, da Confederação Nacional de Agricultores, que exemplifica: "É verdade que as exportações de Hortícolas atingiram mais de mil milhões de Euros em 2012, valor impensável há dez anos atrás. Mas ´quem paga a factura` a trabalhar nas grandes empresas de produção/ exportação? Muitas vezes, é mão-de-obra ´importada` e sobre-explorada… E qual é o modo produção – nessas e em outras explorações/ produções – que potencia esses valores em ´negócios`? É o modo de produção (super)intensivo que acaba por delapidar o ambiente, os solos e águas, os ecossistemas, e não assegura a qualidade alimentar dos Produtos…". Questões extensivas às explorações super-intensivas dos olivais que "estão a arruinar a Produção Nacional familiar e mais tradicional em Olival/ Azeite nas regiões sem alternativa a estas culturas."[3]

> "(…)quem lucra com o negócio, quem esmaga o custo do trabalho não é sancionado. Quem lucra com a situação? As grandes agro-indústrias"

ESCRAVOS

Nesse leque de críticas, foi porém a escravatura nos campos do sul que se tornou numa espinha encravada no discurso agrícola de salvação nacional nestes últimos 4 anos. Pedro Pimenta Braz, inspector-geral da Autoridade das Condições do Trabalho (ACT) foi peremptório aos jornalistas[4]: «"a escravatura moderna existe em Portugal", sobretudo na agricultura, e a maior parte das vezes "estamos a falar de escravidão por dívida", em que "o trabalhador fica preso à entidade empregadora"». O sobressalto foi tal que só em 2013 a ACT terá participado ao Ministério Público 60 casos de escravatura moderna, ciente porem de ser "um crime difícil de provar" pelo medo de dar a cara. Nas suas investidas policiais nas herdades acumulam-se, porém, evidências da exploração – salários abaixo do ordenado mínimo, atrasos e não pagamentos; condições desumanas de higiene e alojamento, etc. – à escravidão: retenção dos documentos, coacção e trabalho forçado para pagar eternas despesas de transporte e estadia, etc.

Mas as consequências imediatas apenas surgem para os clandestinos. As empresas engajadoras desaparecem até surgirem com outros nomes. Subterfúgio que acompanha uma legislação laboral que dita a precaridade como regra. Como referia um inspector da ACT ao Diário do Alentejo, as "novas modalidades de organização que vão surgindo nas herdades, porque vão evoluindo, são cada vez mais sofisticadas, no

NOTÍCIAS À ESCALA

sentido de se tornearem as obrigações legais e no sentido de se dificultarem as ações das entidades fiscalizadoras"[5]. Opinião diferente tem, no entanto, a ministra da Agricultura Assunção Cristas, que declarava em Novembro do ano passado na sede da EDIA que "assistimos, de facto, a uma fiscalização que está a dar o seu resultado (…) que sirva como exemplo daquilo que não se pode fazer" acentuando que "o que queremos para a agricultura é a criação de bom emprego, com boa remuneração e com um sempre acrescento de valor para todas as pessoas envolvidas"[6]. Este tornear da questão é o mesmo que Pedro Pimenta Braz

> Porque são baratos, "imbatíveis na capacidade de trabalho" tornaram-se "um mal necessário, senão a azeitona não era apanhada"

apontou quando questionado acerca da resposta que obtém por parte dos proprietários agro-industriais: "Quando são portugueses, geralmente, 99,9% das vezes o discurso é de negação do problema. Certamente, as opiniões não seriam assim se toda a cadeia fosse penalizada". Ou seja, uma cadeia em que o único a ser penalizado é o trabalhador e em que o "acrescento de valor" apenas chega para uns poucos. Nas próprias palavras do inspector-geral da ACT: "Isto é, quem lucra com o negócio, quem esmaga o custo do trabalho não é sancionado. Quem lucra com a situação? As grandes agro-indústrias, que têm o preço mais barato; o dono agrícola da herdade ou da indústria, que consegue ter mais-valias porque o custo do trabalho é mais reduzido; o primeiro subempreiteiro porque com o que paga a quem contrata ganha algum dinheiro; nós, consumidores, que compramos a preços mais módicos e ficamos todos satisfeitos. E o problema só existe para o trabalhador. Enquanto não alterarmos isto em todo o espaço da União Europeia, andamos a lutar contra moinhos de vento."[7]

AS BOAS CONSCIÊNCIAS NACIONAIS

Sevinate Pinto, o engenheiro agrónomo ex-Ministro da Agricultura de Durão Barroso, em crónica intitulada "Os romenos, a ´desumanidade` e o desemprego no Alentejo"[8] apressou-se a isentar de responsabilidades "os portugueses de boa consciência, designadamente os olivicultores alentejanos, que muito pouca responsabilidade têm no assunto". Remetendo para a polícia a exploração dos romenos, o certo é que o recurso cego a estes "prestadores de serviços" dificilmente isenta os olivicultores de "boa consciência".

A preocupação do ex-ministro é porém outra: o ter de admitir estrangeiros quando há desemprego no Alentejo, mas onde a procura do trabalho agrícola não é coisa que pegue. O seu apelo à empregabilidade dos portugueses, pese oscilar sub-repticiamente no lamento industrial de que "as máquinas, que já são muitas e cada vez mais, não resolvem tudo", depara-se, nas suas palavras, com um obstáculo: "alguns portugueses, mesmo desempregados, não gostam da precariedade muitas vezes associada aos trabalhos agrícolas e revelem dificuldades de adaptação à natureza desses trabalhos". A ciência politica ao nível de qualquer conversa de café: quanto vale trabalhar para receber uma miséria? Talvez os imigrantes portugueses, que venham agora repatriados da Suíça, onde impera por recente força de lei similar preocupação com o trabalho dos nacionais, possam elucidar o ex-ministro. E poderá ser útil à sua "boa consciência" fazer a mesma pergunta para o romeno cujos ganhos lusos são miragem suficiente para cair em escravatura.

A verdade é que lidamos com consciências, regra geral, autistas. O gravíssimo problema humano da exploração de imigrantes fruto das exigências senhoriais do olival intensivo, passa, nesta formulação do problema, para um segundo e terceiro plano face à questão da nacionalidade. Nesse caldo, sabemo-lo, é instigada uma perigosa deriva racista e de extrema-direita que acaba culpabilizando os próprios imigrantes

> O que o trabalho no campo tem de assumir é a oposição à inevitabilidade da agro-indústria como única perspectiva para uma região como o Alentejo

da continuada extorsão salarial, das condições de habitação e alimentação deploráveis. As "boas consciências" dos senhores do olival estão à sombra, como se nada fosse com eles.

E porque são baratos, "imbatíveis na capacidade de trabalho", tornaram-se, como referia ao jornal Público em 2012 o presidente comunista da junta de freguesia de Baleizão, terra (?!) símbolo das lutas camponesas: "um mal necessário, senão a azeitona não era apanhada"[9]. Por isso as previsões agrícolas no final de 2013 apontavam para um aumento considerável do rendimento do azeite (+ 40%) e da azeitona de mesa (+ 25%) face ao ano anterior. Facto para o qual contribuíram perto de 34 mil hectares, mais de metade olival (53%), regados com 47 milhões de metros cúbicos de água do Alqueva. Mas não só: num distrito de Beja com 17 mil desempregados, a Associação de Solidariedade Imigrante referia em finais de 2013 que por essa altura estariam na apanha de azeitona na região "entre 10 a 15 mil trabalhadores imigrantes"[10]. A estes números se deve a soma do aumento dos "rendimentos" e a subtracção dos direitos dos trabalhadores rurais.

Henrique Coroa, um agricultor de Beja, declarava em Dezembro passado que os imigrantes "são muito mais rápidos (…) são a nossa sorte, senão a produção de azeite no Alentejo parava"[11]. Diferente "sorte" relatou ao Público um dos romenos "mais rápidos" que conseguiu fugir das malhas da escravatura nos olivais de Serpa: «O dia-a-dia era 12 horas de trabalho a apanhar azeitona, com curto intervalo para almoço, pressão para não pararem, para não fumarem, para trabalharem mais e mais rápido. "Só bebíamos água uma vez por dia." (…) "Somos maltratados, estamos cheios de dívidas, não temos documentos, a comida não chega, trabalhamos muito, as condições são más."»[12]

A QUE TERRA REGRESSAMOS?

Não apenas mais vezes, mas mais acção, deve necessariamente haver para contrariar este "vale tudo" nos campos do sul. Campos onde as conquistas laborais desaparecem mais do que nunca, onde o desempregado é jogado à sorte de um qualquer trabalho precário, que a mal se terá de adaptar, e onde o imigrante é reduzido à mais desumana exploração e à escravatura. Nessa escalada, apenas a solidariedade, a denúncia e a luta pelo fim de uma realidade apresentada como "perspectiva de futuro" da região, irá permitir o inverter da situação daqueles que estão hoje nas malhas da exploração e travar o regresso social a um tempo de "ratinhos", quiçá numa perigosa deriva racista.

O apelo a uma nova organização do trabalho no campo é por isso pertinente. Mas esta não pode ser cingida a uma simples questão camponesa ou sindical, não descurando que uma gestão autónoma e colectiva no acesso à contratação de trabalhos sazonais para evitar discriminações por origem ou género. O que o trabalho no campo tem de assumir é a oposição à inevitabilidade da agro-indústria como única perspectiva para uma região como o Alentejo, precisamente por passar por esta a raiz do problema. Nessa demanda industrial que anunciou o milagre da tecnicização de todos os aspectos da vida, acordamos lentamente em busca de um regresso à terra. Nesse regresso aos campos não podemos por isso tomar como incontornável essa eterna relação de forças e exploração que está há muito em cena no meio rural. E que escraviza as nossas vidas.[13]

1. José Alves Capela e Silva "Ganharias", Imprensa Baroeth, Lisboa 1939

2. O Alentejo é a região portuguesa de menor índice de densidade populacional (23,7 h/km2): 749 mil habitantes (7% do total em 2010), com projecção para 2025 (Eurostat) de 775 mil habitantes.

3. http://tinyurl.com/qarelhp

4. "Nunca me passou pela cabeça que poderia ser vendido": Reportagem de Joana Gorjão Henriques na Revista 2 do Jornal Público em 29/12/2013 (http://tinyurl.com/p737cf7)

5. Diário do Alentejo, 13.12.2013 (http://tinyurl.com/q76btef)

6. Correio da Manhã, 20.11.2013 (http://tinyurl.com/osg33ld)

7. http://tinyurl.com/p737cf7

8. http://tinyurl.com/qbjjde6

9. Público, 24.11.2012 (http://tinyurl.com/orp942h)

10. Público, 02.12.2013 (http://tinyurl.com/oqcq8vd)

11. Idem

12. http://tinyurl.com/p737cf7

13. O presente artigo desenvolve crónicas de opinião do autor publicadas no Diário do Alentejo

Baleizão: símbolo das lutas camponesas

F.N.

NOTÍCIAS À ESCALA

Debaixo de olho

Para o Estado democrático as manifestações parecem ter deixado de ser um direito aproximando-se cada vez mais da prática de crime, sendo cada vez maior o número de processos judiciais relacionados com protestos.

HUMA

JOSÉ PEDRO ARAÚJO
JOSE.P.ARAUJO@JORNALMAPA.PT

Nos últimos anos têm sido mais frequentes as questões levantadas sobre a autorização de protestos ou a sua legalidade assim como as cargas policiais e "caças ao manifestante", quer durante ou depois de manifestações, sendo cada vez maior o número de processos judiciais relacionados com a prática de manifestação. Ao mesmo tempo, o Estado vai discretamente alterando a legislação, assegurando leis que protegem a crescente repressão. Assim, a vigilância que incide sobre os momentos de contestação estende-se a todo o espaço público com o objectivo declarado de identificar, registar e punir eventuais "infractores".

As manifestações durante o Outono de 2012 e durante 2013, em geral, foram exemplos particularmente interessantes. Além da enorme carga policial na greve geral de 14 de Novembro, assistiram-se a verdadeiras perseguições a manifestantes, como nos casos do "Cerco ao Parlamento" ou a manifestação de 12 de Março no Porto, resultando em processos judiciais, muitos deles baseados em fotografias e testemunhos duvidosos.

A questão da vigilância teve alguma relevância na comunicação social após a manifestação de 14 de Novembro, devido à polémica visualização das imagens não editadas da RTP pela PSP. O caso esteve presente nos jornais durante vários dias, resultando até na demissão do então director de informação da RTP Nuno Santos. Contudo, a questão da vigilância está longe de terminar aqui, uma vez que foram utilizados mais mecanismos para identificar manifestantes, sendo muitos deles utilizados de forma duvidosa.

O jornal MAPA conversou com algumas pessoas numa tentativa de entender melhor as formas de vigilância a que cada um de nós está sujeito, assim como tomar conhecimento dos direitos de privacidade que, em teoria, estão assegurados.

A greve geral de 14 de Novembro de 2012 ficou marcada por um grande número de detenções de manifestantes (ou simples transeuntes). Contudo, nos dias que se seguiram várias pessoas foram notificadas para prestar declarações, tendo sido identificadas através de imagens.

Vitória Martins foi uma das pessoas notificadas para comparecer no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP). A notificação aconteceu por telefone e disseram-lhe que tinham fotografias nas quais ela aparecia a arremessar pedras, pelo que estava a ser chamada a inquérito para obtenção de matéria para um eventual julgamento. Surpreendida com os moldes em que decorreu a notificação, Vitória perguntou se não iria receber uma carta. Acabou por receber um e-mail, no seu contacto pessoal. Até hoje, ainda não entende como obtiveram os seus contactos pessoais ou por que não foi identificada no local.

No momento do inquérito, Vitória viu pela primeira vez as fotografias em questão. "Estavam tão desfocadas que era impossível distinguir uma pessoa" afirma. Apesar de aconselhada pela advogada a nada declarar, a jovem teve de responder se já tinha estado envolvida num processo semelhante. Um livro que a procuradora folheava chamou-lhe a atenção: "Era um livro enorme cheio de fotografias, organizadas por nome", conta Vitória. Sobre a origem das imagens, recorda que, além das câmaras de vigilância ou das fotografias dos média, viu diversas pessoas, possivelmente polícias, a fotografar a manifestação do alto de edifícios.

Meses depois, o processo foi arquivado, no seguimento do arquivamento de outro processo curioso devido ao número de arguidos: 226 pessoas, identificadas durante uma manifestação junto à ponte 25 de Abril. Segundo o despacho enviado pelo DIAP, apesar de alguns arguidos serem reconhecíveis nas imagens, "não existem elementos que permitam concluir que estes elementos arremessaram pedras ou outros objectos aos agentes da autoridade e muito menos que estes tenham sido atingidos por aqueles". Na inexistência de indícios suficientes que sustentem a prática de crime, o processo deve ser arquivado.

> A vigilância que incide sobre os momentos de contestação estende-se a todo o espaço público com o objectivo declarado de identificar, registar e punir eventuais "infractores"

Um dos factos polémicos relacionados com a greve geral foi o aviso de carga feito pela polícia com um megafone. Em declarações posteriores, a polícia afirmou que o aviso tinha sido feito e bem audível, como as filmagens o mostravam. Por outro lado, manifestantes afirmam que nada ouviram pois era impossível o som do pequeno megafone ser audível no meio de uma multidão em protesto. Quase um ano depois, o Tribunal da Pequena Instância de Lisboa considerou que não foi proferida nenhuma ordem de dispersão de forma clara e perceptível. De acordo com o processo "foi proferida, através de megafone, uma mensagem de teor não concretamente apurado". Segundo o técnico de som Emílio Ferreira: "devido ao efeito de masking e ao volume acústico gerado pela multidão, seria impossível a audição da mensagem da polícia por parte dos manifestantes". Acrescenta ainda que: "a captação da mensagem por parte da câmara só foi possível por causa da proximidade do microfone da câmara à fonte sonora".

Sobre o direito à imagem, o sociólogo José Preto é claro. Considera que, para que uma imagem de câmara de vigilância possa ser utilizada, é necessário que "as imagens sejam legalmente recolhidas, isso significa desde logo que não podem ser usadas a não ser para o efeito a que se destinam. Esse efeito vem fixado no licenciamento da própria câmara ou sistema de câmaras. Não pode haver câmaras não licenciadas". Acrescenta que as câmaras junto da Assembleia da República estão licenciadas para garantir a segurança (e apenas à porta, não na escadaria) mas não para filmar manifestantes: "Trata-se de uma utilização abusiva", afirma. Cita ainda o artigo 79º do Código Civil, respeitante ao direito à imagem. Explica que, apesar de se tratar de uma exigência da polícia ou da justiça (como prevê o n.º 2), estão em causa os direitos à privacidade previstos no n.º 3 do mesmo artigo.

Ainda no campo legal, salienta uma alteração recente ao Código Penal. O artigo 347º, n.º 1, prevê o crime de resistência e coação sobre funcionário. Contudo, na Lei n.º 19/2013, de 21 de Fevereiro de 2013, foi acrescentada uma pena mínima de um ano de prisão, que anteriormente não estava prevista. Trata-se da acusação mais frequente em casos de manifestação. A 21 de Março de 2013, foi também aprovada uma lei proposta pela polícia que criminaliza petardos e outros artigos de pirotecnia em "reuniões, comícios, manifestações ou desfiles cívicos ou políticos".

Apesar de tudo, a manifestação das forças policiais, a 21 de Novembro do ano passado, parece fugir à regra. Não só foram invadidas as escadarias da AR e rebentados alguns petardos, como as consequências mais graves foram a demissão do director da PSP Paulo Valente Gomes – ocupando de seguida o cargo de oficial de ligação do Ministério da Administração Interna na embaixada portuguesa em Paris, auferindo um salário três vezes maior que o seu anterior. E, enquanto se assiste a uma desenfreada procura de "profissionais da desordem" em qualquer outra manifestação, mais de três meses depois o ministro Miguel Macedo não foi ouvido no parlamento nem chegou algum relatório da Inspecção-geral de Administração Interna acerca da manifestação dos polícias. Assim, as legislações sobre manifestações parecem não ser para todos. Com efeito, parecem ser criadas em função dos acontecimentos e de forma aleatória.

Para além disso, a criminalização, perseguição e repressão por parte do Estado à contestação social tem crescido de intensidade nos últimos tempos. Diariamente chegam casos de toda a Europa onde não são apenas os métodos usados pela polícia caracterizados por uma violência crescente: a legislação que regula o uso da rua e os limites dos protestos vai-se refinando e transformando para melhor servir o controlo de pessoas. Num horizonte que por vezes parece estar já aqui, existe sempre a possibilidade de serem instituídos estados de excepção para manter a paz. Na raiz do problema está a constante necessidade que o Estado tem em manter sobre total controlo tudo e todos. Perante a intensa crise social que se estende ao globo constata-se que o Estado teme o que lhe pode escapar ao controlo. Assim, o uso da criminalização e repressão de protestos banaliza-se ao longo de toda a sociedade.

MADRID

Em Espanha foi apresentada no parlamento a Lei de Segurança Cidadã mais conhecida como Ley Mordaza. A nova lei, criada especificamente para calar os protestos nas ruas, prevê a aplicação de multas para participantes em manifestações que tenham lugar em frente ao Congresso de Deputados que podem chegar a 30.000 e 600.000 euros para quem perturbar a ordem em actos públicos, desportivos ou religiosos, ou convocar reuniões públicas não comunicadas em infra-estruturas públicas. No passado dia 8 de Fevereiro foi convocada uma manifestação em Madrid contra a nova lei, por dezenas de colectivos diferentes. No final da manifestação a polícia antidistúrbios perseguiu vários manifestantes detendo 8 pessoas.

HAMBURGO

Na sequência de uma manifestação no passado dia 21 de Dezembro contra o despejo do centro social ocupado *Rote Flora*, contra a gentrificação da zona onde se situa o centro social e contra a perseguição a emigrantes, foi decretado o estado de excepção em certas zonas da cidade. Na Alemanha, a polícia pode proclamar uma zona de perigo, o que lhe dá direito a deter e controlar qualquer pessoa sem suspeita alguma.

Desparasitar a economia: as moedas alternativas

Ao longo da história têm sido várias as experiências de utilização de moedas alternativas e outras formas de organizar localmente o funcionamento da economia, de acordo com os interesses das comunidades. Independentemente da operacionalidade e coerência de cada experiência, uma das ideias que está na origem destas moedas, é a necessidade da sua utilização, exclusivamente como meio de troca, removendo o carácter especulativo e usurário que sempre esteve presente no sistema monetário oficial.

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

Cada dia se torna mais evidente que a necessidade contínua de expansão, inerente ao sistema capitalista, produz resultados devastadores no ambiente, nas relações sociais e na diversidade dos ecossitemas. Este modelo político-económico é suportado por um conjunto de instituições monetárias e financeiras centrais ao seu funcionamento. São os governos que fornecem esse suporte legal, concedendo a uma minoria parasitária os instrumentos para esta se apropriar da riqueza e do conhecimento que a sociedade produz como um todo, gerando escassez artificial e exclusão.

Isto tem incentivado formas alternativas de conceber e gerir a economia, desde uma perspectiva local e descentralizada, de acordo com as reais necessidades dos individuos e do meio natural onde se integram. Alguns desses exemplos são as variadas experiências de moedas alternativas, sistemas de troca, cooperativas de crédito e LETS (*Local Exchange Trading Systems*[1]) que se têm multiplicado um pouco por todo o lado.

Historicamente, outro factor que contribuiu para o desenvolvimento deste tipo de experiências foi a incerteza e a falência temporária do próprio sistema financeiro. Durante a crise ecomómica dos anos 90 na Argentina, face ao desemprego e à crescente implantação das cadeias de supermercados, começaram a expandir-se os Clubes de Troca, alimentados por productores e consumidores[2]. Também na Grécia, desde 2009, têm vindo a crescer as redes de moedas alternativas e complementares, bem como os respectivos mercados locais que as utilizam.

DOS CERTIFICADOS DE WORGL AO REGIOGELD

A pequena cidade de Worgl na Áustria, vivia no início dos anos 30 os efeitos da crise internacional, provocada pelo colapso da bolsa de Nova York[3], que atingiu todos os paises ocidentais industrializados, chegando rapidamente à Europa. Worgl encontrava-se assim num contexto de desemprego, escassez de dinheiro e falência de empresas. Face a esta situação, o presidente da Câmara, Michael Unterguggenberger, influenciado pelas ideias de Silvio Gesell[4], decidiu criar um programa de medidas para resolver as dificuldades económicas. O seu projecto baseou-se na ideia de que uma das principais causas do empobrecimento e estagnação económica era a lenta circulação da moeda. Via o dinheiro como meio de troca extinguir-se rapidamente das mãos dos trabalhadores, para se acumular nas mãos de uma minoria que colectava interesse sobre a moeda, não a devolvendo ao mercado.

Na tentativa de revitalizar a economia local e realizar uma longa lista de obras públicas, Unterguggenberger propôs que no município de Worgl a moeda do banco nacional fosse substituida por "Certificados de Trabalho Confirmado"[5]. A Câmara emitiria os certificados na forma de notas e o público aceitá-las-ia pelo seu valor total nominal. Foram impressos e postos em circulação um total de 32.000 Xelins em Certificados. Em Julho de 1932, o administrador da cidade encomendou o primeiro lote de notas ao "Comité da Prosperidade", num valor de 1000 Xelins, utilizando essas notas para pagar salários[6]. Surpreendentemente, esses 1000 Xelins, pagos em "moeda Worgl", atingiram tal nivel de circulação que retornaram quase de imadiato ao município, na forma de impostos, num total 5.100 Xelins. Isto resultou de uma das principais características da moeda: cada certificado expirava um mês após a data de emissão, sendo necessário para a sua renovação, adicionar um selo de valor igual a 1% do seu valor nominal. Assim a "moeda Worgl" desvalorizava com o tempo, fomentando as trocas, o crédito, e impedindo a acumulação de valor.

Passados 13 meses do início da circulação dos Certificados, a troca de bens e serviços aumentou largamente, ao mesmo tempo que as obras públicas previstas eram concluídas. A estabilidade dos preços, o aumento do emprego e a crescente prosperidade, atraiu curiosos de todos os lados. O sistema foi replicado pelas localidades vizinhas, começando também a cidade de Kirchbuhl a emitir a sua própria moeda. Em Junho de 1933, Unterguggenberger realizou um encontro com representantes de 170 vilas e cidades, interessados no seu sistema de "moeda livre". Em Setembro de 1933, os Certificados de Worgl foram proibidos por interferência do Banco Central da Áustria, reivindicando o monopólio legal da emissão de moeda, acabando assim com a "moeda" de Worgl.

Igualmente inspirado nas ideias de Silvio Gesell e na "oxidação" da moeda como interesse negativo, o sistema *Regiogeld* na vizinha Alemanha, em funcionamento desde 2003, agrupa actualmente mais de 20 moedas regionais. Apesar dos vários projectos partilharem objectivos comuns, como o fortalecimento dos laços sociais, a localização da economia, ou o consumo local sustentável, a sua implementação é bastante diversificada[7]. Uma das características de maior diferenciação, e talvez a mais polémica, prende-se com a questão do valor: algumas moedas são emitidas com valor equivalente em euros, podendo ser "compradas" e posteriormente conver-

DESENHAR CAMINHOS

tidas; outras só podem ser adquiridas com bens ou serviços e não são conversíveis em euros. Reside nesta característica o conceito diferenciador de "moeda" alternativa ou complementar.

AS HORAS DE ITHACA

Na cidade norte-americana de Ithaca foi criado, em 1991, um sistema de trocas local designado por "Horas Ithaca". As raizes históricas desta "moeda" remontam à época da Grande Depressão, quando devido à falência dos bancos e à falta de activos do governo, várias comunidades nos Estados Unidos ousaram ir além dos circuitos legais, e começaram a emitir a sua própria "moeda", na forma de certificados[8]. Quando o sistema foi implantado, uma lista de 90 subscritores aceitou o pagamento dos seus serviços neste sistema. Foi estabelecido que o valor de cada "hora" era aproximadamente de 10 dólares, de acordo com a média do valor horário que os trabalhadores da região recebiam naquela época, embora os valores transaccionados pudessem ser acordados entre as partes. As "Horas Ithaca" não são, por princípio, conversíveis para moeda convencional, apesar de alguns estabelecimentos poderem aceitar a troca.

Enquanto investigava sobre economias locais, Paul Glover, um dos fundadores do sistema de Ithaca, viu uma nota "hora" emitida em 1847 por Robert Owen[9]. Anos mais tarde, já depois do sistema de Ithaca estar em funcionamento, descobriu que as "horas" de Owen se baseavam na "loja do tempo[10]" de Josiah Warren, fundada em 1827, e uma das experiências pioneiras na utilização de "notas de trabalho". Paul Glover sustenta a ideia de que as interacções económicas devem ser baseadas na reciprocidade e harmonia, considerando a experiência das "horas" como parte do crescente movimento da "economia ecológica". Numa entevista dada em 1996, afirmou que «*o princípio subjacente ao movimento das moedas locais é a criação de comércio justo, minimizando o conflicto e a exploração das pessoas e dos recurso naturais*[11]».

Em 1999 foi criado o Conselho de Administração das "Horas". Além das tarefas organizativas e de suporte, concede empréstimos sem juros e subsídios em "Horas" a pequenos negócios locais e a organizações sem fins lucrativos. No mesmo espírito das "horas", foi criado um fundo para cuidados de saúde[12], agora integrado numa cooperativa[13], que tem como objectivo facilitar e promover o acesso a serviços médicos a todos os membros da comunidade, especialmente àqueles que não têm qualquer seguro de saúde. Esta coperativa gere uma clínica livre[14] composta por voluntários e profissionais de diversas áreas.

Até ao presente, o sistema de troca de Ithaca transaccionou vários milhões de dolares em "horas" entre os milhares de residentes. Mais de 500 negócios locais aceitam pagamentos neste sistema, incluíndo agricultores, carpinteiros, electricistas, canalizadores, cafés, restaurantes, salas de espectáculos e livrarias. A "moeda" de Ithaca inspirou também a criação doutros sistemas similares em Madison, Wisconsin, Corvallis, Oregon e Pennsylvania.

O BANCO DAS PALMAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O Conjunto Palmeira é uma favela na periferia de Fortaleza, no nordeste do Brasil, com cerca de 30 mil habitantes. Os primeiros moradores chegaram em 1973, vindos de despejos realizados na zona litoral da cidade. Ao mudar para o interior a comunidade, constituída maioritariamente por pescadores, ficou sem qualquer tipo de rendimento, passando a viver na probreza extrema. A construção espontânea deu origem a uma grande favela sem saneamento básico, água tratada, energia elétrica, escolas ou qualquer outro serviço público. Em 1981 foi criada a Associação de Moradores do bairro[15] para enfrentar estes problemas e melhorar as suas condições de vida.

Em Janeiro de 1998 nasce o Banco das Palmas e é implementada uma rede de productores e consumidores. O objectivo inicial do banco era garantir micro-créditos para o consumo e produção, com juros muito baixos, sem comprovativos de rendimentos ou fiadores. A gestão do banco é feita localmente pela própria Associação de Moradores, sendo os seus funcionários maioritariamente voluntários. O banco começou com apenas 10 clientes a partir de um empréstimo de dois mil reais, contraído junto de uma ONG local. Em 2000 foi criada a moeda social "Palmas" que circula no comércio local.

> **"Durante a crise ecomómica dos anos 90 na Argentina, face ao desemprego e à crescente implantação das cadeias de supermercados, começaram a expandir-se os Clubes de Troca, alimentados por productores e consumidores"**

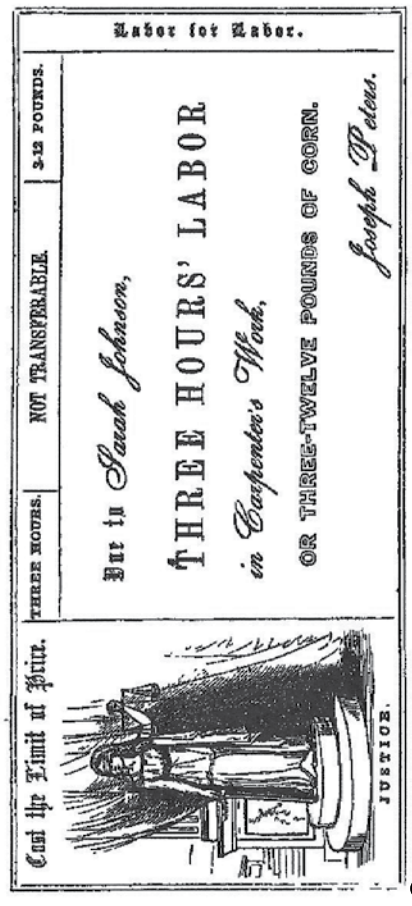
O Banco das Palmas foi o primeiro banco social do Brasil. Para difundir as práticas de economia solidária e replicar a experiência, os moradores do conjunto Palmeira criaram o Instituto das Palmas[16], que tem dado apoio e suporte legal a outras associações, cooperativas e bancos comunitários, inspirados nos mesmos princípios. O instituto das Palmas tem desenvolvido e dado apoio a vários projectos no bairro, como cooperativas, empresas autogeridas, escolas populares, entre outros. Estima-se actualmente que 90% da riqueza gerada no bairro é reinvestida no comércio local. A Rede Brasileira de Bancos Comunitários inclui cerca de 152 bancos comunitários em todo o pais, estando em circulação aproximadamente uma centena de moedas sociais. O Banco das Palmas inspirou mesmo outros paises da América Latina[17], como é o caso da Venezuela, que possui hoje cerca de 3600 bancos comunitários e cerca de 300 moedas sociais.

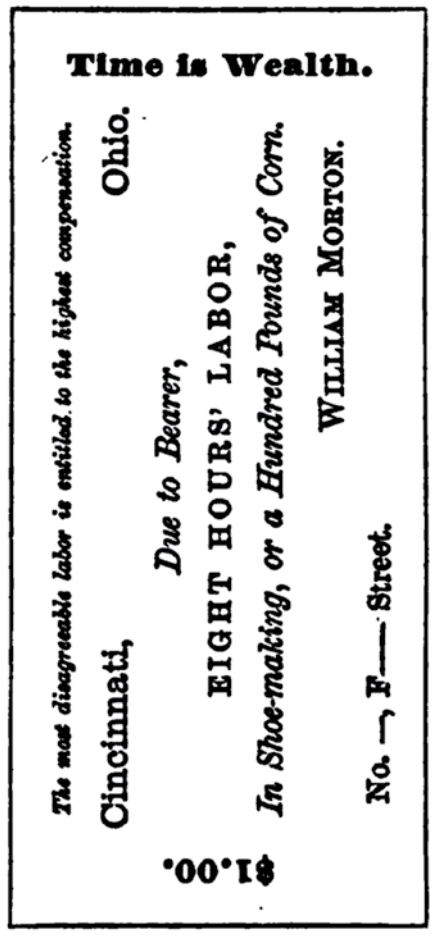
MOEDAS LOCAIS E DECRESCIMENTO

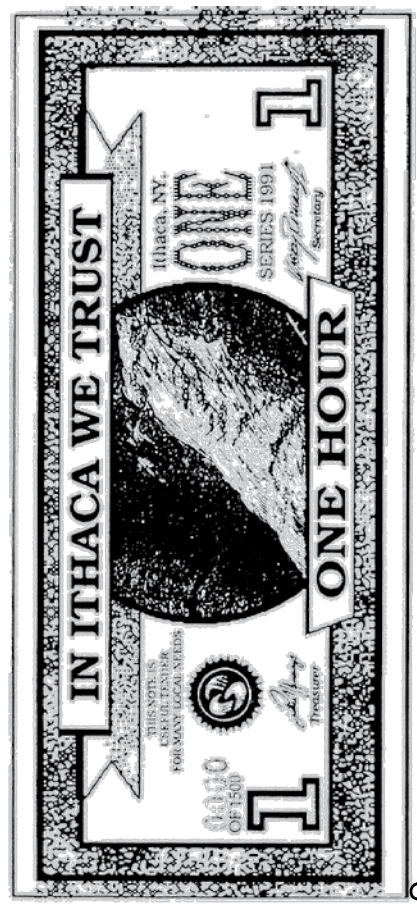
A adopção de formas alternativas de economia tem sido também desenvolvida pelo "movimento" pelo Descrecimento, resultando da sua crítica ao actual sistema económico. O crescimento contínuo e infinito resulta em danos irreparáveis ao ambiente a às diversas formas de vida, acelerando o aquecimento global, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição ambiental, contribuindo para a destruição dos ecossistemas e para o crescimento das desigualdades sociais. Sendo um movimento heterogéneo, o Decrescimento integra diferentes estratégias e prioridades na procura de alternativas à sociedade industrial. As soluções que propõe passam pela agroecologia, pelo fortalecimento das economias locais e pela gestão colectiva de recursos, de modo a reduzir a escala de produção e consumo, gerando um entorno ecológico sustentável. Na Segunda Conferência Internacional pelo Decrescimento[18], realizada em Barcelona em 2010, entre várias propostas, como o fomento de cooperativas e pequenas empresas autogeridas, foi colocado o enfoque na expansão das moedas locais e na eliminação gradual da moeda de curso "legal"[19].

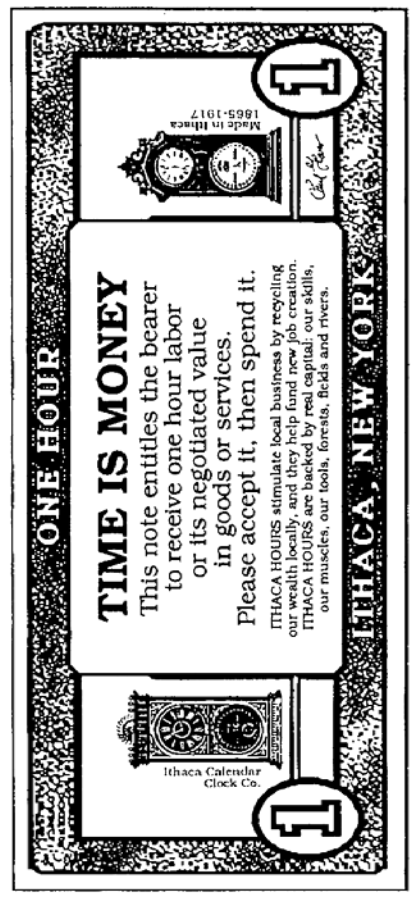
A Rede de Cidades em Transição surgiu em Inglaterra em 2007, em resposta a desafios globais como a mudança climática, o pico do petróleo ou a crise energética. Sendo um movimento de base, interliga vários projectos e iniciativas que unem esforços para responder as estes desafios, procurando construir comunidades resilientes[20], afastadas da dependência dos combustíveis fósseis. Tem como principal influência os princípios da permacultura e os trabalhos de Rob Hopkins, pioneiro no desenvolvimento e na aplicação do conceito. As várias iniciativas de "transição" focam-se na auto-suficiência em áreas

A "loja do tempo" de Josiah Warren, fundada em 1827, foi uma das experiências pioneiras na utilização de "notas de trabalho".








ONE HOUR
TIME IS MONEY
This note entitles the bearer
to receive one hour labor
or its negotiated value
in goods or services.
Please accept it, then spend it.
ITHACA HOURS stimulate local business by recycling our wealth locally, and they help fund new job creation.
ITHACA HOURS are backed by real capital: our skills, our muscles, our tools, forests, fields and rivers.
Ithaca Calendar Clock Co.
Made in Ithaca 1865-1917
ITHACA, NEW YORK

fundamentais como a alimentação, a energia ou os transportes. A criação de hortas comunitárias é um dos exemplos, bem como a procura de alternativas energéticas. O Grupo de Transição de Brixton instalou a primeira estação solar de Inglaterra, gerida pela própria comunidade. A criação de moedas locais é outra dessas iniciativas, tendo sido já implementadas em Totnes, Strowd, Lewes, Brixton e Bristol. Este "movimento" tem alastrado a outros paises[21] e continentes.

A COOPERATIVA INTEGRAL CATALÃ

A Cooperativa Integral Catalã (CIC) estabeleceu-se em Maio de 2010 na região da Catalunha, encarando o modelo das Cooperativas Integrais como uma ferramenta de contra-poder e subversão ao sistema capitalista. O conceito integra os elementos básicos duma economia, como o consumo, a produção, o financiamento e a "moeda", com as áreas de actividade necessárias à subsistência: alimentação, habitação, energia e educação. Define-se, assim, como um projecto de "desobediência económica", baseando-se nos principios assembleários da democracia directa, e na autogestão económica e política. Um dos impulsionadores deste projecto foi Enric Duran, que em 2008 assumiu publicamente a expropriação de várias entidades financeiras, no valor de meio milhão de euros, com o objectivo de denúnciar o sistema capitalista e financiar vários movimentos sociais anti-capitalistas.

A CIC une uma vasta rede de productores e consumidores como estructura cooperativa, de maneira a dar suporte a todos os requisitos legais, inerentes aos intercâmbios económicos dos seus associados. O modelo da "moeda" da CIC (*Ecocoop*), baseia-se em experiências anteriores de redes de intercâmbio denominadas de *Ecoxarxas*. A "moeda" é utilizada apenas como sistema de medida, entre as pessoas e a comunidade, excluindo totalmente o objectivo de acumulação[22] e renda. Também são promovidas outras formas não monetárias de intercâmbio. Os *Ecocoops* não são conversíveis em Euros e, para além de representação física, possuem também representação virtual através da plataforma Web CES (*Community Exchange Network*[23]). Esta plataforma *open source e* sem fins lucrativos, é de utlização livre e fornece os seus serviços a vários sistemas de troca comunitários existentes em diferentes partes do mundo. A plataforma oferece a possibilidade de intercâmbio entre utilizadores da mesma comunidade e entre utilizadores de diferentes comunidades.

"Desparasitar a economia significa, ir além da crítica ao sistema monetário e analisar os agentes e factores que se manifestam noutras áreas, como a privatização de recursos naturais ou o papel do Estado no favorecimento de economias de escala."

Apesar da CIC se apresentar como a escolha ou uma opção por um "estilo de vida", no universo das experiências económicas alternativas, é um dos projectos que mais se vincula a uma posição política comprometida, propondo a constituição de comunidades autónomas e autosuficientes, independentes do sistema.

BANCOS DO TEMPO E OUTRAS INICIATIVAS EM PORTUGAL

Os Bancos do Tempo são um sistema de troca de serviços que utiliza unidades de tempo como medida de "valor". O conceito surgiu em Portugal em 2002, por iniciativa da associação Graal que se inspirou na filosofia dos Bancos do Tempo criados em Itália nos anos 90. Conta actualmente com 35 núcleos, distribuídos por todo o país, envolvendo várias centenas de utentes. O seu principal objectivo centra-se na criação de redes de entreajuda, sustentadas por afinidades de vizinhança e interesses comuns. Entre os serviços mais trocados estão as aulas, reparações domésticas, jardinagem e culinária.

Uma das experiências pioneiras na utilização de moedas de troca em Portugal, teve início na povoação Granja do Ulmeiro, no concelho de Soure, distrito de Coimbra. A "Granja", como era denominada, começou a circular na 2ª edição do Mercado Solidário de Granja do Ulmeiro, a 29 de Abril de 2006. A "Granja" era impressa em papel, sendo utilizada nas várias edições desse mercado que durou até 2009. Foi inicialmente estabelecido que o valor de 100 "Granjas" equivaleria a uma dúzia de ovos. A iniciativa dos Mercados Solidários culminou, em Fevereiro de 2010, com a criação da mercearia solidária "Pirilampa", utilizando também a "Granja" como moeda. A experiência durou até 2011, quando a associação AJPaz (Acção para a Justiça e Paz), dinamizadora destes e outros projectos de "economia solidária", foi descontinuada.

Na terceira edição da Feira de Trocas das Virtudes, realizada em Dezembro de 2012, no Porto, foi introduzida, a título experimental, a "moeda" de troca "Virtas". Esse evento deixou entretanto de se realizar, dando origem à Rede Ecosol do Porto[24]. Esta rede, além de promover os princípios da Economia Solidária, mantém um sistema de troca que utiliza a "moeda" virtual "Ecosol". Sendo um projecto recém-criado, está actualmente a funcionar com intercâmbios entre os seus membros, tendo em perspectiva a expansão à comunidade local.

DESPARASITAR A ECONOMIA?

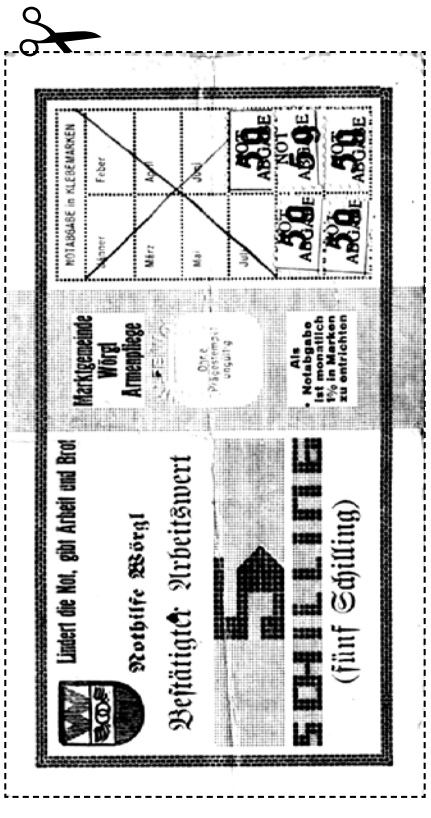
No universo das moedas alternativas e dos sistemas de troca, a multiplicidade de projectos e referências ideológicas que os definem, não permite, à partida, uma crítica homogénea. Apesar de partilharem objectivos comuns, como o fortalecimento dos laços sociais, a localização da economia ou o consumo local sustentável, a sua implementação é bastante diversificada.

A abrangência crítica de cada projecto revela-se na sua operacionalidade, isto é, como moeda complementar e compatível com o sistema monetário oficial, ou como moeda realmente alternativa, adversa a qualquer parceria. Nesse sentido, algumas dessas experiências poderão considerar-se uma forma de resistência ao sistema de exploração generalizada que vivemos hoje, quando reconhecem e recusam os agentes concretos da pobreza e da exclusão social, bem como os respectivos mecanismos de domínio económico. Outras, apesar do discurso aparente da "solidariedade", reproduzem e ocultam as verdadeiras origens do problema.

Curiosamente, a Fundação EDP, na edição 2009 do seu programa de solidariedade social, incluiu um projecto designado por "Comunidades Auto-financiadas", cujo objectivo era a «*criação de Comunidades de Autogestão Financeira», c*hegando mesmo a apoiar a mercearia solidária de Granja do Ulmeiro. É no minimo irónico ver até onde podem ir as campanhas de *marketing* duma das empresas que mais destruição ambiental tem causado ao país, e à custa da qual os seus gestores acumulam fortunas milionárias. Também o Banco das Palmas estabeleceu em 2006 uma parceria com o Banco Popular do Brasil[25] e mais tarde com a Petrobrás, iniciando em 2013 uma campanha de apoio ao Mundial de Futebol, ao mesmo tempo que as ruas de várias cidades Brasileiras se enchiam de protestos contra o desperdício de fundos públicos na construção de estádios de futebol. Outro exemplo é o projecto SOL em França, promotor da "Economia Solidária", financiado pela Comissão Europeia e por bancos nacionais. Desde uma perspectiva de mudança efectiva, as contradições destes projectos em particular, revelam a sua inocuidade.

O sistema monetário constitui apenas um dos monopólios legais nos quais assenta a exploração capitalista. Desparasitar a economia significa, ir além da crítica ao sistema monetário e analisar os agentes e factores que se manifestam noutras áreas, como a privatização de recursos naturais ou o papel do Estado no favorecimento de economias de escala.

Gerir a economia a partir de associações voluntárias de carácter local e comunitário, a par da descentralização e variedade de modelos económicos que primam a autonomia, é certamente um desafio. Será também uma inversão de pensamento, face à expansão totalitária do capitalismo corporativo e financeiro ou a outras alternativas de planeamento centralizado delegadas nas funções do Estado. Reapropriar a economia e os seus instrumentos a partir das bases, favorecendo a escala humana e a reciprocidade, conflui com outras formas de resistência aos poderes estabelecidos.



CINCO
palmas
5
ASMOCONP - Ass. Moradores Conjunto Palmeira
Av. Val Paraíso, 698 - Conjunto Palmeira
CEP 60870-440 - Fortaleza - CE - Brasil

1 Termo originado por Michael Linton, a partir do conceito implementado em 1982 no Canadá.

2 Os associados dos Clubes de Troca são ao mesmo tempo consumidores e productores, chamados *prossumidores*.

3 Quebra do Mercado de Ações de 1929, foi o início da Grande Depressão ou Crise de 1929, sendo considerado o mais longo período de recessão económica do século XX. A quebra abrupta e repentina do valor das ações na Bolsa de Nova York ocorreu a 24 de Outubro de 1929, ficando esse dia conhecido como *Quinta-Feira Negra*.

4 Anarquista Alemão e Economista, publicou entre outros escritos, a importante obra sobre o sistema monetário, *Die Natürliche Wirtschaftsordnung* (A Nova Ordem Económica), em que expõe as suas criticas ao sistema financeiro capitalista e propõe várias reformas sobre a moeda e o uso da terra. As teorias económicas de Gesell são uma reacção à economia planeada e centralizada de Marx, bem como ao princípio laissez-faire do liberalismo clássico. De forma simplificada, o seu modelo é caracterizado como uma economia de mercado sem capitalismo. Silvio Gesell fez parte do soviete de Munique (1919) como ministro da economia, juntamente com Gustav Landauer como ministro da cultura, entre outros conhecidos libertários.

5 *Bestätigter Arbeitswerte*, no original

6 *Das Experiment Von Wörgl: Ein Weg Aus Der Wirtschaftskrise*, Fritz Schwarz, 1951.

7 *The German Regiogeld system and its handling in everyday life*. Christian Thiel, Fevereiro de 2011

8 ITHACA JOURNAL, *An Alternative to Cash, Beyond Banks or Barter*, 31 de Maio de 1993.

9 Reformador social Galês, foi um dos fundadores do chamado "socialismo utópico" e do movimento cooperativista.

10 A Loja do Tempo de Cincinnati foi uma loja de retalho, criada pelo anarquista americano Josiah Warren, com o objectivo de colocar em prática as suas teorias económicas, baseadas na Teoria do Valor do Trabalho. Esta loja durou desde Maio de 1827 até Maio de 1830.

11 *Underthrowing the System: How Low Finance Undermines Corporate Culture*, Journal of Ecology and Healthy Living, Sept/Oct 1996.

12 *Ithaca Health Fund*

13 *Ithaca Health Alliance*

14 *Ithaca Free Clinic*

15 ASMOCONP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira

16 *Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconômica Solidária*

17 Finanças Solidárias e Economia Social, Paul Singer

18 *Segunda Conferencia Internacional sobre Decrecimiento Económico para la Sostenibilidad Ecológica y la Igualdad* Social, Barcelona, Março de 2010.

19 *Declaración sobre Decrecimiento*, Desazkundea, Barcelona, Junho de 2010.

20 Resiliência é a capacidade de um ecossistema restabelecer o seu equilíbrio após este ter sido rompido por um distúrbio. (*Ecological resilience - in theory and application.* Annual Review of Ecology and Systematics, GUNDERSON, L.H., 2000)

21 Em portugal são exemplos desse movimento a iniciativa da Aldeia das Amoreiras, levada a cabo pelo GAIA (Grupo de Acção e Intervenção Ambiental), e a Rede de Transição de Portalegre que promoveu o encontro Ajudada em Junho de 2013

22 http://cooperativa.cat

23 http://www.community-exchange.org/

24 https://communities.cyclos.org/ecosolporto

25 Subsidiário do Banco do Brasil para o segmento de microcrédito

PONTOS NO MAPA

SEGUNDA PARTE

Há uma história *queer* em Portugal?

Contributos para uma reflexão em volta do trabalho sexual, do aborto e de algumas experiências autónomas de sexualidade.

FERNANDO ANDRÉ ROSA
MIGUEL CARMO
HISTORIAQUEER@GMAIL.COM

Vem agora à estampa a segunda parte da série iniciada no número anterior, falando-se agora de trabalho sexual, do aborto livre e de algumas experiências autónomas de sexualidade. São 40 anos de democracia revistos com a lupa queer, com o objectivo de escrever uma história da sexualidade militante.

Aids, Pop, Repressão / O que é que eu fiz para merecer isso?
Ratos do Porão, 1989

Na primeira parte deste artigo publicada no número anterior falamos de *queer antes de o ser*, a partir de pontualidades da sexualidade militante nos últimos 40 anos. Como disse um jovem militante, no longínquo ano de 1977, no "Lambda", jornal que nasce no interior da Autonomia italiana:

«Não quero ser recuperado na normalidade heterossexual porque não acredito nela. Mas também não acredito num modelo homossexual e portanto, estando consciente dos meus limites, quero avançar na minha libertação para fazer explodir tudo o que afastei e (...) mudar-me a mim próprio e não ser nem homossexual nem heterossexual e, mais do que bissexual, ser aquilo que ainda não sabemos o que é, por ser reprimido».

O género, a sexualidade e o sexo não são compartimentos estanques, pelo que a sua separação nas narrativas várias e nas formas de lutas não só produz novas margens, como enfraquece a emancipação dos corpos, dos papéis sociais e reforça os interditos. É esta síntese que insistimos em chamar *queer* e que desenvolvemos agora em torno do trabalho sexual, do aborto e de experiências autónomas de sexualidade.

O TRABALHO SEXUAL É CONTRA O TRABALHO?

As prostitutas permaneceram sempre silenciadas. Não há grande memória de momentos de luta ou de organização, a não ser a caridade e o abolicionismo promovidos por algumas associações junto das "indigentes". Uma das primeiras excepções surge em 2005 no Porto, quando um grupo de 20 "trabalhadores do sexo" discute a formação de um sindicato ou associação profissional no Dia Internacional Contra a Violência sobre os Trabalhadores do Sexo. Uma mobilização de rua organizada viria a surgir no MayDay Lisboa de 2009, quando por iniciativa do Centro em Movimento e das Panteras Rosa se estabelecem contactos com prostitutas, que pretendem integrar o desfile do 1º de Maio para afirmar a condição de trabalhadoras sexuais. É um pequeno grupo de mulheres que se esforça por integrar a manifestação e que a CGTP-IN insiste militantemente em não reconhecer, a não ser no conceito de tráfico.

Em 2011, as *putas* regressam ao MayDay, apoiadas por militantes *queer* e feministas através da P*T*S - Plataforma de Trabalho Sexual, que integra os grupos referidos antes e ainda a UMAR e Irmãs Oblatas - mas são sujeitas à interdição formal por parte da CGTP, que mediante um comunicado de imprensa afirma que o bloco precário não é bem-vindo no desfile se trouxer consigo trabalhadoras organizadas numa luta pelo estatuto laboral sexual. Esta posição surge na sequência de uma campanha do Alto Comissariado para a Saúde dirigida à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis junto de trabalhadoras/es sexuais, onde a CGTP critica a "utilização de dinheiros públicos, numa campanha, que claramente assume existirem «trabalhadoras do sexo»". Em Lisboa, a organização do MayDay decide poupar-se ao confronto com a CGTP, ao contrário de algumas dezenas de *queers*, feministas e trabalhadores sexuais que decidem, já no fim do desfile, interromper o discurso de Carvalho da Silva com palavras de desordem como "sou puta precária, também sou proletária" ou "trabalho sexual é trabalho", debaixo de dezenas de sombrinhas vermelhas, símbolo da luta das/os trabalhadoras/es do sexo.

Não querer discutir a utilização do corpo como força de trabalho, incluindo a sua dimensão sexual, é não querer encarar o carácter arbitrário, miserável e violento de tantas outras formas de trabalho, de desemprego ou de marginalidade. Poderá o movimento *queer*, ao considerar a prostituição como trabalho, relançar a crítica do trabalho e da sua abolição, no sentido de uma crítica comum da exploração? Ou para o dizer de forma mais simples: abolir a prostituição assim que se abolir o trabalho assalariado como relação social de exploração e violência.

Teria sido aquele o momento para repensar e alargar as lutas pela liberdade sexual, em resposta a um movimento sindical conservador e ortodoxo, cujos argumentos em nada divergem do paternalismo e da higienização católicas, e que insiste em não reconhecer o trabalho sexual dentre as opções de exploração que cada pessoa dispõe para viver. Em 2011 surge a Rede de Trabalho Sexual, que tem actuado sobretudo no campo dos direitos sociais e laborais, e contra todas as formas de violência, através de acções de sensibilização, pareceres e estabelecimento de contactos.

O ABORTO LIVRE FOI A VOTOS.

A história da despenalização do aborto, e dos referendos que a serviram em 1998 e 2007, está escrita[1]. É uma história institucional, concentrada nas dinâmicas partidárias e legislativas e nas grandes campanhas que se erigiram para o efeito, que está, na nossa opinião, ancorada na representatividade democrática enquanto modelo geral de leitura e transformação social e no Estado como modelo último de organização humana. É esta história que nos conta que a vitória de 2007 se deveu bastante à opção estratégica, tomada pelo movimento amplo e diverso de apoio à despenalização, de ocultar todo o argumentário que remetesse para o direito das mulheres a tomar decisões sobre o seu próprio corpo, em favor de um discurso focado na saúde pública e no fim dos julgamentos de mulheres. Argumentos que estiverem presentes na campanha de 1998, derrotada. Esta decisão é fortalecida pelo facto de virem a público algumas mortes (Lizete Moreira morre a 8 de Março 1997, na sequência de um aborto clandestino), bem como processos e julgamentos por aborto (Em 2001 foram acusadas na Maia 17 mulheres pelo crime de aborto).

> Recuemos ao pós-25 de Abril, onde surgem diversas instalações dedicadas à saúde com um carácter comunitário(...). A Clínica Comunal Popular na Cova da Piedade destaca-se por vários motivos entre os quais (...) o aborto em condições à margem da lei

Recuemos ao pós-25 de Abril, onde surgem várias clínicas, maternidades e outras instalações dedicadas à saúde, com um carácter comunitário e ligadas às ocupações de edifícios. A *Clínica Comunal Popular* na Cova da Piedade destaca-se por vários motivos[2], entre os quais o apoio da população e o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, que inclui sala de partos, consultas de contracepção e planeamento, cuidados materno-infantis e, tudo indica, aborto em condições à margem da lei. É a partir destas experiências, que contam com a colaboração de equipas de jovens médicos, alguns estrangeiros, que se criam unidades ambulatórias de aborto numa rede de casas emprestadas, preparadas para o efeito, e usando técnicas avançadas para a época - que só décadas mais tarde aparecem perto da fronteira em Espanha. Além do mais, estas práticas contrastavam com o obscurantismo e culpabilização que geralmente acompanhava os desmanchos feitos por parteiras em condições insalubres. O serviço ambulatório era apoiado por uma rede de contactos que circulava boca a boca, com números de telefone. Era proibido, mas era

O guarda-chuva vermelho tem sido usado como símbolo da luta das/os trabalhadoras/es do sexo, muito usado nos mobilizações de rua.

o PREC. Aqueles que lutam pelo aborto livre e gratuito debatem-se naqueles anos com leis e uma sociedade penalizadora[3], mas decidem combater agregando recursos humanos, meios técnicos e uma rede de apoio clandestina.

A história que interessa aqui agarrar é precisamente esta das formas autónomas de poder e ilegalidade, que na sua duração questionam o poder político democrático enquanto legítimo dispensador de liberdades e seguranças e bem-estar. É a mesma forma autoritária Estado que despenaliza o aborto em 2007, vindo assegurar o direito à escolha das mulheres e o usufruto de práticas abortivas no SNS, e que o penalizou até então, assegurando décadas de prisões e mortes, e um jugo feroz sobre a cabeça de todos nós. É ainda a mesma forma Estado que pode vir a penalizá-lo novamente. O regresso de mobilizações amplas pela penalização do aborto em Espanha torna mais claro o carácter precário da lei e das liberdades recentemente obtidas e dispensadas pelo Estado português. É talvez oportuno neste momento esclarecer que os autores deste texto votaram pela despenalização nos referendos, sem receio que a guilhotina do Estado lhes cortasse a mão de voto.

FABRICANDO AUTONOMIA, O RDA69, NOVOS GRUPOS.

"Do mesmo modo que abandonámos as bolorentas identidades políticas, que deixaram há muito de contribuir para a construção de uma autonomia em combate contra uma sociedade de miséria, (…) recusamos, não sem esforço, os novos logros identitários de pacifistas, violentos, indignados, o caralho a quatro. Somos o corpo da revolta. A comuna em movimento." Trata-se de um panfleto distribuído no 25 de Abril de 2012 por um emblemático bloco *queer* de cara tapada (*Pink-Bloc*), que integra o desfile comemorativo na Avenida da Liberdade, afirmando numa faixa que "o futuro é engendrado pelo desejo" – quase 40 anos depois do General Galvão de Melo ter afirmado na televisão pública que a revolução não se fez para prostitutas e homossexuais a reivindicarem. Nesse mesmo dia a ES.COL.A da Fontinha no Porto é reocupada por uma multidão determinada e um prédio na Rua de São Lázaro em Lisboa é também reocupado propondo outras formas de evocar Abril. Estas várias acções revelam, mais do que coincidência, comunicação. Continuam xs *queer* no panfleto: "O feminismo tem sido importante para a crítica e acção radical sobre a vida. Ele fala de desejo, de amor, de amizade, de homem e mulher, de corpos, de barricadas, da racionalidade instrumental, de xamanismo, de clínica. (…) A razão não o satisfaz, exige uma sensibilidade ou poética ou funções do cérebro direito. Exige bruxaria e histerismo".

Antes deste momento vimos nascer a RDA69, Recreativa dos Anjos, em Junho de 2010; vimos um grupo assinar *queers-feministas anticapitalistas* e apelar ao "bloqueio e sabotagem" na convocatória para a primeira manifestação alguma vez feita em dia de greve geral (24 de Novembro de 2010), que juntou "mil pessoas entre o Largo de Camões e o Rossio"[4]; vimos a 13 de Maio de 2011 os colectivos anónimos *G13 – Grupo das Treze* e *Queers-Feministas-Anticapitalistas* assinalar a data religiosa espalhando pelas ruas de Lisboa um cartaz com a Maria Madalena reclamando direitos sexuais para quem presta serviços sexuais; vimos uma *SlutWalk* em Lisboa, em Junho de 2011.

Reconhecemos relevo no que vimos acontecer na RDA69 e somos talvez demasiado suspeitos para o afirmar. É a partir de um núcleo de experimentação *queer* que gira em torno deste centro social que se dá uma saída do armário, não tanto individual quanto colectiva, concretizada na produção de acções e discursos múltiplos: "Super Cona 3", o primeiro ciclo de cinema pornofeminista de Lisboa, o "book bloc" feminista que discute textos e filmes mensalmente, debates e rendez-vous vários, presenças *queer* organizadas em manifestações. Pela primeira vez, um espaço com uma forte expressão anarquista e autónoma conjugava, livre e alegremente, um programa eminentemente político com actividades como o "workshop de dildos", para além de uma estética fortemente sexualizada que se viria a inscrever na divulgação dos eventos e na vida do espaço.

SUPER CONA 3
CICLO DE CINEMA PORNO FEMINISTA
1/2 e 9 de Abril
RDA 69
R / Regueirão dos Anjos, 69
http://rda69.wordpress.com
rdanjos69@gmail.com
SEX | 1 Abril | 21h*
"Inside deep throat"
(Fenton Bailey, Randy Barbato, 92')
Conversa com Manuela Góis
SÁB | 2 Abril | 21h*
"The Black Glove" (Maria Beatty)
"Behind the Green Door" (Artie Mitchell, Jim Mitchell, 72')
Conversa com Eva Holt
SÁB | 9 Abril | 21h*
"Dirty Diaries"
Conversa com Inês Martins
Festa das festas
*20h Jantar Afrodisiaco
CICLO DE CINEMA PORNO-FEMINISTA?
Mas xs feministas não acham todxs que a pornografia é uma forma de degradação e exploração das mulheres?
Há feministas que vêem a pornografia como espaço de contra-poder e resistência por produzir representações alternativas, em que corpos, partes dos corpos e desejos considerados "monstruosos" pela norma - lésbicas, gays, trans, putas, travestis, drag-kings, mulheres barbudas, pessoas com deficiência, velhxs, sado-maso's, queer, bi's - passam a ser sujeitos de enunciação e lugares de resistência ao ponto de vista "universal" do homem branco, heterosexual, de classe média.
Este ciclo é um espaço para essas práticas marginalizadas, para essas performatividades alternativas, e para construir novas formas de prazer-saber.

Cartaz de divulgação do ciclo de cinema porno-feminista no RDA69, em 2011: "Mas as feministxs não acham todxs que a pornografia é uma forma de degradação e exploração de mulheres?"

Em 2011, as *putas* regressam ao MayDay, apoiadas por militantes *queer* e feministas através da P*T*S - Plataforma de Trabalho Sexual, que integra os grupos referidos antes e ainda a UMAR e Irmãs Oblatas

Surgem por essa altura várias grupos ou micro-movimentos que se reivindicam *queer*, tais como o Exército de Dumbledore, as Bichas Cobardes e os Rabbit Hole[5], confrontando a agenda dos direitos sexuais com uma mudança de direcção que transcende e muitas vezes crítica a agenda institucional dos partidos políticos e dos movimentos LGBT e feminista. Há um percurso *queer* hoje que é herdeiro de uma história e de um conjunto de laboratórios e ligações que é preciso identificar. Novos momentos haverá para se olhar com tempo para as propostas destas orgânicas, de modo a estabelecer um diálogo no campo da emancipação humana e, em particular, das próximas lutas na "época da austeridade".

No centro do projecto queer há uma interrogação primordial sobre a relação que se estabelece entre os lugares que ocupamos, tão sexuais quanto políticos, tão económicos como sociais, e a possibilidade de acção política emancipadora. É nesta interrogação e nas respostas queer que tem sido avançadas, que encontramos a matéria bruta para re/pensar, re/organizar e re/inventar um movimento social suficientemente pujante e capaz para desnaturalizar o capitalismo e para construir um comum.

As *putas* no 1º de Maio. .Cartaz da P*T*S (Plataforma de Trabalho Sexual) no MayDay de 2011 em Lisboa,

1 Ver, por exemplo: *A despenalização do aborto em Portugal, discursos, dinâmicas e acção colectiva: os referendos de 1998 e 2007*, de Magda Alves entre outras. Oficina do CES, Coimbra, 2009.

2 Em 1975 Margarida Gil filma o documentário *Clínica Comunal Popular da Cova da Piedade*, premiado em Leipzig, sobre a ocupação do palacete pela população e transformação em clínica; a 9 de Dezembro de 1975 um forte aparato militar, composto por uma centena de guardas-republicanos e fuzileiros, revista a Clínica às 6 horas da manhã, na sequência das manobras intimidatórias do pós-25 de Novembro.

3 No início de 1976, uma reportagem polémica sobre aborto clandestino no programa "Nome – Mulher" da RTP intitulada "Aborto não é crime", das jornalistas Maria Antónia Palla e Antónia de Sousa, levou à suspensão do programa e ao julgamento das autoras por "atentado ao pudor e incitamento ao crime".

4 O texto *"Sobre a passagem de alguns milhares de pessoas por um breve período de tempo"*, assinado pelas Edições Antipáticas, descreve este momento e enquadra-o numa proposta sobre o ciclo de lutas 2010-2013.

5 Do manifesto Rabbit Hole: "Inspirada nas noites queer-trash das grandes urbes, nasce em Lisboa uma estrutura que dá espaço aos queers e às prostitutas, amantes da arte, do core, da artcore e do hardcore, cyborgues, genderfuckers e rave-feministas."

MÍDIA NINJA

O inverno que mudou o Brasil: uma análise anticapitalista das jornadas de junho de 2013

O Brasil assistiu a intensos protestos durante 2013 e, ao que parece, 2014 não lhe ficará atrás. Depois de milhares terem tomado as ruas contra o aumento do preço dos autocarros parece que, a poucos meses do início da Copa do mundo da FIFA, a rua não dará tréguas e insiste em gritar que não há sentido nenhum em organizar um megaevento à custa das vidas dos seus habitantes.

KADJ OMAN
AMARGO@GMAIL.COM

Quando Luiz Inácio da Silva, o Lula, assumiu a presidência do Brasil em 2002, sendo o primeiro ex-operário a fazê-lo, em muitas mentes cresceu a esperança de reformas estruturais que pudessem diminuir de fato a desigualdade no país. Doze anos depois, o Brasil parece ter se tornado finalmente a potência capitalista emergente que prometia ser desde sempre: a todo lado se divulgam que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com dois mandatos de Lula e um de Dilma Rousseff, a primeira presidenta de nossa história, tirou 30 milhões de pessoas da pobreza, estabilizou a economia e tornou o país capaz de pleitear e vencer a disputa para receber dois megaeventos mundiais: a Copa da Fifa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

No meio dessa aparente maré de tranquilidade, em 2013, a um ano da Copa e alguns dias da Copa das Confederações, evento que a Fifa organiza para testar a estrutura do país anfitrião da Copa, passaram a pipocar pela mídia imagens de protestos multitudinários no Brasil. Por todo lado, pessoas se perguntavam: mas o Brasil não estava melhor? O que aconteceu? A resposta não é tão simples quanto parece – ou, de uma forma mais ampla, é: aconteceu, como desde 1500, o capitalismo. Com uma nova fantasia, mas ainda ele.

Voltemos um pouco no tempo. Em 2000, ainda sob um governo abertamente neoliberal que sinalizava assinar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), o Brasil viu diversos movimentos sociais se manifestarem nas ruas contra o acordo, contra os encontros do G8, contra as manipulações do capital. Eram os "filhos de Seattle". O movimento anti-globalização chegava ao país. Foi com esse clima que Lula, um ex-torneiro mecânico e líder sindical que concorria à presidência desde 1989, quando seu partido ainda era efetivamente de esquerda, finalmente conseguiu subir a rampa do planalto. E seu partido, aliançado com outros partidos anteriormente tidos como inimigos políticos, passou a colocar em prática o mais simples dos planos social-democrata possíveis: auxílios para os pobres, favores e privilégios para os ricos – principalmente banqueiros e empresas da construção civil que, no Brasil, são as principais financiadoras das campanhas eleitorais de todos os partidos. Líderes de movimentos sociais foram convenientemente alocados dentro das esferas institucionais de poder; milhões de miseráveis ascenderam à categoria de pobres, passando a consumir mais (algo extremamente conveniente para aquecer a economia) e outros milhões de pobres passaram a frequentar os espaços da classe média. Ao mesmo tempo, os bancos lucravam mais do que nunca e novos bilionários, como Eike Batista, do ramo petroleiro, surgiam no país. Reformas estruturais, como a reforma agrária, a urbana, ou a desconcentração do poder da mídia no país (que ainda repousa no colo de apenas 11 famílias)? Viraram jogo de cena e de gabinete. E veio a "conquista" da Copa e das Olimpíadas.

Não vai ter Copa, pode ser lido pelas paredes das cidades brasileiras e escutado nas manifestações. A frase é forte, mas ela expressa uma ideia: não vai ter Copa sem luta.

Mas não estava tudo calmo, não. Em Salvador, uma das cidades mais violentas e desiguais do país, já em 2003 milhares de estudantes e ativistas se levantaram contra o aumento da tarifa de ônibus, no que ficou conhecido como "Revolta do Buzú". Em 2005, foi a vez de Florianópolis, uma das capitais com a pior mobilidade urbana do país, passar pela mesma coisa. Ambas as revoltas saíram vitoriosas, e no mesmo ano de 2005 surgiu o Movimento Passe Livre (MPL) que rapidamente criou células em diversas cidades do país. Enquanto o país "crescia" com os sindicatos e lideranças dos movimentos maiores devidamente engravatadas nos gabinetes, o MPL se somava a dezenas de outros movimentos sociais urbanos – notadamente aqueles por moradia, que ocupavam prédios abandonados nos grandes centros urbanos, e por diversos outros direitos sociais básicos. A cada novo aumento da tarifa, organizavam-se manifestações, devidamente reprimidas com o excesso e a violência de sempre da Polícia Militar, que ainda se estrutura e age da mesma forma em que se estruturava e agia na ditadura.

Porém, não eram só as mani-

LATITUDES

(...) há, acima de tudo, uma aura de ódio às classes governantes, ódio à política representativa e à mediação da polícia frente a todas as reivindicações sociais (...)

festações por conta dos aumentos que movimentavam o MPL. Voltou-se a estudar o sistema de transporte das grandes cidades, desenvolveram-se planos alternativos, passaram-se a frequentar bairros pobres e inacessíveis e escolas públicas para fazer formação política. E assim como a cada ano os movimentos por moradia se tornavam mais impacientes e descrentes com a política institucional, também os moradores de bairros pobres e longínquos cansavam de se apertar em ônibus e metrôs caros e superlotados.

Em 2013, a cidade de São Paulo passou por uma mudança: depois de mais de 10 anos, o PT assumia o governo municipal. Esperava-se que o diálogo com os movimentos sociais, muitos dos quais ainda eleitores do partido, finalmente pudesse ser outro que não o da bala de borracha e do cassetete. E o ano começou com uma novidade: a tarifa do transporte não subiu em janeiro, como de costume. Mas o anúncio de que subiria de toda forma no meio do ano fez com que o MPL se organizasse para preparar a luta pelo que viria, luta que a essa altura já acontecia em outras cidades do país.

No começo de junho de 2013, os governos municipal, do PT, e estadual, do Partido da Social Democracia Brasileira, partido historicamente de direita, anunciaram o aumento conjunto da tarifa de ônibus, metrô e trem de R$3,00 para R$3,20. Era a senha para as manifestações de rua, que começaram com três mil pessoas mas, em uma semana, já somavam mais de dez mil. A mídia, cansada de ver "vândalos" e "rebeldes sem causa" entupir as ruas do centro da cidade de gente (e não de carros como sempre), se uniu e fez um apelo à polícia: chega de baderna. A polícia entendeu e atendeu o apelo: no dia 13 de junho, a manifestação mal havia saído da concentração quando foi bloqueada e recebida a bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Foram horas de duelos pelas ruas ao redor da avenida Paulista, principal cartão postal da cidade. E o resultado: mais de 200 detidos, mais de 100 feridos, entre eles mais de 20 jornalistas – um deles perdeu a visão de um olho e outra, da Folha de São Paulo, o maior jornal do país, passou perto de ter o mesmo destino. Acabou virando a imagem da violência policial pelo país, aquela que é cotidiana nos bairros de periferia mas que, pela primeira vez, bateu à porta da classe média em seu espaço de lazer.

No dia seguinte, então, o discurso da mídia mudou. Vendo que estava perdendo a classe média e que era possível utilizar as manifestações para atacar o governo federal, que, apesar de estar longe de ser efetivamente de esquerda, não agrada os filhos da aristocracia que mandam na grande mídia, todos os canais de televisão e jornais passaram a noticiar as manifestações como demonstrações de insatisfação da juventude brasileira, que estaria em luta contra "a corrupção" e pelo futuro do país. As pautas reais eram omitidas. E o resultado foi, em 17 de junho, uma multidão de mais de meio milhão de pessoas pelas ruas de São Paulo com todo tipo de cartazes e reivindicações, correspondida por todas as grandes capitais do país: no Rio de Janeiro, também mais de meio milhão e a ocupação da Assembleia Legislativa; em Brasília, mais de 80 mil e a ocupação do Congresso. Cenas nunca antes vistas no país, que assustaram governos, a mesma mídia que ajudou a alavancar o processo e, principalmente, a Fifa, preocupada pela Copa das Confederações a menos de uma semana de começar.

Em São Paulo, a tarifa caiu dois dias depois, e na última manifestação, de celebração da vitória popular, a pauta era outra: tarifa ZERO, transporte de fato público para todos. Essa manifestação assistiu a um ataque aos militantes de esquerda por grupos de direita, de skinheads nazistas a juventudes de partidos de direita, o que gerou posteriormente uma tentativa de mobilização maior da esquerda em busca de uma articulação conjunta. Mas São Paulo não teria Copa das Confederações, então as coisas se acalmaram no centro da cidade, com as lutas por melhor transporte se deslocando, junto com o MPL, para as periferias, e a pauta da desmilitarização da polícia surgindo com mais força.

Nas capitais onde haveria Copa das Confederações, os protestos continuaram, agora contra as violações de direitos humanos por conta da Copa e contra os gastos públicos para organizar megaeventos ao mesmo tempo em que o país carece de infraestrutura básica – hospitais, escolas, transporte. Foram batalhas ferrenhas com a polícia e a Força Nacional de Segurança, mais novo brinquedo do governo federal, e a final do torneio teve mais gente protestando fora do Maracanã do que assistindo ao jogo dentro dele. De lá para cá, professores se organizaram em manifestações multitudinárias no Rio, trabalhadores rodoviários em Porto Alegre, e os Comitês Populares da Copa, articulações de movimentos sociais nas cidades-sede do Mundial existentes desde 2010, passaram a ver seu corpo crescer – cada vez mais pessoas se engajavam na luta contra as violações trazidas pelo megaevento.

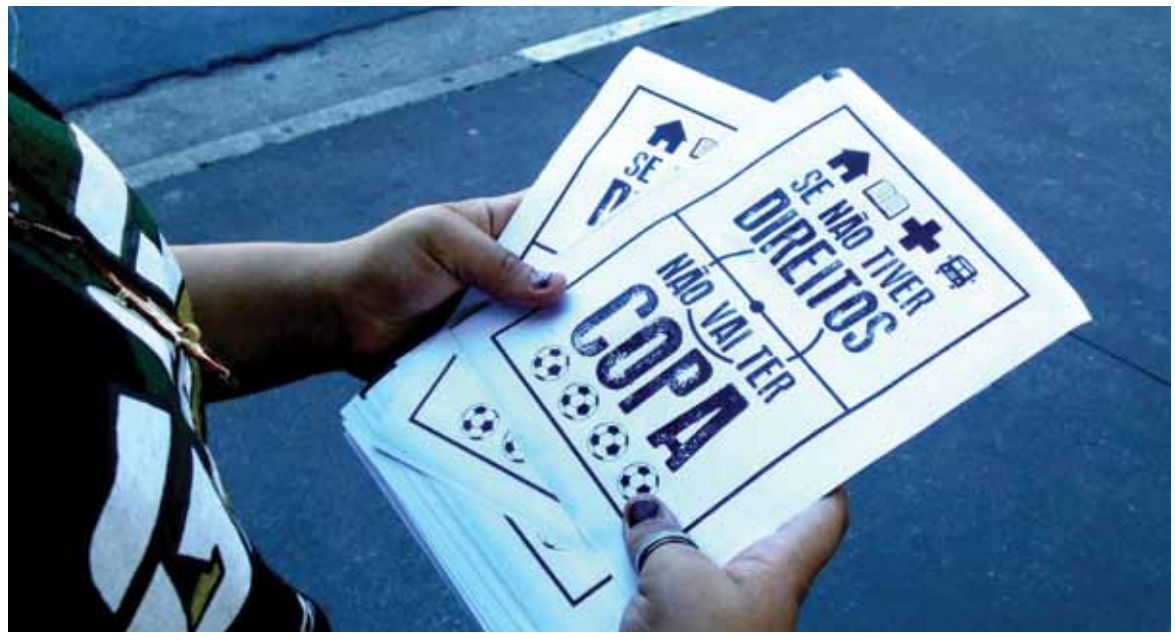
Das ruas, surgiu em junho o grito "Não vai ter Copa". E começamos 2014 com diversos grupos pelo país chamando já em janeiro manifestações com esse mote. Alguns grupos participantes dessas manifestações, preocupados com a possibilidade de apropriação por parte da direita, conseguiram transformar o lema da campanha em "Se não tiver direitos, não vai ter Copa", e alguma articulação desse novo grupo com os Comitês Populares – que desde 2011 trabalham em torno dos lemas "Copa pra quem?" e, a partir de 2014, "Não vai ter direitos" – vêm sendo feitas. A expectativa é de que os movimentos sociais nos grandes centros urbanos se unam para, em conjunto, organizar enormes mobilizações contra a Copa, com pautas concretas: revogação da Lei Geral da Copa; fim da isenção fiscal à Fifa e aos patrocinadores; permissão para trabalho dos trabalhadores ambulantes; fim dos despejos por obras da Copa e reparação aos despejados; campanhas efetivas de combate ao turismo sexual; revogação das leis de repressão em trâmite no congresso, entre outras.

Mas, do ponto de vista anticapitalista, há um outro processo a se destacar: o surgimento dos black blocs brasileiros. Diferentemente dos vistos na Europa ou nos Estados Unidos, no Brasil os adeptos da tática não são em sua maioria anarquistas visando atacar grandes símbolos do capital e a polícia. São jovens de periferia, pobres, cansados de ser excluídos de tudo na cidade. Há, sim, gente de diferentes origens sociais dentro dos grupos de mascarados que protegem os manifestantes da violência policial e atacam bancos e outras vitrines de grandes marcas, mas há, acima de tudo, uma aura de ódio às classes governantes, ódio à política representativa e à mediação da polícia frente a todas as reivindicações sociais. No Rio, durante as manifestações dos professores, estes passaram de descrentes nos black blocs a percebedores de que ali estavam seus alunos, o que gerou a criação dos "black profs". São os black blocs o alvo atual da mídia, que chega a classificá-los como "grupo terrorista", e o bode expiatório para a aprovação de leis de repressão (como a lei anti-terrorismo) que vão instaurar um estado de exceção que, em termos jurídicos, não deve nada à ditadura militar.

Há, no Brasil, um dito popular que diz que futebol, política e religião não se discutem. Ele resume bem a despolitização da população levada a cabo com sucesso pelo Estado. Mas, desde junho de 2013, isso parece ter mudado: de um modo bem brasileiro, sincrético, misturando influências, símbolos e experiências de diversos lugares, política se discute sim. Mais que isso: assim como em diversos cantos do planeta em que a população se levantou, ecoa pelo país um ar de questionamento à legitimidade da política institucional, uma ânsia por participação e por organização que fez com que, em pouco mais de 6 meses, surgissem pelo país diversos novos coletivos, que pautam desde a democratização da mídia até a repressão policial, orientados por práticas de organização horizontais, somando-se às lutas de décadas dos movimentos sociais urbanos – que, por sua vez, mais e mais se descolam dos acordos de gabinete e voltam às ruas para reivindicar. Espaços públicos são ocupados e neles se organizam aulas públicas e assembleias, um apontamento de que os anseios por outra forma de fazer política são cada vez maiores. E o Estado e a mídia ainda não sabem direito como lidar com essas novas forças.

Mas não nos enganemos: o que está por vir, por parte do Estado, é um aumento enorme da repressão. Já veio, aliás: em janeiro, há mais de um relato de militantes sequestrados por carros policiais durante manifestações, espancados e ameaçados, para depois serem soltos em lugares distantes da cidade. Houve um manifestante baleado duas vezes com arma de fogo em São Paulo, que permaneceu em coma por dias. E houve a morte de um cinegrafista no Rio, atingido por um rojão disparado acidentalmente por um manifestante depois que a polícia avançou violentamente contra a manifestação – causando, inclusive, a corrida em desespero de um senhor de 66 anos que acabou atropelado e morto por um ônibus.

"Não vai ter Copa", pode ser lido pelas paredes das cidades brasileiras e escutado nas manifestações. A frase é forte, mas ela expressa uma ideia: não vai ter Copa sem luta. Então, convidamos todos e todas ao redor do mundo a se somar aos brasileiros e brasileiras nessa jornada, seja organizando manifestações de apoio em suas cidades, seja vindo ao Brasil em junho de 2014 para uma outra Copa – aquela dos de baixo, dos que lutam, dos que querem mais do que uma nova reforma do capital.



As grandes manifestações de 2013 destruiram o esterótipo de um Brasil onde o futebol é dogma, coisa que nunca se discute.

LATITUDES

Não tem que se pedir permissão para se ser livre

DESINFORMEMONOS.ORG

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NA EDIÇÃO DE JANEIRO DE 2014 DO **CQFD, JORNAL MENSAL DE CRITICA E EXPERIMENTAÇÃO SOCIAL**.

CQFD-JOURNAL.ORG

TRADUÇÃO: TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

JÉRÔME BASCHET

Na passada noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro, os zapatistas celebraram os 20 anos do retumbante "Ya Basta!" de 1994. Nos *cinco caracoles*[1], as festividades foram alegres e sóbrias: prazer de acolher inúmeros visitantes e de dançar até de manhãzinha, satisfação evidente de ter atravessado tantas peripécias e ainda estar ali. Mas nada de anúncios espectaculares nem de grandes discursos recapitulativos: os factos e a experiência deviam falar por si mesmos. Foi por isso que, para este aniversário tão aguardado, o EZLN concentrou todos os seus esforços na organização da Escuelita Zapatista, a "escolinha", estrutura que permitiu que 4500 pessoas fossem acolhidas durante uma semana, nas povoações rebeldes, observassem e tocassem a construção deste outro mundo a que eles chamam "autonomia".

Breve regresso a uma aventura de duas décadas e tentativa de balanço.

DOIS MOMENTOS NO PROCESSO ZAPATISTA

A história do zapatismo a partir de 1994 pode ser sintetizada em duas grandes fases, dum lado e do outro da charneira dos anos 2001-2003. Durante o primeiro período, o EZLN entrou, depois de doze dias de combate, na etapa da palavra: trocas múltiplas com a sociedade civil, nacional e internacional, mas também diálogo com o governo federal, o que levou à assinatura dos Acordos de San Andrés sobre "direitos e culturas indígenas", incluindo o reconhecimento da autonomia dos povos indígenas, a legalidade de formas específicas de governação e um determinado controlo sobre os seus territórios. Os esforços do EZLN concentraram-se então na reivindicação do reconhecimento destes acordos, cuja colocação em prática implicava o voto duma reforma constitucional, preparada por uma comissão parlamentar ad hoc, a Cocopa. No entanto, se o EZLN aceitou o texto preparado por esta última, o Presidente de então, Ernesto Zedillo, recusou-se, optando por uma estratégia de para-militarização com o objectivo de desestruturar as comunidades zapatistas. Foi então necessário multiplicar as iniciativas a favor dos Acordos de San Andrés, como a Marcha da Cor da Terra, que levou os comandantes rebeldes até à cidade do México, onde a comandante Esther falou à tribuna do congresso a favor da reforma preparada pela Cocopa. O entusiasmo suscitado pela Marcha, assim como a aparente disposição para o diálogo do governo de Vicente Fox faziam presumir que a constitucionalização dos Acordos de San Andrés seria, enfim, um facto. Ainda faltava a desilusão: algumas semanas mais tarde, os legisladores de todos os partidos, incluindo o Partido Revolucionário Democrático (esquerda parlamentar), extraíam os pontos essenciais do texto que lhes fora submetido e adoptavam o que o EZLN e o Congresso nacional indígena denunciaram como uma contra-reforma e uma traição. Amarga desilusão e rude lição.

A primeira fase estava fechada. Depois de ter feito prova dum certo legalismo, ao bater-se por

uma modificação das instituições existentes e um reconhecimento constitucional dos direitos dos povos indígenas, o EZLN estava no direito de concluir que todo o diálogo com os poderes instituídos era em vão. Foram, então, necessários dois anos de latência para digerir este revés e implementar um projecto político em parte transformado. Em 2003, o anúncio do EZLN da criação de cinco "Conselhos de Bom Governo", significava que tinha chegado o tempo de colocar em prática, com os factos, a autonomia prevista nos Acordos de San Andrés, apesar da ausência de reconhecimento legal. Em 2005, a Sexta Declaração da Selva Lacandona passava da crítica ao neoliberalismo para uma postura anticapitalista radical e a "Outra campanha" iniciava a criação, em todo o México, duma rede de lutas "em baixo e à esquerda", ou seja, recusando uma concepção da política centrada no aparelho de Estado e o jogo dos partidos políticos. Durante esta fase, a dimensão internacional do zapatismo, que tinha conhecido o seu momento mais intenso com o Encontro Intercontinental Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, em Julho-Agosto de 1996, tinha ficado menos visível. E, nos anos 2009-2001, a "Outra Campanha" vacilava. Quem não estava em condições de ver o esforço de construção da autonomia nos territórios zapatistas poderia pensar que o movimento desaparecia pouco a pouco. Para muita gente, o dia 21 de Dezembro de 2012 constituiu uma surpresa quase tão grande como a de 1 de Janeiro de 1994. Nesse dia, 40 000 zapatistas ocuparam de novo, mas desta vez de forma silenciosa e pacífica, cinco cidades de Chiapas. Longe de estar em agonia, o EZLN fazia uma demonstração de força impecável e anunciava novas iniciativas , como a Escuelita Zapatista – que é tudo menos uma escola no sentido habitual do termo – [2] e o apelo à criação da "la Sexta", uma rede planetária de lutas, sem distinção entre o domínio nacional mexicano e o resto do mundo, como tinha sido o caso desde a proclamação da Sexta Declaração.

Em 2005, a Sexta Declaração da Selva Lacandona passava da crítica ao neoliberalismo para uma postura anticapitalista

O QUE É O BALANÇO DO ZAPATISMO, 20 ANOS DEPOIS?

Um dos primeiros méritos dos zapatistas é terem lançado uma declaração de guerra ao governo e ao exército do México – e, para além disso, a "um mundo de injustiças", como recordaram as palavras dos comandantes na noite do vigésimo aniversário. É também terem sobrevivido a todas as tentativas para os aniquilarem, através da intervenção militar directa ou da brutal para-militarização dos anos 1997-2000, depois através da perseguição doutras organizações indígenas, incitadas pelos governos sucessivos a expulsar os zapatistas das suas terras ou das suas casas. Também se podem citar os programas de ajuda governamental destinados a iludir as famílias rebeldes, assim como todas as tentativas de divisão e difamação imagináveis, sem esquecer a capa de chumbo do silêncio mediático.

Terem resistido enquanto cresciam, pouco a pouco, as sementes da autonomia (e muito particularmente as jovens gerações nascidas depois de 1994 e hoje aptas a ter um papel de relevância, com uma capacidade criativa literalmente decisiva para o futuro), não é coisa pouca. Mas o zapatismo não se contentou com resistir, sobretudo avançou e construiu.

Se perguntassem aos zapatistas o que tinham feito com os seus 20 anos, certamente vos responderiam: venham à Escuelita, é lá que está a nossa resposta. De facto, a Escuelita permite ser-se acolhido, durante uma semana, no seio duma família zapatista, enquanto um "Vótan-anjo da guarda" individual está à disposição de cada um para responder a todas as questões. A manhã é o momento para participar nos trabalhos dos campos e outras tarefas colectivas. A tarde é consagrada às explicações sobre o funcionamento das comunidades autónomas e dos "Conselhos de Bom Governo", com os seus cargos não remunerados, colegiais, revogáveis e rotativos, com os seus complexos mecanismos de tomada de decisão pela consulta das assembleias regionais e, se necessário, de cada aldeia. As trocas e as discussões também se podem concentrar na forma como as autoridades fazem a justiça (preferindo as formas de reparação ou de trabalho colectivo às penas de prisão que não servem a ninguém), sobre as centenas de escolas primárias onde trabalham os "promotores da educação" autónomos, ou ainda sobre a condição das mulheres. Estas empenham-se em evidenciar os espaços de participação que conseguiram conquistar, como conseguiram transformar as mentalidades tradicionais e tudo o que ainda falta fazer. Em resumo, entre trabalhos quotidianos, reflexões sobre a autonomia e momentos festivos, a Escuelita é a ocasião de constatar e experienciar como rebeldes humildes e dignos se organizam fora de todas as estruturas do Estado para dar vida, num amplo território, a uma outra realidade colectiva.

"a autonomia não tem fim": não há uma sociedade perfeita em vista. Trata-se, sim, de entrar num processo sem fim de "caminhar colocando questões", sem receita prévia e alterando sem parar a forma de organização que as assembleias e as autoridades eleitas tomam.

Nenhum modelo aqui: os zapatistas cuidaram muito bem de especificar que o que eles conseguiram não é directamente reproduzível noutro lado, o que não impede que se tirem ensinamentos úteis para outras latitudes. "Eles têm medo que descubramos que somos capazes de nos governarmos a nós mesmos", atira Eloisa, maestra da escolinha. Esta "descoberta", que é uma das lições mais fortes da experiência zapatista, tem de facto como consequência irritante para os de cima demonstrar a sua nociva inutilidade! É também um resumo perfeito do que é a autonomia para os zapatistas, a saber, uma democracia real de auto-governo, uma forma política sem Estado, constituindo-se a partir de baixo e na qual a separação entre governantes e governados se reduz tanto quanto possível. Mas atenção, "a autonomia não tem fim": não há uma sociedade perfeita em vista. Trata-se, sim, de entrar num processo sem fim de "caminhar colocando questões", sem receita prévia e alterando sem parar a forma de organização que as assembleias e as autoridades eleitas tomam. "Resistimos e construímos ao mesmo tempo", explicam ainda. Seria ingénuo pretenderem fazer o esquisso duma outra realidade sem se preocuparem com fazer frente aos ataques sistémicos que daí decorrem. No entanto, a experiência zapatista demonstra que é possível criar espaços libertados, autónomos, sem perder mais tempo a tentar em vão arranjar o sistema existente, que a engrenagem da lógica capitalista conduz ao desastre.

"E vocês, vocês sentem-se livres?", pergunta finalmente um dos maestros da Escuelita. Para os zapatistas, apesar das dificuldades extremas – que estão longe de ter ficado para trás, uma vez que o actual Presidente Peña Nieto poderá em breve fingir relançar o diálogo e reconhecer os direitos indígenas a fim de colocar o EZLN numa posição delicada -, a resposta é clara: eles escolheram a liberdade. Decidem da vida deles e inventam a sua própria forma de se governarem. É precisamente este ar de liberdade que se respira em terras zapatistas, cujo contágio a Escuelita pretende garantir. Um conselho: acima de tudo, não vão lá. Arriscam-se a voltar perigosamente carregados de energia rebelde e dotados de argumentos sólidos de apoio ao nosso desejo partilhado de criar outros mundos libertados da tirania capitalista.

1 Comunidades autónomas, geridas pelos "Conselhos de bom governo".

2 As três primeiras sessões da Escuelita tiveram lugar em Agosto e Dezembro de 2013, depois em Janeiro de 2014. Serão organizadas outras sessões durante o ano de 2014 em datas brevemente definidas.

DESINFORMEMONOS.ORG

(...) a *Escuelita* é a ocasião de constatar e experienciar como rebeldes humildes e dignos se organizam fora de todas as estruturas do Estado

LATITUDES

As noites brancas do Gamonal

Durante alguns dias de Janeiro, a conservadora e católica cidade espanhola de Burgos sentiu a ira dos habitantes do seu maior bairro, Gamonal. A milionária remodelação de uma avenida que ninguém naquele bairro desejava, levou os seus habitantes a levantar o machado de guerra e a enfrentar-se contra o caciquismo especulativo e a "partidocracia" que lhe serve de braço político.

CLÁUDIO DUQUE

HÉCTOR JUANATEY

A calle Victoria rasgada pelo começo das obras do *Bulevar* da discórdia.

A história do bairro do Gamonal corre numa eterna linha paralela à da cidade de Burgos; uma pequena aldeia que, encostada ao virtuoso caminho de Santiago, resistiu durante séculos à anexação ao município de Burgos. Os planos urbanísticos dos vencedores da guerra civil conseguiram finalmente este casamento tardio.

Em 1938, ponto de viragem na guerra civil, com o exército nacional a conquistar território a passos largos, Burgos foi declarada a Capital da Cruzada; até ao fim da guerra, em que a capital volta a ser Madrid, manteve esse estatuto, marcando-lhe nas décadas posteriores um carácter de cidade maioritariamente dominada pelo poder militar. Os anos posteriores ao fim da guerra testemunharam um crescimento da população burgalesa que se baseava, por um lado, em oficiais militares do exército vencedor, altos cargos – políticos e económicos – da ditadura franquista; e por outro, em famílias de presos republicanos que vieram de todas as partes do país para estar perto dos seus familiares recluídos, diversos exilados internos e centenas de cadáveres que enchiam as fossas comuns. Mulheres e filhas de presos republicanos trabalharão nas casas dos oficiais militares ou da velha burguesia que nunca deixou de apoiar a reconquista nacionalista.

O primeiro plano urbanístico do pós-guerra (1943) reflecte um desenho onde a presença militar tem um papel destacado no novo traçado urbano, construíram-se diversos edifícios militares num plano que previa um imenso complexo militar entre os escassos 3km que separavam o centro da cidade de Burgos e a pequena vila de Gamonal. Os Quartéis de Cavalaria, o Bairro Militar, o Governo Militar, a Academia de Engenheiros, a Residência de Oficiais, os Chalets da Aviação (chalés construídos para os oficias da força aérea), etc, eram os principais edifícios que preenchiam esta área.

Em 1955, o Gamonal é anexado à cidade de Burgos, e a partir daí começa a vertiginosa plantação de enormes edifícios para albergar a crescente população operária que agonizava no novo Polo de Desenvolvimento Industrial construído em 1960. Este período de transição de um modelo dominado pelos interesses militares para a nova dinâmica do capitalismo especulativo promoverá um urbanismo intensivo e caótico que determinará a saída de Burgos pela estrada nacional de Irún, apinhada de grandes caixotes de tijolo e cimento que acabarão por desenhar a principal avenida da cidade, a calle Victoria (epicentro da actual luta contra a sua remodelação). Mais um de muitos bairros que cresceram durante a orgia construtora dos anos 60, bairros que emulavam aquela arquitectura que monopolizou o período de entre guerras em diversas metrópoles da Europa, sobretudo em França, com o funcionalismo de Le Corbusier a definir as linhas mestras das futuras "machies à habiter", enormes "máquinas" de diversos andares que resolviam o problema da sobre-população urbana, atomizando as antigas relações comunitárias que se mantinham nos anárquicos arrabaldes povoados pelos novos escravos do progresso industrial. No entanto, a distância que cuidadosamente se mantinha em relação aos ricos habitantes do centro, ajudava ao crescimento de um bairro coeso e com forte tendência ao associativismo, inevitáveis mecanismos de sobrevivência de classe.

A partir de 1995, o Ministério da Defesa decide começar a vender uma boa parte dos terrenos que ainda possui ao Ayuntamento (Câmara Municipal) de Burgos, com a condição de que fossem destinados à construção de casas de protecção oficial; o resultado final foi a requalificação e a consequente venda ao melhor licitante, proporcionando grandes lucros à chamada "máfia do tijolo". Desta máfia emergiria um personagem que se tornará no Berlusconi burgalês, Antonio Mendéz Pozo. Um pequeno empresário que se transformou no principal cacique da cidade de Burgos, dono de dezenas de empresas imobiliárias e de construção – consegui diversas adjudicações para obras públicas como o Hospital de Burgos –, e proprietário do maior grupo de comunicação da região de Castilha e Leão, galáxia onde se insere o Diário de Burgos, principal orgão de comunicação escrita da cidade que desde 1991 é utilizado para favorecer os interesses do seu infame proprietário. Em 1992, Mendéz Pozo foi condenado pela Audiência de Burgos – juntamente com o presidente da Câmara e três vereadores – por ter recebido um tratamento especial de favores por parte do município. Foi o primeiro construtor condenado num processo por corrupção urbanística em Espanha, mas este revés insólito serviu apenas para reforçar o poder do "Chefe", cognome pelo qual era conhecido na cidade. Condenado a sete anos de prisão, ao fim de um ano alcançava a liberdade condicional e nos últimos vinte anos o seu domínio sobre a cidade não só não se viu minimamente afectado, como cresceu de forma exponencial

Mas o Gamonal sempre refilou os dentes aos diversos interesses imobiliários que dominavam a urbe, foi ali que surgiram algumas das principais experiências de ocupação e autogestão de espaços na cidade, primeiro com a ocupação dos chalés da aviação em 1996, e nesse mesmo ano com a ocupação das instalações da antiga fábrica de leite Celebusa.

E tudo isto para chegar aos dias de cólera que iluminaram o bairro de Gamonal durante alguns dias de Janeiro, e que desencadeou um movimento associativo que há muitos anos não se via nesta cidade maioritariamente católica e conservadora.

BULEVAR? MAS QUEM É QUE QUER ISSO?

A remodelação da calle Victoria era um projecto de campanha do actual presidente da câmara de Burgos, um projecto que nunca teve em conta a opinião do bairro de Gamonal; as associações de vizinhos nunca foram ouvidas e os conselhos de bairro com quem o Partido Popular alega ter discutido o projecto, estiveram sempre manipulados. O novo *Bulevar* previa a construção de um carril por cada sentido e uma ciclovia no centro, e o grande ponto que despertou a ira dos habitantes: um parque subterrâneo com 246 lugares, cada um com direito de uso por 40 anos pelo módico preço de 19.800 euros. Num bairro com 30.000 casas, e eventualmente mais de um carro por agregado familiar, era fácil de prever a reacção que provocaria; a vizinhança estaciona em duas filas e afirma: «não entendemos, nós funcionamos bem assim, não precisamos de estacionamento pago». Os processos de gentrificação são geralmente planos bem calculados, onde inicialmente é criada uma ilusão aos habitantes de determinado bairro pobre de que as transformações urbanísticas são feitas para o seu próprio proveito e

LATITUDES

contando com a sua participação (vejam-se os processos iniciais de "pacificação" das favelas no Rio de Janeiro, e cá bem mais perto a transformação da Mouraria na montra mais bem enfeitada de Lisboa), o que o Partido Popular de Burgos planeou foi algo que estava condenado à falência, é o que acontece quando se tenta avançar com projectos que unicamente respondem a interesses económicos de caciques regionais.

AS CHAMAS TRANSFORMARAM-SE EM MANCHETES E AS PEDRAS ABRIRAM TELEJORNAIS.

A resistência contra o projecto, que de alguma forma pretende inaugurar o processo de gentrificação do bairro mais povoado da cidade (quase um terço da população total de Burgos, que conta com 66000 habitantes, maioritariamente pobres e com uma altíssima taxa de desemprego), agudiza-se já no início de Dezembro com a convocatória de uma manifestação integrada por diversos colectivos do bairro, a maior parte dos quais aglutinados na "Plataforma contra o *Bulevard* da calle Victoria" no dia 13. Mas, obviamente, mesmo havendo uma grande maioria de habitantes opondo-se ao avanço deste projecto, a Câmara Municipal e o seu presidente, Javier La Calle, mantiveram a tradicional política de fazer ouvidos surdos à reivindicação das associações de vizinhos, subestimando a também tradicional perseverança dos habitantes do Gamonal (já em 1980 uma ligeira subida do preço do autocarro provocou um movimento de resistência que obrigou a uma brutal repressão policial; e em 2005 também se produziram distúrbios contra a construção de um parque subterrâneo, as imagens que abriram os telejornais aquele ano e as de 2014 apenas diferem no nível de preparação da polícia), e, fiando-se na virgem, contava que a estratégia de tensão acabasse por derrotar os do costume, mas desta vez a regra foi derrotada pela excepção.

Em 1980 uma ligeira subida do preço do autocarro provocou uma resistência que levou a uma brutal repressão policial

A partir da quarta-feira, 8 de Janeiro, fecha-se a calle Victoria para que se comecem a preparar as obras de construção do *Bulevard* anunciadas pela Câmara. Na manhã de sexta, dia 10, diversos habitantes do bairro começaram a distribuir propaganda de informação e apelando à participação na manifestação marcada para as cinco da tarde. A manifestação recebeu diversas ameaças da polícia, o que fez com que mais vizinhança se juntasse à mesma, e até às dez da noite os manifestantes mantiveram-se junto às obras gritando "Gamonal não quer o Bulevard!". É neste momento que um carro da Polícia Nacional avança a alta velocidade por entre as pessoas ali concentradas desencadeando uma chuva de diversos objectos à qual as unidades de anti-distúrbios presentes decidiram responder com cargas e disparos de balas de borracha, rapidamente começaram a ser levantadas barricadas e a batalha prolongou-se até altas horas da madrugada. Como sempre nestas ocasiões, a prepotência da polícia desencadeou os confrontos que surpreendentemente se repetiram durante três noites consecutivas. No sábado a manifestação contra as obras assumiu também a exigência de liberdade imediata para os 17 detidos da noite anterior e dirigiu-se à esquadra do bairro, no regresso à zona das obras voltaram os distúrbios. A manifestação de domingo resolve caminhar até à sede do grupo Promecal, onde se encontram as instalações do Diário de Burgos, jornal utilizado pelo seu proprietário, Antonio Mendéz Pozo, para promover uma intoxicação mediática sobre a luta dos habitantes do Gamonal, já que, como sempre, o cacique possui diversos interesses na construção do famoso *Bulevard*. A turba cantava "Mendez Pozo para o calabouço" e mais tarde o bairro voltava a iluminar-se com o brilho das barricadas em chamas e o charivari provocado pelos vizinhos desde as suas varandas, increpando continuamente as forças policiais e apoiando a miudagem que alegremente jogava e dava cor àquelas ruas cinzentas que os viram crescer.

A partir de segunda-feira, cada manhã às 6h30 era convocada uma concentração para evitar o começo das obras, aguentando o frio e a chuva os habitantes do bairro mantinham a presença na rua por turnos. Na segunda à noite a tensão ainda derivou em distúrbios e o contentor onde era guardado algum material para a obra acabou incendiado. As máquinas há muito que tinham decidido não entrar, o bairro não queria uma avenida refinada, aquelas obras estavam condenadas a jamais começarem.

A imprensa reproduz a retórica policial, *"estes distúrbios são provocados por grupos itinerantes de violentos, gente de outras cidades que somente vêm a Burgos para participar numa orgia de destruição de comércios e propriedade pública"*. Quarenta detidos, quarenta jovens residentes na cidade, a maioria habitantes do Gamonal. No entanto os meios de comunicação continuam a ladrar a voz do ventríloquo, *"violência desmesurada! pequenos comércios atacados, etc."*, mas a malta está atenta, a cada mentira que ouvem um repórter cuspir, levantam a voz indignados "os únicos vidros partidos foram de agências bancárias, esta é uma luta dos habitantes do bairro". E os dias seguem a um ritmo vertiginoso, agora sabem que o poder está nas suas mãos, aquele *Bulevard* não será construído, e falam na "extensão do conflito por todas as vilas e cidades", em "revolução social", que todos os bairros de todas as cidades sejam um Gamonal, enfim, delírio colectivo. Quando te resignas à tua impotência enquanto indivíduo, somente as massas te podem dar a ilusão de que é possível derrotar todos os tiranos que alegremente decidem cada minuto do teu quotidiano. E finalmente a 17 de Janeiro as obras foram definitivamente paralisadas, segundo o presidente La Calle para "apostar pela convivência da cidade". No Gamonal continuam as assembleias em que participam novos e velhos, exigem que sejam retiradas as acusações aos 46 detidos durante as manifestações, organizam concentrações em frente às agências bancárias para que estas não se apresentem como acusação particular nos processos, ocuparam um antigo teatro abandonado da obra social da Caixa de Burgos, cada fim-de-semana realizam obras de teatro na casa da cultura do bairro para recolher dinheiro para os acusados, etc.

La MALDITA

Uma das tentativas da polícia para tentar desarticular o movimento que se gerou no bairro do Gamonal foi a apresentação dos anarquistas como "líderes" dos protestos violentos, anarquistas estes que subvertem o bairro desde uma pequena biblioteca. A "La Maldita" é um espaço autogerido que, desde há cinco anos, mantém uma presença importante no bairro do Gamonal, trabalhando pela difusão de uma cultura anti-autoritária. Desde o início estiveram presentes nos protestos contra a construção do Boulevard ao lado de diversos colectivos e associações do bairro.

DEFENDER O BAIRRO, PERPETUAR A CIDADE.

A comunidade em luta ganhou a batalha, mas esta história já é velha e os lobos sempre foram mais inteligentes que as ovelhas, e afinal a maioria dos habitantes desta comunidade até votou naquele prepotente presidente que apenas serve os interesses da especulação imobiliária. A matreirice dos "senhores da metrópole" será mais subtil na próxima tentativa. A cidade somente funciona com os seus senhores e os seus escravos bem conscientes do lugar que ocupam na hierarquia social, qualquer desordem neste estado de coisas dificilmente garantirá aos habitantes do Gamonal a manutenção do estacionamento gratuito para os seus hipotecados veículos, e é por isso que a resistência contra a remodelação da calle Victoria, ao contrário do que alguns afirmarão, foi apenas uma luta contra um plano urbanístico. Contrariamente aos subúrbios franceses em 2005, e aos distúrbios de Londres de 2011 (já apareceram algumas comparações com estes dois episódios pelos meios alternativos), onde a reacção ao miserável quotidiano a que aqueles bairros estão condenados se traduziu numa inusitada violência de indivíduos fartos de tudo, os habitantes do Gamonal têm muito a perder. Tal como a Bastilha foi construída para ser uma prisão e nada mais, o Gamonal foi construído com o propósito de albergar as massas despojadas da cidade de Burgos, qualquer tentativa para alterar esta condição passa por abdicar do bairro, destruí-lo ou abandoná-lo (os protagonistas das revoltas nas banlieues francesas ou em Londres não temiam estas opções), e esta não é certamente a tarefa a que estão dispostos os seus habitantes.

O espetáculo das barricadas em chamas foi essencial para dar visibilidade nacional a uma luta que até ao momento apenas tinha tido uma discretíssima repercussão nos meios locais.

+ INFO

http://diariodevurgos.com/dvwps/
http://gamonalniunpasoatras.wordpress.com/

RETROVISOR

A Revolta de Fevereiro de 1927

Trincheira rebelde em Santa Catarina, uma das mais sacrificadas no Porto, na qual destaca em primeiro plano um soldado observando a posição inimiga com uma garrafa na mão

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

A primeira tentativa consequente de derrube da ditadura militar instalada com o golpe de 28 de Maio de 1926 eclodiu no Porto na madrugada de 3 de Fevereiro de 1927. No plano traçado, os revoltosos, à frente dos quais se encontravam **"militares e civis republicanos cuja actividade política se tinha desenvolvido até ali fora da estrita vida partidária"**[1], contavam com o levantamento das forças conjuradas em Lisboa e no resto do país nas doze horas seguintes, mas não aconteceu assim.

Esta revolução, como preferem chamar-lhe alguns dos intervenientes, fermentou no ambiente conspirativo generalizado que estava estendido a toda a oposição política ao governo da ditadura. Fortemente marcado pela participação de militares, o movimento que ganhava forma, já então identificado como o "reviralho", tinha o apoio para esta acção de um leque alargado de forças políticas que ia desde o Partido Radical Democrático, Acção Republicana, Seara Nova, Esquerda Democrática ao sindicalismo revolucionário e ao anarquismo militante.

Esta amálgama de interesses tinha como objectivo comum o derrube da ditadura militar surgida com a sublevação do exército em 28 de Maio do ano anterior, que se estabelecera sem resistência do Governo do Partido Republicano, então no poder, e contara para o seu êxito "**com a cumplicidade de todo o espectro político**", como sublinha Emídio Santana[2].

Os motivos para esta aliança táctica eram diferentes. Os republicanos constitucionais por se considerarem atraiçoados na expectativa de regeneração da República anunciada pela ditadura. A esquerda e os anarquistas por pressentirem a queda de todas as liberdades populares e verem cada vez mais eminente o perigo de fascismo.

A escolha do Porto para o pronunciamento da revolta ficou a dever-se às medidas cautelares tomadas nos meses anteriores pelo Governo, transferindo das suas unidades ou colocando sob residência fixa muitos militares da guarnição de Lisboa considerados susceptíveis de aderir à Revolução[3].

O movimento, dirigido por um comité constituído por Sarmento Pimentel, Jaime Cortesão, Jaime de Morais, José Domingues dos Santos e Raúl Proença como elemento de ligação a Lisboa, propunha-se "**restaurar o regime e a Constituição e formar um forte governo nacional composto por algumas das mais competentes e honradas figuras da República**". Não sendo um movimento apolítico, afirmava-se como um movimento "**contra os políticos**", numa alusão aos políticos do PRP, cujas facções monopolizaram o poder desde a proclamação da República em 1910 até ao golpe de 28 de Maio de 1926.

*

A REVOLTA NO PORTO

A sublevação teve o apoio, a partir do próprio dia, de forças militares de Penafiel, Amarante, Valença, Santo Tirso e Guimarães, que se dirigiram para o Porto em reforço dos insurrectos. Ao mesmo tempo saíram a ocupar posições estratégicas unidades militares da Figueira da Foz e de Vila Real. No dia seguinte, a solidariedade estendeu-se a Vila Real de Santo António, Tavira e Faro. Já no dia 5, ocorreram tentativas de sublevação de forças militares em Setúbal, Barreiro, S. Julião da Barra, Queluz, Évora, Abrantes, Alijó e Valpaços. Com excepção das primeiras, todas as outras se foram rendendo nas horas seguintes às forças fiéis à ditadura militar. As unidades militares do Porto e de Vila Nova de Gaia, cuja maioria inicialmente se tinham declarado neutrais, à medida que o tempo passava e se foram concentrando tropas fiéis ao Governo nos arredores da cidade, tomaram o partido da ditadura, transformando o Porto de um bastião revolucionário numa cidade sitiada.

Anos mais tarde, Manuel Joaquim de Sousa, secretário-geral da CGT (Confederação Geral do Trabalho), comentaria criticamente a atitude do Comité Revolucionário do Norte face às unidades militares neutrais: "**Ali** [no Porto], **os elementos das esquerdas principiam a revolução colocados logo na defensiva. Imprevidentes ou ingénuos os seus dirigentes contentaram-se com declarações de 'neutralidade' de gente que logo a seguir bombardeou a cidade, às ordens do Ministro da Guerra, e forçou a rendição sem condições**"[4]. O Ministro da Guerra, vindo de Lisboa com reforços, comandou a repressão ao movimento desde o final do primeiro dia.

A cidade foi bombardeada sem tréguas nos dias seguintes a partir da Serra do Pilar e do Monte da Virgem, provocando inúmeros incêndios na sua zona central. Resultaram destruídos vários edifícios públicos e foram fortemente atingidos alguns hotéis, bancos, cafés, casas comerciais e quartéis dos bombeiros. A resposta dos revoltosos castigou duramente Vila Nova de Gaia.

No interior da cidade as posições revolucionárias mantiveram-se inexpugnáveis nos dois primeiros dias. Mas o aumento do isolamento cada dia que passava, o bombardeamento sistemático, o estreitar do cerco, a escassez de mantimentos e munições, o número elevado de mortos e feridos, estes aspectos, agravados pela persistência no modelo de combate convencional, condicionador do papel dos civis, e somados à inacção de Lisboa, foram tornando visível o espectro da derrota próxima.

Neste ambiente, emissários dos revoltosos deslocaram-se do Porto ao quartel-general das forças governamentais instalado em Vila Nova de Gaia, no dia 5 de fevereiro, para negociar um armistício. Foi premonitória a foto dos três militares de olhos vendados entrando para o edifício onde conferenciaram com o Ministro da Defesa, que lhes reafirmou: "**rendição total ou o bombardeamento da cidade até à destruição das posições rebeldes**". Perguntado pelos jornalistas por que não se rendiam os revoltosos, respondeu: "**Porque não obedecem a um comando certo. Manda toda a gente e os civis coagem a tropa a não se entregar...**"[5].

> "Um grupo de 200 operários, concentrados na estação de Campanhã, esperou em vão durante horas que lhes entregassem armas e munições".

Os combates prolongaram-se mais dois dias, com as forças leais ao Governo reforçadas por tropas oriundas de Lisboa e de unidades militares do Norte do país. Com as atenções focadas em Lisboa, de onde chegavam notícias, falsas, de que o movimento finalmente arrancava, os revoltosos resistiram até 7 de Fevereiro à crescente agressividade das ofensivas lealistas que foram apertando o cerco à zona central da cidade, mas, à medida que as horas passavam e as munições se foram esgotando, foi aumentando o número dos que entendiam que a rendição era inevitável.

As forças em presença na "batalha" do Porto, a 7 de Fevereiro, foram calculadas em 1200 militares e outros tantos civis combatentes do lado dos revoltosos, destes "**cerca de 300 foram armados, alguns deles cêgêtistas e sindicalistas revolucionários**"[6] e em 4000 os efectivos governamentais que sitiavam a cidade. O receio declarado dos militares "reviralhistas" de que a revolução "caísse na rua" explica os cuidados na hora de distribuir armas a civis, como evidencia José da Silva, nas suas "Memórias"[7]: "**um grupo de 200 operários, concentrados na estação de Campanhã, esperou em vão durante horas que lhes entregassem armas e munições**". O General Sousa Dias, comandante operacional da revolta, afirmaria em tribunal que os civis que participaram na contenda se encontravam já armados e que tinham sido utilizados simplesmente no serviço auxiliar de ligações, meramente secundárias[8].

*

A REVOLTA EM LISBOA

Em Lisboa os civis jogaram um papel determinante quer no desencadear, quer no desenrolar da revolta. No dia 3 de Fevereiro

ro, viviam-se com expectativa os acontecimentos do Porto. Como seria de esperar, o Governo declarara o estado de sítio com suspensão das garantias e recolher obrigatório entre as 22 e as 6 horas. Os quartéis tinham sido postos de prevenção rigorosa e os pontos estratégicos da cidade ocupados pelas tropas leais. A população aglomerava-se no Rossio e Terreiro do Paço à procura de informações. O jornal "O Mundo", órgão da Esquerda Democrática, que tinha saído em segunda edição sem prévio visto da censura, foi apreendido.

As manifestações de apoio à revolução no Porto faziam-se com grandes dificuldades e a descoordenação dos revolucionários era evidente. Nas hostes oposicionistas, recorda Emídio Santana, "**há movimentação e intranquilidade, há entrevistas e acercamentos com o comité revolucionário, contra o qual todos conspiram**".

A partir de 5 de Fevereiro começaram a verificar-se greves e agitação nos meios operários, solidários com os revoltosos do Porto, incitando os militares a sair para a rua. Um pouco por todo o país ocorrem actos semelhantes. Em Santarém são tirados os parafusos que fixam os carris da linha do comboio e cortadas as linhas telegráficas. Em Évora, de madrugada, civis que se fizeram transportar em três táxis, escalaram os muros da carreira de tiro e roubaram todas as armas ali existentes, enquanto os soldados da guarnição dormiam. Durante o dia, civis tentaram assaltar o Quartel General desta cidade, em vão. Numerosos populares concentrados na Praça do Geraldo foram dispersados por forças de cavalaria.

Começaram a verificar-se em Lisboa greves e agitação nos meios operários, solidários com os revoltosos do Porto, incitando os militares a sair para as ruas.

Na noite do dia 5 de Fevereiro a policia assaltou a sede do jornal "A Batalha". Todos os que se encontravam no edifício, onde também funcionava a CGT, foram detidos e levados para a esquadra do Caminho Novo, donde seriam libertados logo no início da revolta em Lisboa.

A agitação popular também se intensificou no dia seguinte e, ao fim da tarde, um numeroso grupo de populares, gritando "morras à ditadura", queimou no Rossio exemplares do jornal do Governo, "Portugal". Forças da Polícia e cavalaria da GNR carregaram sobre os manifestantes retomando o controlo da praça e ruas adjacentes. Ao mesmo tempo, o Governo mandava encerrar todos os restaurantes, cafés e outros estabelecimentos públicos da cidade.

Cerca da meia-noite, teve lugar o primeiro ensaio de início da revolta militar em Lisboa. Marinheiros que faziam a guarda ao Arsenal da Marinha tentaram apoderar-se dele, sem êxito. Simultaneamente, no Barreiro, os ferroviários do Sul-e-Sueste declararam uma greve geral, paralisando o tráfego ao Sul do Tejo, fazendo recolher todo o material circulante à estação de Casa Branca. O Governo respondeu com a ocupação militar das instalações ferroviárias e o encerramento do Sindicato.

A reacção militar em Lisboa tardaria até às 9 horas da manhã do dia seguinte, quando 150 marinheiros, comandados pelo tenente Agatão Lança, saíram do quartel de Alcântara rumo à Rotunda, acompanhados por civis armados. A coluna foi engrossando com contingentes dos quartéis da GNR, cerca de 400 homens, incorporados no caminho, e tomaram posições no eixo São Pedro de Alcântara – Largo do Rato. Ali rebentaram as primeiras bombas arremessadas por civis contra as patrulhas militares fiéis ao Governo colocadas na zona. (**Ver caixa com depoimento de Américo Vicente**). A essas horas, no Porto, a situação era de virtual derrota e já se negociava a rendição dos militares implicados, que viria a verificar-se, "sem condições", na madrugada seguinte.

A proclamação dos revolucionários, distribuída profusamente pela cidade, sem euforia, mas escondendo a situação real da revolta, anunciava: "**A Ditadura Militar está vencida**". Depois de identificar o inimigo com a "**ínfima minoria do Exército que ocupa o Poder ao serviço da Alta Finança e das companhias estrangeiras**", deixa entrever que a reacção tardia e desesperada dos militares revolucionários de Lisboa ocorre por reflexo dos acontecimentos do Norte: "**o sangue dos nossos irmãos do Porto tem de ser vingado**".

Entretanto, tinham já sido levantadas barricadas nos Largos do Rato e de São Mamede, e nas embocaduras do Bairro Alto. No Jardim de São Pedro de Alcântara, onde se improvisou o quartel general dos insurrectos, foram colocadas metralhadoras. "**Os estabelecimentos comerciais estavam já todos fechados (...) e a gente pressentia, como numa previsão colectiva de pavor, a grandeza da luta que ia travar-se**", pode ler-se no Diário de Notícias de 11 de Fevereiro, que, "em virtude dos acontecimentos", não se publicou durante o conflito, tendo o mesmo sucedido com os demais jornais da cidade.

Ao mesmo tempo, os civis que acorriam às barricadas encontravam-se com a situação ilustrada pelas palavras de Emidio Santana: "**com um companheiro de oficina e de ideias sigo para o Rato. Muitos civis esperam obter armas que faltam e não chegam**"[9]

Ao princípio da tarde começaram a ser alvejadas por granadas de artilharia, disparadas pelas peças das tropas fiéis à Ditadura situadas na Rotunda, as posições dos revoltosos no Jardim de São Pedro de Alcântara, a estação do Rossio, o Arsenal da Marinha, já na posse dos revoltosos, e dois navios de guerra ancorados no Tejo .

Algum tempo depois de se fazerem ouvir as peças de artilharia, um grupo de populares assaltou no Rossio as instalações do jornal "Portugal", tendo destruído o material de imprensa e mobiliário, queimando todos os exemplares do jornal que ali havia. Dali, cada vez em maior número, dirigiram-se às instalações do "Correio da Noite", depois às do "Correio da Manhã" e em seguida às das Juventudes monárquicas, donde lançaram pelas janelas todo o mobiliário e arquivos, pegando-lhes fogo em seguida.

Em vários pontos da cidade, Maria Pia, Arroios, Braço de Prata e Morais Soares houve recontros entre civis e militares. "Durante a noite prosseguiram os combates, sendo constante o tiroteio e matraquear das metralhadoras, ouvindo-se de quando em quando o troar dos canhões. Por outro lado, camionetas com forças fiéis ao Governo continuaram varrendo a tiro as ruas da Baixa, não deixando assomar ninguém às janelas"[10].

Ao romper da manhã do dia 8 foram posicionadas peças de artilharia no Torel, que passaram a alvejar impiedosamente o quartel general dos revoltosos, que teve de ser abandonado. Do Entroncamento, chegaram mais reforços às forças governamentais que pressionaram grupos de revoltosos espalhados pelos bairros compreendidos entre as avenidas da Liberdade e Almirante Reis, obrigando-os a abandonar as suas posições. As tentativas de civis e marinheiros para controlar a Escola Militar, a Penha de França e retomar o Torel, foram repelidas depois de violentos combates, obrigando à sua retirada. Alguns destes grupos tentaram juntar-se aos que se encontravam no Arsenal e na Rua da Escola Politécnica ou desapareceram sem rumo certo. A Baixa de Lisboa foi entretanto ocupada por tropas de infantaria.

Contingentes das forças fiéis à ditadura ocuparam posições na rua de São Bento, infiltraram-se no Bairro Alto e nas vizinhanças da Rua da Escola Politécnica. O cerco apertava-se. De noite combateu-se com violência perto da Rotunda e no Arsenal.

Na manhã do dia 9 de Fevereiro, os aviões, que no Porto apenas tinham feito reconhecimentos e distribuído jornais e propaganda, foram utilizados como arma ofensiva em Lisboa. As posições dos revoltosos na rua da Escola Politécnica, no Bairro Alto e no Arsenal da Marinha foram bombardeadas também pelo ar.

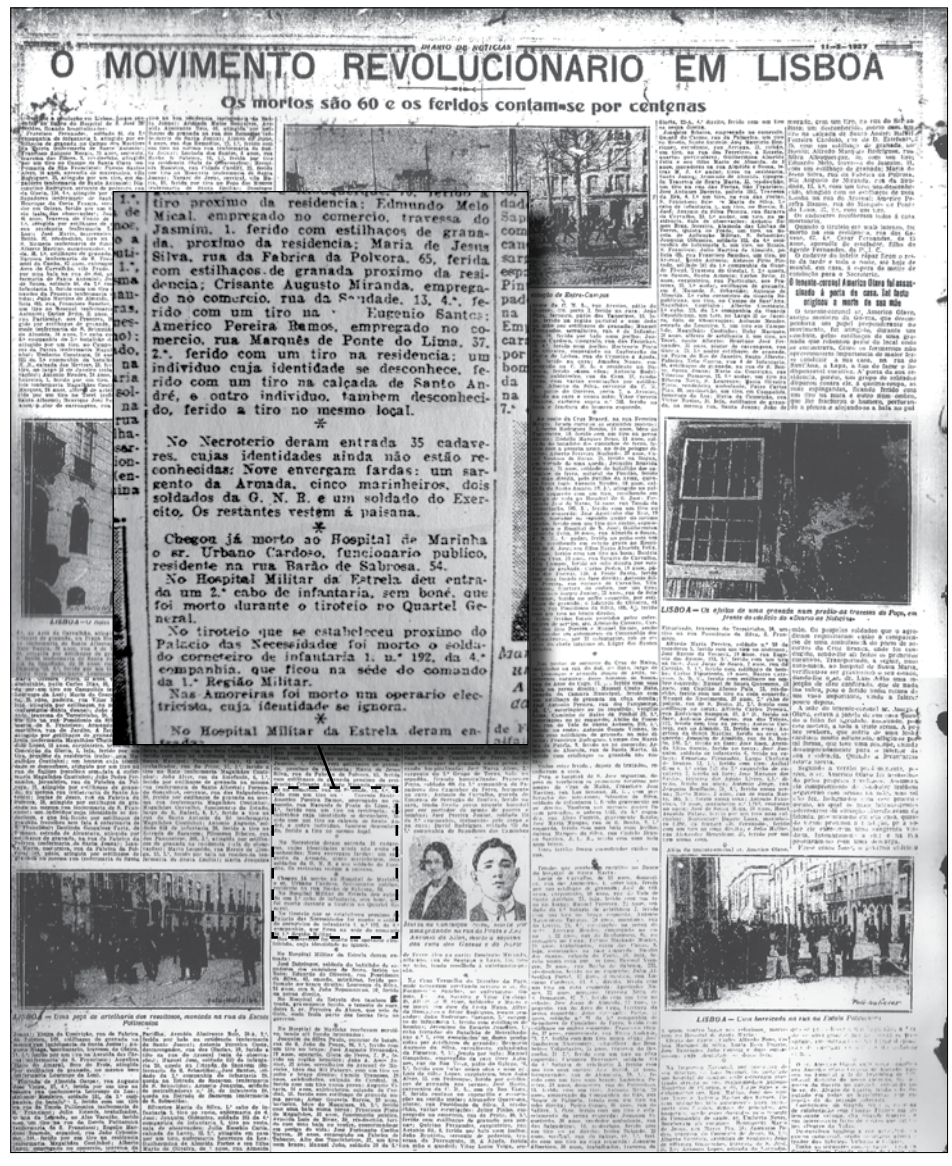
Cerca do meio-dia começa a ser afixado um edital do Governador Militar de Lisboa onde se faz saber, depois de confirmar o estado de sítio na cidade, que "**é expressamente proibido, seja a quem for, assomar à janela**" e "**todo aquele que for encontrado com armas será fuzilado sem julgamento**".

O Arsenal foi objecto de novo bombardeamento aéreo ao início da tarde, permitindo a sua conquista. Parte das forças revoltosas retiraram debaixo de fogo, conseguindo passar de barco à outra margem do Tejo, enquanto os restantes civis e marinheiros lhes cobriam a retirada. Com a rua do Alecrim já tomada pelas forças governamentais, o cerco às posições dos revoltosos completar-se-ia com o avanço das forças fiéis ao Governo pela Calçada do Combro. Nas ruas transversais, pequenos núcleos de civis e revoltosos dificultaram o mais possível o avanço das tropas, fazendo fogo incessantemente. "**O pânico no Bairro Alto era indescritível**", escreve um jornalista do Diário de Notícias.

Os revoltosos foram confinados ao eixo Jardim de São Pedro de Alcântara – Rato, com barricadas nas travessas adjacentes e combatentes posicionados no Jardim Botânico, onde ainda hoje se podem observar as marcas das balas nalgumas das árvores. Ficava assim delimitado o terreno onde os revolucionários resistiram até à rendição.

Os mortos e os feridos

O Diário de Notícias de 11 de Fevereiro dedicava toda a sexta página às dezenas de mortos e centenas de feridos em Lisboa. Ilustrada com fotografias dos acontecimentos, esta página constitui um documento interessante, recheado de informações, indispensável para o estudo da história da revolta. Para além de identificar mortos e feridos, internados nos vários hospitais da cidade, da sua condição de militares ou civis, sexo, idade, profissão e residência, acrescenta, na maioria dos casos, o tipo de ferimento e o ponto da cidade onde se produziu, Os civis triplicam nesta lista os militares e surpreende o número de mulheres atingidas ou mortas, a maioria por estilhaços de granada, mas também a tiro numa percentagem surpreendente. Contém ainda curtos desenvolvimentos sobre algumas vítimas, como a do banqueiro Soto Mayor, ferido a tiro num olho em sua casa, ou da filha e da criada do ourives Bastos da rua da Prata, mortas pelo impacto de uma granada de artilharia, quando observavam os combates do 4º andar do edifício. Destaque para o parágrafo que informa da entrada de 35 cadáveres não identificados no Necrotério, pelo mistério que encerra: militares sem placa identificadora?...



O MOVIMENTO REVOLUCIONARIO EM LISBOA

Os mortos são 60 e os feridos contam-se por centenas

tiro proximo da residencia: Edmundo Melo Mical, empregado no comercio, travessa do Jasmim, 1, ferido com estilhaços de granada, proximo da residencia; Maria de Jesus Silva, rua da Fabrica da Polvora, 65, ferida com estilhaços de granada proximo da residencia; Crisante Augusto Miranda, empregado no comercio, rua da Saudade, 13, 4.º, ferido com um tiro na . . Eugenio Santos; Americo Pereira Ramos, empregado no comercio, rua Marquês de Ponte de Lima, 37, 2.º, ferido com um tiro na residencia; um individuo cuja identidade se desconhece, ferido com um tiro na calçada de Santo André, e outro individuo, tambem desconhecido, ferido a tiro no mesmo local.

*

No Necroterio deram entrada 35 cadaveres, cujas identidades ainda não estão reconhecidas; Nove envergam fardas: um sargento da Armada, cinco marinheiros, dois soldados da G. N. R. e um soldado do Exercito. Os restantes vestem á paisana.

*

Chegou já morto ao Hospital de Marinha o sr. Urbano Cardoso, funcionario publico, residente na rua Barão de Sabrosa, 54.

No Hospital Militar da Estrela deu entrada um 2.º cabo de infantaria, sem boné, que foi morto durante o tiroteio no Quartel General.

No tiroteio que se estabeleceu proximo do Palacio das Necessidades foi morto o soldado corneteiro de infantaria 1, n.º 192, da 4.ª companhia, que ficou na séde do comando da 1.ª Região Militar.

Nas Amoreiras foi morto um operario electricista, cuja identidade se ignora.

*

No Hospital Militar da Estrela deram en-

RETROVISOR

Cerca das seis horas, um carro com um lençol branco hasteado num pau de vassoura percorreu a Rua da Escola Politécnica. Nele, um dos oficiais revoltosos, ao passar pelas barricadas ali montadas, anunciava que iria ser dada a rendição, informava que já não havia munições e indicava aos civis que fugissem.

Às 7 horas da tarde, o coronel Mendes dos Reis telefonou ao estado-maior das forças fiéis ao Governo e anunciou a sua rendição: **"não posso continuar a luta porque não tenho munições**". Informou a localização do ministro dos Estrangeiros e os seus secretários, prisioneiros dos revoltosos desde o primeiro dia, recomendando que fosse ordenada para essa missão a saída de uma força da GNR do quartel do Carmo, que se mantivera neutral, avisando "**que não encontrará como adversários senão poucos civis que eu receio que possam fazer quaisquer distúrbios**". Deu ainda a informação de que estava acompanhado pelo comandante Agatão Lança mais outros dois oficiais numa mercearia junto ao Largo do Rato, onde aguardariam o destino que entendessem dar-lhes. O seu destino seria a Penitenciária de Lisboa, aonde nos dias seguintes seriam concentrados centenas de militares e civis envolvidos na revolta.

Chegados a esta altura dos acontecimentos deixa de haver notícias nos jornais sobre o que se passou a seguir à rendição destes militares. Como desmobilizaram ou escaparam as centenas de marinheiros, guardas republicanos e civis cercados naquele perímetro, continua a ser uma incógnita. Um apontamento, apenas, refere que na manhã do dia seguinte ainda se ouviam tiros isolados no Bairro Alto e arredores. A voz popular e alguns autores continuam a dizer nos dias de hoje que "**marinheiros e civis foram fuzilados junto ao chafariz do Largo do Rato depois de se terem rendido por falta de munições**", mas a historiografia oficial nada diz a este respeito. Nem confirma, nem desmente esta "**maneira singelamente fascista de dissuadir a participação popular**"[11].

Em Lisboa, os combates, que cessaram no dia 10, causaram cerca de noventa mortos e mais de quatrocentos feridos. No Porto, os mortos foram mais de cem e cerca de quinhentos os feridos. Em Lisboa, o total dos militares revoltosos não teria superado os mil, enquanto revolucionários civis, na falta de mais armas, foram o triplo destes, sendo "**a parte mais aguerrida nos combates de rua, no assalto a quartéis e na obtenção de armamento, dando à Revolução uma feição popular**" [12].

Para muitos, esta tentativa de derrube da ditadura fracassou devido à descoordenação entre os dois polos revolucionários. Para Sarmento Pimentel, do Comité Revolucionário do Norte, a responsabilidade foi **"dos conjurados de Lisboa, que não vieram logo para a rua, como estava combinado, e comprometeram, assim, irremediavelmente, o levantamento do Norte. Por culpa dos tímidos, dos pusilânimes, dos cobardes e daqueles que viram que a revolução não servia os seus interesses e, sendo republicanos, contrariaram o movimento. Arrependeram-se depois, mas já era tarde"**[13]. Referindo-se ao desfecho dos acontecimentos, manifestou: **"Nós, os do Porto, chamámos àquele levante tardio de Lisboa, a 'Revolução do remorso'. É claro que a ditadura, podendo bater os seus inimigos, primeiro um e, depois deste vencido, o outro, esmagou este retardatário impiedosamente. Deu-se até ao desporto de andar a caçar a tiro, nas ruas de Lisboa, os republicanos tresmalhados, como quem caça coelhos"**[14].

A vitória militar traduzir-se-ia num claro reforço da Ditadura, que ficou com os movimentos livres para pôr em prática uma política repressiva até ali impensável. Antes de acabar o mês de Fevereiro, mais de mil implicados na revolta, entre militares e civis, foram deportados e largas centenas tiveram que se exilar. Os jornais que apoiaram o movimento foram imediatamente suspensos. Alguns sindicatos foram encerrados e a CGT foi dissolvida, passando a funcionar na clandestinidade.

Nos meses e anos seguintes a repressão aumentaria exponencialmente contra as organizações operárias e contra todos os que eram conhecidos pelas suas ideias inconformistas com o regime ditatorial, assistindo-se ao reforçar do Estado policial e ao apertar da censura à imprensa. As tentativas inssureccionais de lhe pôr termo por parte dos civis e militares "reviralhistas" sucederam-se até 1931. Todas fracassaram.

Reforçada nestas lutas e dispondo de forças armadas depuradas de elementos perturbadores, a Ditadura passou de Militar a Nacional. Chefiada por Salazar, apoiada pela Igreja Católica e contando com a apatia da esmagadora maioria do povo analfabeto e apolítico, embalou numa viagem, interrompida só quase meio século depois, quando o MFA (Movimento das Forças Armadas), um movimento conspirativo de novo tipo, só de militares, lhe pôs termo com o golpe de 25 de Abril de 1974. Realizavam assim o sonho do "reviralho": restaurar o regime e a Constituição. Ao mesmo tempo que, involuntariamente, abriam as portas ao desencadear de um processo revolucionário realmente transformador na sociedade portuguesa, que uma parte significativa desses mesmos militares, desta vez organizados com civis enquadrados no espectro político que ia dos socialistas à extrema direita, se encarregaria de fechar, um ano e sete meses depois, com o golpe de 25 de Novembro.

> Marinheiros e civis foram fuzilados junto ao chafariz do Largo do Rato depois de se terem rendido por falta de munições, mas a historiografia oficial nada diz a este respeito. Nem confirma, nem desmente.

Grupo de civis que actuou na insurreição no Porto

Depoimento

Américo Vicente, sindicalista anarquista, membro da Juventude da CGT, um dos civis concentrados junto ao Quartel dos Marinheiros de Alcântara, que integraram a coluna comandada por Agatão Lança, relata, num depoimento inédito[15], filmado 60 anos depois dos acontecimentos, a progressão desta força. **"(...) eu fazia parte dos grupos civis de preparação da revolução de Fevereiro (...) Viemos depois em direcção ao Largo do Rato já com a Guarda Republicana do quartel da Pampulha, que era comandada pelo Coronel Mendes dos Reis, [líder da Junta Revolucionária de Lisboa]. A primeira coisa que fizemos, é claro, já iamos preparados para a Revolução, íamos armados e tal, foi ir soltar à esquadra do Caminho Novo todo o pessoal de "A Batalha" que ali se encontrava preso. "A Batalha" tinha sido assaltada [pela Polícia] dias antes e tinham prendido todo o corpo redactorial e tipográfico. Dali, atravessámos aquelas ruas e quando chegámos ao Jardim do Patriarcal [actual Príncipe Real], houve o primeiro embate contra as forças fiéis ao Governo (...) que estavam na Rua da Escola Politécnica com as armas aperradas. A Marinha já tinha tomado o Jardim de São Pedro de Alcântara. E há um oficial que diz: *'Há aí alguns artilheiros civis?... É preciso correr com estas vedetas todas que estão por esta rua fora...'* Uma série de civis ofereceram-se, foram pela rua da Escola Politécnica fora e amandaram com uns explosivos, limpando a rua toda. A rua da Escola é limpa e tomam a barricada no Largo do Rato[16]... Este foi o primeiro embate com as forças do Governo.**

Aquela Revolução durou três dias ou dois dias e meio, andámos ali enganados quase dois dias, sacrificados, alguns morreram é claro, só quem viu aquilo é que pode dizer o que aquilo foi... Parecia que tinham andado ali com uma picareta a picar os prédios... Na área do Rato havia umas poucas de barricadas...

Quando chegou ao terceiro dia já quase não havia munições, o último cunhete de balas que estava em depósito dentro da Escola Politécnica, onde há duas grandes esferas à entrada dos portões, aí é que era o depósito de material de guerra, fui eu levá-lo a uma barricada numa daquelas travessas (...) Isso foi uma grande falha, não digo que fosse a mais importante, mas contribuiu bastante para a Revolução perder aquele entusiasmo, aquele ânimo, porque não havia material.

Então, pelas 5 ou 6 horas da tarde, apareceu um automóvel pela rua da Escola Politécnica com um pau de vassoura e um lençol branco a dizer para a gente fugir que iam dar a rendição. É claro que não havia munições. Os oficiais gritavam: *'Estamos mal, temos que nos render"*. Porque havia muitos civis que não queriam render-se. *'A gente não se rende! A gente vai lutar! A gente vai dar o sangue, mas não nos rendemos!'* Os oficiais aconselhavam: *'Vamos embora rapazes, já não há nada a fazer, para sofrer estamos cá nós...'*

É claro que tivemos que nos render, cada um fugiu para onde pôde. Os oficiais do Comité Revolucionário já fizeram aquilo para os civis fugirem... Então, cada um tratou de fugir, como eu. Chegou a altura, tirei tudo por o que tinha por cima de mim, toca a andar, lá consegui safar-me."

1 Jaime Cortesão, Memórias da Revolução de Fevereiro, in jornal "A Revolta" de 21/5/1927.

2 Emídio Santana, Memórias de um militante anarco-sindicalista, p.138. Perspectivas & Realidades. Lisboa, 1985.

3 Júlio César de Almeida, in jornal "República" de 7 de fevereiro de 1975.

4 Manuel Joaquim de Sousa, in "Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo, p.51. Antígona, Lisboa, 1989.

5 Diário de notícias, 7 de Fevereiro de 1927 (4ª página).

6 Luis Farinha, O Reviralho – Revoltas Republicanas Contra a Ditadura e o Estado Novo 1926-1940, p.36, Lisboa, Estampa.

7 José da Silva, Memórias dum Operário. 2º volume. Após o 28 de Maio e Oposição Democrática, pp. 27-30. Manuel Duarte, Porto, 1971.

8 Paulo Guimarães, Cercados e Perseguidos: a Confederação Geral do Trabalho (CGT) nos últimos anos do sindicalismo revolucionário em Portugal (1926-1938).

9 Emídio Santana, obra citada, p. 156.

10 Diário de notícias, 7 de Fevereiro de 1927 (2ª página).

11 Júlio Carrapato, O Regicídio, o 5 de Outubro de 1910, a I República Portuguesa, p. 341. Edições Sotavento, Faro, 2011

12 Luis Farinha, obra citada.

13 Sarmento Pimentel ou uma Geração Traída: Diálogo de Norberto Lopes com o autor das "Memórias do Capitão", Aster, Lisboa, 1976.

14 Sarmento Pimentel, "Memórias do Capitão", Editorial Inova, Porto, 1974.

15 Américo Vicente. Depoimento em video recolhido por José Tavares para o projecto "Memória Subversiva - História do anarquismo e do sindicalismo em Portugal", 27 horas de entrevistas e registo de docu
mentos, Lisboa, 1987.

16 Na continuação do seu depoimento, Américo Vicente explica que a tomada desta barricada e do Palácio Duque de Palmela pelos civis pretendia evitar a repetição do contra-ataque pelas forças leais à ditadura, como tinha ocorrido quando do Golpe de Sidónio Pais, em 5 de Dezembro de 1917, quando a Marinha tinha controlado a mesma rua, mas fora surpreendida pelos sidonistas a partir da quinta circundante ao palácio. A propósito desses acontecimentos, recorda o mote de uma canção da época: "Ó marujo, não vais beber água ao Rato", que evocava aquele outro episódio histórico. Os factos de Fevereiro de 1927 actualizariam o mote para "A marinha foi beber água ao Rato", havendo também, segundo outros contemporâneos, a sua versão ameaçadora: "Vê lá se não queres que te aconteça o mesmo que aos marinheiros que foram beber água ao Rato..."

Arboricidas

É toda a paisagem que está em risco, seja na cidade, seja no campo ou numa reserva natural.

Jornal local anuncia mais um retrocesso dos espaços verdes (Lisboa, Janeiro 2014)

COLECTIVO ELEUTÉRIO

Aparecem em qualquer altura - às oito horas matutinas ou às três da tarde, num dia útil ou num Domingo de manhã, de Verão ou de Inverno - tão completa é a sua indiferença pelos ritmos biológicos. Trazem motosserras na mão e sacos negros. Vêm matar e amortalhar a morte. Têm a missão e a frieza de psicopatas, mas, a coberto de prestarem um serviço público, gozam da conivência dos contribuintes, que não se importam de remunerar atentados contra a vida, maus tratos, chacinas em massa, contaminações epidémicas, fomento de moléstias, etc. Barbáries são cometidas em nome dum racionalismo cego, fundado no preconceito de que tudo o que é bravio, é daninho e deve ser extirpado. Torturar a vida, reter a abundância, é a meta comum destes senhores, convencidos de que uma espécie todo-poderosa foi indigitada por desígnio divino para dominar todas as outras. Nada pode brotar sem que seja, desde logo, objecto dum programa de controlo e de racionamento, por verdugos treinados para ceifar outros seres a toda a brida. Eles avaliam, eles sentenciam, eles afixam cartazes indicando as criaturas a liquidar. Eles mascaram os atentados com uma retórica de limpeza eugénica: "por apresentar graves problemas fitossanitários (…), será abatida e substituída". Fique descansadinho, não se alarme, que os especímenes deficientes serão todos exterminados – outra *Aktion T4*[1]?

Os mecanismos disponibilizados pela técnica são inúmeros e permitem operar requintes de malvadez com menor esforço e maior repetibilidade. A "rolagem", uma das torturas técnicas mais drásticas e hediondas, é ciclicamente perpetrada pelas autarquias deste país fora, consistindo em mutilar as extremidades do corpo, deixando só o tronco como um grande coto ferido. Rolar cabeças e membros. Mansur Al-Hallaj desmembrado e esquartejado tornou-se modelo de gestão e manutenção. As consequências não se fazem esperar: deformação irreversível, nunca mais esses seres desfigurados recuperarão a sua proporção natural, pois, ainda que se esforcem por se reconstituir após a operação traumática, já só o conseguem fazer de modo débil e desordenado; as zonas de corte tornam-se focos de infecção, em resultado das defesas diminuídas e da falta de alimento, as chagas e gangrenas servem de porta de entrada para os agentes patogénicos; depois do enfraquecimento geral, seguem-se as pragas, as doenças crónicas, por fim, a decrepitude e a morte precoces. Por esta razão, este método, aparentemente económico, revela-se mais dispendioso, pois aumenta o ritmo a que é necessário proceder à remoção e substituição, com os consequentes custos. Tais procedimentos não se limitam ao contexto urbano, encontram-se arreigados, há décadas, noutros âmbitos: «*A agricultura é agora uma indústria alimentar motorizada, em essência o mesmo que a produção de cadáveres nas câmaras de gás e campos de extermínio (…)*» - **Heidegger**, conferência de Bremen, 1949. Por toda a parte do globo, assomam estes vulgaríssimos terroristas: «A mais comum forma de terrorismo nos E.U.A. é a produzida por *bulldozers* e motosserras» – Edward Abbey. É toda a paisagem que está em risco, seja na cidade, seja no campo ou numa reserva natural. Testemunhas declaram: «No outro dia vimos uma cena na serra da Aboboreira (perto de Amarante) que nos deixou de boca aberta: estavam várias brigadas de roçadores a aplicar a máquina zero nas partes mais altas da serra, dizimando importantes zonas de vegetação natural como cervunais. E as mesmas câmaras que pagam este belo serviço (talvez para ocupar desempregados) são capazes de editar brochuras (como fez a Câmara de Amarante sobre a serra da Aboboreira) enaltecendo os valores naturais dos espaços que se empenham em destruir.» (F. Clamote). Chegou-se a um ponto em que não há mais floresta espontânea, em que não se toleram modos de vida cuja duração e ciclo de desenvolvimento são muito maiores dos que o da espécie humana. Nós, narcisos endeusados, tudo queremos à nossa imagem e semelhança: abaixo os exemplares bicentenários, que nos fazem sombra do alto da sua antiguidade e resistência ao tempo, coloquemos no seu lugar palitos enfezados que hão-de viver menos do que nós, decepados e removidos quando nos aprouver. Como se não bastasse o holocausto incendiário que grassa todos os anos nas florestas, dizimando um sem-número de árvores, ainda mais agravamos o desperdício e a fatalidade. Os incêndios servem de pretexto para uma legislação que institui, para todos os proprietários, a obrigatoriedade de "limpeza" (o chavão retórico usado para acabar com a flora selvagem). Como toda a terra se converteu em propriedade – particular ou do Estado – a aplicação desse decreto representa a extinção de inúmeras espécies (por exemplo, o rosmaninho esteve quase a desaparecer). Repare-se no absurdo dessa Lei: a culpa não é dos fogos que ateamos, é da profusão da matéria combustível que, indefesa, se atravessa no caminho; a culpa é da vítima e não da causa incendiária. O que os juízes humanos incriminam, como terreno não limpo (o "matagal"), não é mais do que a abundância natural. É crime a Natureza mutiplicar-se! A Lei peticiona o deserto e a miséria: solos ratados, plantas de crescimento constantemente interrompido. Agradam mais ao nosso julgamento os foguetes nas festas do pico do Verão, quando os campos estão mais secos - não andamos a brincar com o fogo?

Em Portugal, poucos são os municípios e freguesias que preservam o património arborícola do seu concelho e que entregam a sua gestão a técnicos habilitados para tal. Em vez de profissionais experientes, são subcontratadas empresas de manutenção de espaços verdes que exploram mão-de-obra barata e que funcionam à base de trabalho temporário; estas encarregam-se de aparar a relva regularmente e, uma vez por ano, podar as árvores para as fazer regressar às dimensões que tinham há um ano atrás, ou até um pouco menos. Faz-se uma jardinagem toda subtractiva, apostada no emaciamento cadavérico: poda, arranca, apara, extrai, rapa, limpa. É raro acrescentar novas flores, diversificar variedades, enriquecer canteiros. É notório o empobrecimento e desertificação dos solos devido à colecta imparável de matéria orgânica dos jardins, encaminhada para a queima em centrais de biomassa (versão vegetal de incineradoras), destituindo assim o terreno do húmus e nutrientes que o enriqueceriam. Ninguém implementa a compostagem nos jardins municipais. Para quê pagar um serviço tão triste, tão destrutivo, tão desqualificado, que se resume ao culto de uma carecada regulamentar? Se não há gosto por ver prosperar a Natureza em toda a sua plenitude, para quê manter jardins definhantes que não são mais do que uma exposição de abortos? Mais valia que o orçamento afecto à jardinagem fosse próximo de zero, ganhar-se-iam espaços com o colorido das flores silvestres, e as árvores, libertas da poda sacrificial que as desnatura (como nota Tarkovski no filme "O Sacrifício"), poderiam finalmente fazer-se adultas. A desnaturação da árvore, base de todo um ecossistema, não se faz sem que a qualidade da vida humana seja também ela desnaturada: por todo o lado pejam indivíduos arfantes, asmáticos, anémicos, de sangue mal oxigenado e pele macilenta, e, à falta de sombras frescas, como só as das árvores sabem ser, os cancros de pele disparam, segundo os oncologistas. Resista-se à histeria daqueles que solicitam podas à Câmara, alegando alergias supostamente provocadas pelas árvores, pois é pior a emenda que o soneto, dado que uma árvore severamente podada, no ano seguinte, terá mais floração e, logo, mais pólen, frutos e sementes; além disso, na base das alergias e fragilidades respiratórias, está a poluição atmosférica produzida pelas indústrias e automóveis, que as árvores nos fazem o favor de filtrar. Quantos problemas ocasionados pela interferência humana, por si só! – como, aliás, reconhecem os vereadores mais esclarecidos, admitindo uma incompetência generalizada no tratamento dos activos biológicos[2].

> Se não há gosto por ver prosperar a natureza em toda a sua plenitude , para quê manter jardins definhantes que não são mais do que uma exposição de abortos

Os atentados são mascarados com uma retórica de limpeza eugénica:"por apresentar graves problemas fitossanitários (…) será abtida e substítuida."

1 Programa de eutanásia, sediado na Tiergartenstraße 4, em Berlim, mediante o qual os médicos do Terceiro Reich eliminaram oficialmente cerca de 250.000 pessoas com doenças crónicas, deficiências hereditárias ou demências.

2 Rui Sá, vereador do Ambiente: «…muitos dos problemas de quedas de árvores resultam de podas mal feitas no passado» (in "Câmara do Porto intervém em sete mil árvores até Abril e abate duas dezenas por motivos sanitários", Público, 26/02/2005); «…durante muitos anos cometeram-se grandes erros (muitos deles apenas puderam ser constatados agora, à luz da realidade e da evolução dos próprios conceitos técnicos e científicos) na plantação de árvores na Cidade. Espécies não adequadas às condições (…), distâncias muito pequenas entre árvores de alinhamento, caldeiras (espaço de terra envolvente ao tronco) com dimensões desadequadas (muitas delas com o cimento e o alcatrão mesmo junto ao tronco), proximidade às casas (o que obriga a podas sistemáticas causando os desequilíbrios das copas), espécies cujas características de desenvolvimento são desadequadas ao espaço disponível, etc.» (in Primeiro de Janeiro, 01/04/2005).

MAPA ASTRAL

Mapa Astral ★ Março

O presente horóscopo não assume qualquer responsabilidade sobre as previsões que apresenta. A sua natureza, totalmente transversal, permite ao leitor escolher o seu signo em função do que mais lhe convier. O dia de nascimento de um individuo apenas determina a vida da mulher que o deu à luz. O resto é retórica *new age*.

CARNEIRO
21 DE MARÇO A 20 DE ABRIL

Este mês será caracterizado pela tua boa fortuna em tudo o que se relacione com assuntos pendentes. Quando penses que a sorte está lançada e que nada pode mudar o destino, um meteorito cairá perto daqueles que pensam que podem decidir sobre a tua vida e o efeito, imediato, calcinará os seus cérebros provando-lhes uma morte súbita. Essas correntes que tentaram lançar-te dissolver-se-ão para não voltarem jamais. Assim que, continua na tua onda de viver livremente mas caminha atento: não deixes grãos pelo caminho, que não te voltem a seguir para tentar caçar-te. No amor: goza de tudo o que caiba no teu coração.

TOURO
21 DE ABRIL A 20 DE MAIO

O fracasso não te abandona, continuas a ser prescindível nesta organização social, mas não te iludas: nesta e em qualquer outra que te apresentem, não te metas em nenhum "processo revolucionário".
A vitamina B12 continua a ser um factor de debilidade, aqueles anos em que a única companhia que tinhas eram as doses intravenosas de óleo de fígado de bacalhau (sim, também adivinhamos o passado), começam a passar factura. No amor o fracasso é sinónimo de esplendor, com ele serás como um caniche com o infinito ao seu alcance.

GÉMEOS
21 DE MAIO A 21 DE JUNHO

O elemento que rege o teu signo, ar, terá especial protagonismo para ti este mês. Devido a fortes rabanadas que atacarão à tua cidade natal sentir-te-ás especialmente desorientado, confundirás os dias e as horas. Atenção para que não apareças um sábado no trabalho, ou entres num cinema para ver um filme de cefalópodes. Além disso recomendamos-te que compres botas com biqueira de aço: evitarás levitações desnecessárias e, já que estamos, também fortalecerás as pernas. No amor, se não tens companhia: ama-te todos os dias do ano. Se tens companhia, faz exactamente o mesmo; é uma técnica estupenda para o cútis.

CARANGUEJO
22 DE JUNHO A 22 DE JULHO

A estas alturas já deves ter descoberto que a chantagem que te têm andado a fazer com essa história do "trabalho" já não mete medo a ninguém. Contrariamente àquilo que toda a vida te repetiram lá em casa, descobrirás que podes viver do ar, do trabalho é que seguramente não. Não dês atenção aos cadáveres que te rodeiam, morre-se de amor, de tristeza, de saudade, mas ninguém morre de cancro. Sim é verdade, morre-se de amor, se és jovem entretém-te com qualquer outro sentimento antes que seja demasiado tarde, se já não és tão jovem deixa-te levar pelo poder de Hypnos e encontrarás conforto ao lado de Thânatos.

LEÃO
23 DE JULHO A 23 DE AGOSTO

Devido a uma nuvem infecciosa que sobrevoará o teu signo durante a primeira e a terceira semana do mês terás algumas dores durante estas semanas. Tenta comer uma fatia de melancia todas as manhãs em jejum, contém muita vitamina C, ideal para constipações. No trabalho nenhuma novidade. É o que tem o trabalho, que para além de desgastar o teu corpo é entediante. No amor mais do mesmo: nenhuma novidade. As coisas passarão sem pena nem glória. Certamente para ti este mês é completamente descartável. E se a isso lhe acrescentamos que não é temporada de melancia… Se fosse a ti fechava os olhos e esperava pelo mês que vem.

VIRGEM
24 DE AGOSTO A 23 DE SETEMBRO

Aproxima-se uma guerra com a Coreia do Norte por crimes contra a humanidade, a ONU decidiu compará-los com os nazis, mas pelo relatório apresentado ainda são piores! Se seguiste o conselho do anterior horóscopo e partiste para este país tenta não sintonizar a TVI, o visionamento de telenovelas estrangeiras é castigado com pena de morte. Finalmente estás num país com um código penal lúcido, és um privilegiado/a. O *cheongju* é um oceano de propriedades benéficas para um corpo ocidental, inunda-te desta magnífica poção. Por decreto oficial num momento de grande lucidez o "Grande Sucessor" declarou o amor "Inimigo Supremo do Líder Supremo", e desde Janeiro de 2012 também está castigado com pena de morte, não cometas nenhum deslize.

BALANÇA
24 DE SETEMBRO A 23 DE OUTUBRO

Um dia entre o 11 e o 22 deste mês receberás uma visita que mudará a tua vida. Não apenas a tua vida este mês, mas toda a tua vida! Uma mulher de pelo branco dar-te-á uma caixa de fósforos. Deixarás de utilizar o isqueiro, os fósforos abrem-te um campo de possibilidades que são independentes de uma boa ou uma má pedra. Na caixinha haverá uma inscrição que, ao lê-la em voz alta, fará com que te conectes com uma das tuas vidas anteriores: aquela em que dançavas tal qual uma borboleta por entre os juncos. Ou seja, que nessa vida anterior eras uma borboleta. Mês de boas(ou más) novidades: a gravidez de uma pessoa próxima far-te-á pensar sobre a interacção com os teus seres queridos. Sente a borboleta que há em ti e expressa-te. À partida ninguém te agradecerá, mas será curioso de ver.

ESCORPIÃO
24 DE OUTUBRO A 22 DE NOVEMBRO

Mantém-se a impossibilidade de arriscar previsões fiáveis baseadas no teu signo(por causa daquela chatice com Plutão), mas vamos lá tentar fazer um esforço... Espera! Acabámos de dar-nos conta que partilhas signo com a girafa Marius, aquele pobre animal condenado a uma pena de morte pelos responsáveis do jardim zoológico de Copenhaga por apresentar risco de "consanguinidade", ou seja, risco de acabar copulando com alguma prima afastada. O seu corpo profanado diante de dezenas de crianças traz à memória os tempos do Terror Jacobino em que seres humanos de frondosas cabeleiras foram justiçados pelos mesmos motivos. Isto tudo só reforça o que já te tínhamos dito: deixa de consultar horóscopos!

SAGITÁRIO
23 DE NOVEMBRO A 21 DE DEZEMBRO

Devido a diferentes tempestades astrais, a tua casa zodiacal sofreu terramotos de intensidade diversas que se materializaram em gretas de profundidade considerável. Basicamente estás perfeito para ir directamente para o lixo. Curiosamente, apesar de ser um signo que nasceu desventurado em vez de bem-aventurado, este mês haverão prémios no teu campeonato. Um feitiço feito por uma pessoa que te tem carinho produzirá uma inversão nas auroras boreais e, contra todos os prognósticos, o teu organismo curar-se-á e, o melhor de tudo, comportar-se-á desta forma agora e sempre contra o invasor. A bruxaria de velas brancas juntamente com a lua nova produziu uma aura de protecção que te acompanhará até ao fim dos teus dias. Isso sim, haverá fim nalgum momento: a imortalidade é um atributo do mais egoísta e antropocêntrico, como se o ser humano fosse necessário na terra. Teríamos que perguntar ao resto do planeta, a ver o que opina.

CAPRICÓRNIO
22 DE DEZEMBRO A 20 DE JANEIRO

A nível profissional serás tratado/a com muito pouco profissionalismo, se ainda tens emprego entre o 5 e o 13 deste mês serás enviado para o olho da rua. Em menos de dezoito dias serás um/a maltrapilho/a necrófago/a que pendura a roupa na vedação que separa os carris do comboio da tua barraca, e vive dos restos de carniça dos animais deixados pelos antigos moradores. Desfruta das vistas e descansa muito, qualquer sábio zen te dirá que é a melhor garantia de uma saúde de ferro. No amor aconselhamos-te a não abandonar o trilho, continua a amar tudo e todos. A outra opção é deixares-te levar pelo ódio, salto para as Trevas, para o Vácuo, não haverá retorno.

AQUÁRIO
21 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO

Segundo o Zodíaco Tropical, em que o Sol é o astro que ilumina o teu caminho, este mês necessitarás fortes doses fotosintéticas para assegurar a boa saúde do teu organismo. A praia ou inclusive o parque que tens perto de casa podem ser bons lugares adonde ir, estender-se como um lagarto e fechar os olhos para absorver ao máximo o calor que te envia a tua estrela principal. Por outro lado, segundo o Zodíaco Sideral, este mês uma vorágine emocional desatará a tua parte mais animal que, desde há demasiado tempo, está oculta sob uma manta de responsabilidade com o mundo que te rodeia. Ouve as tuas entranhas, ganha balanço e atira-te ao vazio. Descuida completamente as necessidades dos outros: não se pode salvar o mundo sem salvar o teu próprio. Desta maneira os que tens perto desenrascar-se-ão e serão eles mesmos os seus próprios super-heróis.

PEIXES
20 DE FEVEREIRO A 20 DE MARÇO

O carácter despistado do teu signo tem-te levado às actividades mais insuportáveis no campo laboral, afina o teu talento inato para as artes e utiliza a tua estóica personalidade para começar um projecto de horta urbana. A sujidade acumulada nos teus ouvidos e no teu umbigo é sinónimo de problemas, afinal não são só os outros que sofrem com a tua falta de higiene. No amor nada a fazer, ninguém se sente atraído por alguém que não lava cuidadosamente o seu umbigo, não terás sorte nem com animais de outra espécie.

A CABEÇA DO AVESSO
POR GASTÃO LIZ

O cancro a alastrar

Para evitar a crise, o financiamento da economia, o desemprego e as «medidas de austeridade», a classe política tem uma solução, a velha receita da produtividade. Só existe o factor económico: refinaria, betão, eucaliptos ou turismo. Fora disso nada é sério. E tudo tem de se identificar com os desígnios da Economia. Por efeito, toda a classe política sem excepção se une aos grupos empresariais a fim de relançar projectos de obras públicas, por exemplo, o TGV, auto-estradas, aeroportos, etc. Diante da «necessidade» de desenvolver e produzir estragos renováveis, toda a classe política se mete de acordo. A antiga crença em deus e no inferno, foi hoje substituída por novos deuses: os produtos de todos os tamanhos e feitios e o petróleo, respectivamente. E o Homem enche-se de razões. É preciso produzir para viver mas também para dar um sentido à vida, de outra maneira a vida seria absurda e a sociedade (ou instituição estatal) ameaçada. Assim munidos, a classe política moderna e com ela, por via da propaganda e da violência, muita *boa gente*, encontram na produtividade, logo no desenvolvimento, a saúde e a tranquilidade que, antigamente, só se obtinha na estrita e cega obediência a Deus.
O desenvolvimento do cancro, cada ano a crescer e a matar mais pessoas em Portugal e no mundo, é proporcional à taxa de industrialização a qual é considerada um factor de desenvolvimento. Os recursos de água contaminados por pesticidas, hectares e hectares de solos empobrecidos pela plantação contínua de eucaliptos ou destruídos pelo progresso do betão, a alimentação industrial *standardizada*, a poluição do ar, o *stress* do trabalho *versus* desemprego... .

Pese embora tudo isso, os dirigentes políticos de todos os quadrantes consideram que a velhinha Produtividade é a solução para Portugal e para o mundo. Ainda e sempre o cancro a alastrar.

O estádio de futebol, gastador, totalitário e bárbaro

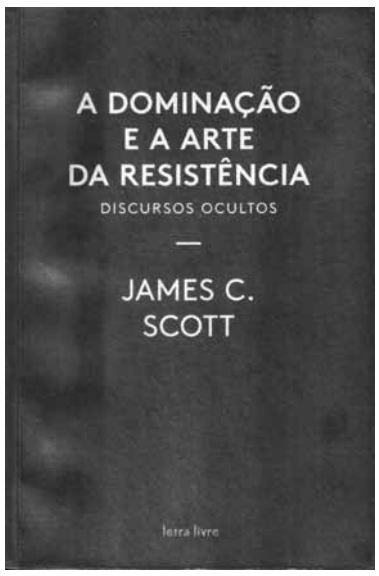
Houve um tempo em que o Estado não queria saber de gente jovem que andava aos pontapés à bola. Mas, assim que os pontapés se aperfeiçoaram e o jogo se transformou, com a profissionalização, em ciência, logo indústria, finalmente política, o Estado não pôde mais ignorar uma actividade indispensável ao seu prestígio.

Deste modo se entende melhor o empenho e investimento do Estado em organizar campeonatos internacionais de futebol, como fez o Estado português há anos atrás. Na organização do europeu de futebol em Portugal o Estado gastou enormes quantias de dinheiro, somente na construção de estádios. Os quais depressa se tornaram em enorme dor de cabeça para os municípios onde esses estádios foram construídos. Veja-se, por exemplo, o estádio de Leiria convertido num sorvedouro de dinheiro que a câmara municipal não consegue sustentar. A solução mais viável é a demolição.

Afinal, o estádio é um factor social totalitário e bárbaro que entra quotidianamente em casa com a televisão. Este edifício, produto de comportamentos viris e violentos, é indissociável do desporto negócio e das suas competições. Qualquer aglomerado «moderno» que se preze deve ter no mínimo um, mas se forem dois ou três não há problema, desde que estejam dentro dos parâmetros reconhecidos pelas instituições de alienação desportiva. Mesmo que isso tenha custos enormes e que a maior parte do tempo estejam às moscas.

Os actuais protestos das populações do Brasil contra a Copa (o mundial de futebol) fazem todo o sentido.

DESNORTE



«A DOMINAÇÃO E A ARTE DA RESISTÊNCIA. DISCURSOS OCULTOS»
DE JAMES C. SCOTT.
TRADUÇÃO: PEDRO SERRAS PEREIRA
LETRA LIVRE, LISBOA, 2013

Editado pela primeira vez em Portugal, James C. Scott é autor de uma extensa obra que tem como principal foco das suas investigações, o estudo dos povos subordinados, e as diferentes formas de resistência à dominação, com especial incidência no mundo rural.

O seu trabalho abrange diversas áreas do conhecimento: economia política, sociedades agrárias, politicas camponesas, relações de classe e anarquismo. Ao longo dos 50 anos de carreira académica publicou, entre outras, as seguintes obras: *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance (1985), Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed (1998), The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia (2009), Two Cheers for Anarchism: Six Easy Pieces on Autonomy, Dignity, and Meaningful Work and Play (2012)*.

Neste livro, originalmente publicado em 1990, James Scott elabora uma tese sobre as formas de resistência dos grupos sujeitos à dominação social, a partir de um discurso escondido, contraposto ao seu discurso público. A partir da análise de exemplos históricos de domínio extremo, o autor questiona as teses clássicas, segundo as quais o discurso, os valores e as crenças que suportam tais formas de dominação, seriam largamente partilhadas pelos dominados, sendo necessário estes serem previamente libertados desse mundo social, para depois se tornarem conscientes da sua condição. Contrariamente a estas perspectivas, o autor vê na aparente aceitação dos subordinados, estratégias de sobrevivência e formas de simulação que se destinam a ocultar a sua revolta e a sua resistência. Este teatro em que se encena a partilha e a submissão das regras e normas das elites dominantes, deve ser visto como uma forma de salvaguarda e protecção dos dominados. Ao mesmo tempo várias acções de contestação vão assumindo outros disfarces, desde o murmúrio, o rumor, à ameaça anónima, ao incêndio de searas do senhor ou do patrão, ou à sabotagem de máquinas. O autor enuncia ainda as «formas elaboradas de disfarce» presentes na cultura popular, como muitos contos da cultura oral ou os rituais de inversão como o Carnaval.

James Scott é membro da academia de Artes e Ciências dos Estados Unidos. Além de professor de Antropologia e Ciência Politica na Universidade de Yale, onde fundou o Programa de Estudos Agrários, dedica-se também à agricultura.

O *Trainspotting* dos Libertarianos

A partir do desespero surge a comédia negra, a da trágica perspectiva da evolução humana. Em ***"O Lobo de Wall Street"***, produto do ano de 2013 da megalomania da indústria cinematográfica americana, Martin Scorcese parte da Wall Street dos anos 70 e da obra biográfica de Jordan Belfort (que terá recebido mais um bom par de milhões pela cedência de direitos) para traçar um conto (bem desenhado) que, passando pela ascensão e a queda, maquilha uma redenção e continua a propagar-se. E o seu sucesso atravessa os dias de hoje, tirando proveito da resignação perante as ditas leis da civilização que se espalha pelo mundo, para triunfar no jogo das finanças, chave para o sucesso absoluto no que toca à auto-realização. O roubo e o saqueio trasvestido de trabalho tornam-se a moral, deslocando-se no universo etéreo das trocas comerciais e da especulação das existências. Este mais recente filme de Scorcese, onde o capitalismo é excedido por si mesmo, pode ser considerado uma última parte dum tríptico do realizador sobre a ganância humana, se *"O Casino"* (1995) e *"Tudo bons rapazes"* (1990) forem considerados as suas duas primeiras partes. O filme que se encontra agora nas salas destaca-se pela sua ligação a um mundo demasiado actual. Um mundo que se propaga como um vírus, que seduz a partir da orgia debochada do dinheiro, onde as bocas cheias de empreendorismo e quejandos tais, tornam o trabalho e o sucesso num discurso perigosamente totalitário e meio caminho andado para quem se quiser tornar ministro duma qualquer nação.

Bergman, desejo e prazer

No Nimas, prolonga-se o ciclo de reposição dedicado a Bergman, incluindo "O Olho do Diabo" (1960), comédia inspirada pelo dito irlândes: "A castidade de uma jovem é um terçolho no olho do diabo". O dito terçolho "terceiriza" a trama: um terceto de enviados diabólicos, Don Juan / Pablo / demónio-gato, irão tentar possuir a tríade terrena Britt-Marie / Renata / Vigário, abençoada pelo Céu. O Diabo curado e Jonas casado emergem, como vértice passivo, da vitória dos respectivos triângulos. À parte a leitura moralista ou maniqueísta, a jovem de dupla natureza, Britt-Marie, oscila entre Juan e Jonas, entre "um desejo que nunca tivera antes" (despoletado por Don Juan) e o prazer (o orgasmo conjugal com Jonas). Evoque-se "Désir et plaisir" (1977), debate que opôs ao prazeiroso Foucault o desejante Deleuze, para quem o prazer interrompe o processo imanente do desejo e o subjuga à falta e à transcendência (é por transcender/faltar que é desejado). Voltando ao filme, a noite que a nubente passa, sob influência de Don Juan, assegura-lhe a transição de criança para adulta e fá-la descobrir "o seu próprio desejo" - sonho, mentira, verdade inconsistente - que, afirmado, desencadeia o fim da representação. No final da performance, a Terra granjeia um retumbante triunfo, mas não sem que o Inferno obtenha um minúsculo êxito, pelo qual o Diabo reabilita a visão e Don Juan persiste, por toda a eternidade, como "aquele que despreza Deus e o Diabo", para lá do bem e do mal.

+ INFO:
http://medeiafilmes.com/eventos/ver/evento/ciclo-ingmar-bergman-no-espaco-nimas-6-de-fev-ate-19-de-mar/

Locais onde podes encontrar o jornal MAPA

A LISTA ESTÁ EM CONSTANTE ACTUALIZAÇÃO
CONSULTA WWW.JORNALMAPA.PT

LISBOA:
Livraria Letra Livre (Calçada do Combro, 139)
BOESG (Rua das janelas Verdes, 13, 1º esq)
Recreativa dos Anjos (Rua regueirão dos anjos, 69)
Casa da Achada (Rua da Achada, 11)
Espaço MOB (Travessa da Queimada, 33)
Zona Franca dos Anjos (Rua de Moçambique, 42)
Livraria Caixa dos Livros (FLUL, Cidade Universitária)

ALMADA:
Centro de Cultura Libertária (Rua Cândido dos Reis, 121, 1º Dto – Cacilhas)

SETÚBAL:
Associação José Afonso (Casa da Cultura, Rua Detrás da Guarda, 26)
Livraria Universo (Rua do Concelho, 13)
Livraria Culsete (Avenida 22 Dezembro, 23)
Loja do Charroco (Rua João Eloy do Amaral, 36)
Taifa bar (Avenida Luisa Todi , 558)
Papelaria Ana Mota (Rua Vasco da Gama, 48)
Cooperativa PrimaFolia (Rua Fran Paxeco, 178)

PORTO:
Livraria Utopia (Rua Regeneração, 22)
Gato Vadio (Rua do rosário, 281)
Casa Viva (Praça Marquês Pombal 167)
Espaço Musas (Rua do Bonjardim, 998)
Dar à Sola (Rua dos Caldeireiros, 204)
Casa da Horta (Rua de S. Francisco, 12)
Tendinha dos Poveiros (Praça dos Poveiros)
Café Pedra Nova (Rua da Alegria)
Louie Louie (Rua do Almada, 275)
Tabacaria Berta (Largo de S.Domingos, 33)

COIMBRA:
República das Marias do Loureiro (Rua do Loureiro, 61)
Tabacaria Pavão (Rua Alexandre Herculano, 16)
Quiosque Sousa (Largo da Portagem)
Tabacaria Machado D'Assis (Praça Fausto Correia – Celas)

BRAGA:
Livraria Centésima Página (Avenida Central, 118)
Taberna Subura (Rua Frei Caetano Brandão – A Sé)

BARCELOS:
CCOB – Círculo Católico Operário de Barcelos (Rua D. Diogo Pinheiro)

CASTRO VERDE:
Contracapa – Livraria Papelaria (Av. General Humberto Delgado, 85)

HOLANDA // AMSTERDÃO
Het Fort Van Sjakoo [Jodenbreestraat 24, 1011 NK

Queres receber o jornal MAPA por correio a cada edição numa morada?

Consulta a tabela de preços em www.jornalmapa.pt

ou envia os teus dados (Nome // Morada) para: assinaturas@jornalmapa.pt

Dados bancários para transferências:
ASSOCIAÇÂO MAPA CRÍTICO
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 5
Fevereiro / Março 2014

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redação: Rua Fran Paxeco, 176 r/c, 2900- Setúbal
Registo ERC: 126329

Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram neste número com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:
M. Lima*, IA*, IX*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, Samuel Buton, J. Barreira, José Smith Vargas*, Ana Rute Vila*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Fernando André Rosa, Miguel Carmo, Jérôme Baschet (CQFD), Kadj Oman, Mídia Ninja, Colectivo Eleutério, Júlio Silvestre*, José Pedro Araújo*, Xoto, Huma, Héctor Juanatey

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: bimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/JornalMapa2012
Twiter: twitter.com/jornalmapa

Depósito legal: 357026/13

Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Morada: Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, nº50 - Morelena 2715-029 Pêro Pinheiro - Portugal

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 4
DEZEMBRO'13-JANEIRO'14 · ANO II
3000 EXEMPLARES

Violência e estupidez

P.M

A recente "tragédia do Meco" a 15 de Dezembro de 2014, quando seis jovens, estudantes da Lusófona, foram arrastados, em circunstâncias ainda a apurar, pela forte corrente que comummente se faz sentir naquela parte da costa, levantou uma questão que durante bastante tempo tinha vindo a ser esquecida e debatida; a da violência e da "estupidez" das praxes académicas.

Especula-se que aquele fim-de-semana foi dedicado à praxe académica por parte daquele grupos de estudantes universitários, isto de acordo com vários relatos que têm vindo a surgir nos meios de comunicação, e que o arrastamento se deu devido a falta de zelo dos estudantes, imputando-se a responsabilidade ao único sobrevivente, o "Dux" do Conselho Oficial da Praxe Académica da Universidade Lusófona.

Não nos compete aqui tentar apurar a verdade dos factos, especular sobre o que se passou naquela noite, culpabilizar seja quem for ou criar uma novela em volta do caso. É um caso que se tornou público, que continua a ser falado na opinião pública com julgamentos distintos por parte dos vários analistas, mas o que nos importa em toda esta situação é o facto de só depois de uma tragédia destas proporções, supostamente devido à prática da tradicional e "bem intencionada" praxe académica, se vem discutir estas práticas nos meios de comunicação e na sociedade em geral. Sempre com um binómio moralista a definir até que ponto essas mesmas práticas são benéficas para a integração do aluno, ou maléficas para o seu bem-estar.

Todos nós sabemos no que consiste a prática da praxe académica, especialmente aqueles que vivem em cidades universitárias e que constantemente dão de caras com estas práticas durante o ano lectivo universitário. É um ritual de iniciação, diz-se de integração, em que os alunos veteranos da universidade realizam algumas "brincadeiras" aos alunos caloiros, que estão a iniciar o seu percurso académico. É um ritual que se reproduz ano após ano, com o aluno caloiro, no primeiro ano vítima, a tornar-se mais tarde aluno veterano e a repetir as mesmas práticas nos alunos caloiros do ano seguinte. Mas é também uma prática que teve início com a instituição de uma jurisdição especial na Universidade de Coimbra, o "foro académico", com um corpo policial próprio, os archeiros, que, sob a tutela das autoridades universitárias, tinham como função fazer cumprir as normas instituídas pelas autoridades universitárias dentro dum quadro legal exclusivo. O desenvolvimento dessa prática fez como que passasse de uma prática persecutória para uma de caçoada. Um dos resquícios dessas práticas policiais em Coimbra é o das trupes que perseguem quem não cumpre as regras instituídas pela praxe e que são responsáveis por algumas cenas de violência tidas como normais no meio académico.

Mas não é também objectivo aqui fazer um julgamento moral de quem se dedica as estas práticas, até porque a participação nestas é na maioria dos casos voluntária, ainda que sejam conhecidas a violência e humilhação que lhe são inerentes. A questão que queremos levantar aqui é a da banalização destas práticas, tidas como normais dentro da nossa sociedade, e que parecem cobrir um grande espectro do nosso mundo universitário.

Existe uma forte identidade de grupo que caracteriza tudo aquilo que pode ser definido como tradição académica. Basta olharmos para o próprio traje que distingue, desde logo, o estudante veterano durante esse rituais académicos. A integração dentro desse mundo que contempla uma suposta camaradagem, as festas regadas a álcool, as ditas novas amizades ou mesmo a possibilidade de relacionamento amorosos ou práticas sexuais, é o fulcro que leva muitos dos estudantes a serem vexados e humilhados em público, para gáudio dos estudantes de capa e batina que, outrora alvo de semelhantes humilhações, reproduzem o papel de vitimizadores. Como já foi referido antes, estes rituais reproduzem-se de ano para ano, e a sua reprodução parte também de um assentimento de que, entrando pela porta da humilhação que a praxe impõe, se poderá ser mais tarde aquele que humilha, numa relação de poder voluntária, como voluntária é também a servidão do empregado que sonha um dia ocupar o papel do patrão. Neste tipo de relações de poder prepara-se, também, a entrada nesse mundo do trabalho, em que os proto-doutores ambicionam um dia chegar a uma posição de poder e autoridade nas suas áreas de especialização. Existe também uma conivência no que diz respeito à aceitação de uma hierarquia e de uma autoridade não refutada. Essa mesma refutação poderia levar a uma punição. O fantasma da não integração, da marginalidade dentro do mundo académico, faz-nos também lembrar o da marginalidade no mundo que existe fora das universidades em que o não integrado nas normas sociais acaba sempre por ser marginalizado. E a lógica militar que é inerente às praxes, acarreta também a disciplina necessária ao respeito das autoridades sejam elas praxistas ou estatais.

A universidade, com os seus rituais e as suas práticas integradoras, é assim, também ela, o laboratório de experimentação da autoridade dos especialistas que reproduz a situação na qual estamos integrados. As suas práticas espelham-se, de forma algo disforme, naquelas que são as do nosso quotidiano. E a violência inerente a essas mesmas práticas é também aquela que se sofre no nosso dia-a-dia, mas que é calada devido à sua própria banalização e aceitação como normal. É preciso que se dê o epílogo trágico para que se faça a crítica revisionista. A história dos jovens que foram levados pelas ondas do Meco, e toda a novela que se tem vindo a criar na comunicação social, faz-nos lembrar também outras situações que se encontram latentes na nossa sociedade e que se aceitam como banalidades. Só quando um jovem negro morre às mãos de um grupo de jovens brancos, se fala de racismo; só quando uma mulher morre às mãos do marido ou namorado, se fala de sexismo; só quando uma transexual morre ás mãos de um grupo de jovens, se fala de homofobia; só quando um grupo de jovens morre supostamente devido à prática estúpida da praxe, se fala da sua violência. E a sociedade continua reproduzir-se a si mesma de forma pacífica.

MAPA BORRADO :

A ALTERNÂNCIA ESQUIZOFRÉNICA EM QUE NOS DEITAMOS
COMO AQUELE TUFO NO QUAL ME ENROLO PARA ME APAZIGUAR
COMPANHEIRXS DE UM MUNDO QUE JÁ NÃO ESTÁ DENTRO DE NÓS
ONE DIRECTION
QUE SE DISSIPA NESTA NEBLINA QUE
BASTANTE INCÓMODA
NÃO NOS DEIXA SENTIR O SOL!
DAS SOMBRAS NOS LEVANTAMOS E NELAS ESCREVEMOS...
AS NOSSAS SINAPSES
...
UMA PINTADA NUM ESPAÇO COLECTIVO DÁ MUITAS DISCUSSÕES
SEM FOGO QUE NOS ATORMENTE
SOMOS O ARCHOTE QUE TUDO INCENDEIA
JOSÉ'S MITH VARGAS SOBRE UM POEMA DE JOÃO CAPELA